

# A participação do Sistema BNDES na evolução do setor de papel e celulose no Brasil

BNDES  
AD/CCPED  
Centro de Pesquisas  
e Dados

Departamento de Relações Institucionais - DERIN

ABRIL 1991



Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Departamento de Relações Institucionais - DERIN

A PARTICIPAÇÃO DO SISTEMA BNDES NA EVOLUÇÃO  
DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL

Rio de Janeiro  
1991

"É permitida a reprodução parcial ou total deste trabalho,  
desde que citada a fonte."

BNDES  
AP / COPEL  
Centro de Pesquisas  
e Dados

---

N.º REG. ES-2420  
DATA: 25.09.91



055054013



AP/COPEL

## SUMÁRIO

---

### APRESENTAÇÃO

- 1 - UM TÍMIDO INÍCIO: 1955-1968
- 2 - A MUDANÇA DE ATITUDE: 1968-1973
- 3 - A CRISE DE 1973 E O REORDENAMENTO DAS PRIORIDADES: 1973-1980
- 4 - ATUAÇÃO NA DÉCADA DE 80
- 5 - ATUAÇÃO DA FINAME: 1965-1990
- 6 - ATUAÇÃO DA BNDESPAR: 1975-1990
- 7 - AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA ATUAÇÃO DO SISTEMA BNDES
- 8 - ALGUNS PROJETOS EXEMPLARES APOIADOS PELO SISTEMA BNDES
  - 8.1 - Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. - IKPC
  - 8.2 - Companhia Suzano de Papel e Celulose
  - 8.3 - Ripasa S.A. Celulose e Papel
  - 8.4 - Indústrias de Papel Simão
  - 8.5 - Aracruz Celulose S.A.
  - 8.6 - Companhia Florestal Monte Dourado
  - 8.7 - Inpacel - Indústria de Papel e Celulose Arapoti S.A.
- 9 - ANEXOS ESTATÍSTICOS
- 10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## APRESENTAÇÃO

---

No início dos anos 50, o Brasil praticamente importava toda a celulose que consumia e grande parte dos papéis que utilizava. Ao longo da década de 80, não só havia completado o processo de substituição das importações desses produtos, como também se tornou - em curto espaço de tempo - um dos maiores exportadores mundiais de celulose de fibra curta e diversos tipos de papéis.

Na década de 90, com a instalação de novas plantas e as expansões em curso, o Brasil se consolidará como um dos grandes produtores e exportadores mundiais de papel e de celulose de fibra curta de eucalipto. Atualmente, é o quinto maior exportador e oitavo maior produtor de celulose. Por outro lado, é o décimo maior produtor mundial de papel e papelão, segundo dados da Pulp and Paper International, de julho de 1990. Utilizando-se de suas vantagens comparativas, produzindo de forma a tornar seus produtos competitivos nos mercados interno e externo, o setor agrega algumas das mais dinâmicas e rentáveis empresas privadas do país.

O objetivo deste trabalho é descrever o apoio do Sistema BNDES à expansão e ao fortalecimento desse segmento industrial, colocando à disposição os fatos e os dados, a nível do BNDES, sobre uma história de sucesso. Sucesso dos empresários que a realizaram e sucesso dos técnicos e administrações do BNDES que nela acreditaram.

Participaram da elaboração deste trabalho os seguintes técnicos do Departamento de Relações Institucionais - DERIN, do Gabinete da Presidência do BNDES: Marcello Averbug (chefe do DERIN), Frederico Kautz (coordenador), Lívia Hirdes França, Henrique Penido, Antonio César de Faria Alvim e Ana Lúcia Afonso.

Agradecemos a colaboração de ex-funcionários do Sistema BNDES e de técnicos e consultores ligados ao setor que muito contribuíram com seus conhecimentos.

Departamento de Relações Institucionais

Gabinete da Presidência

Abril/1991

## 1 - UM TÍMIDO INÍCIO

---

Atividade industrial antiga no país até a década de 50, o setor de papel e celulose, porém, resumia-se no Brasil a uma série de pequenas fábricas de papel e a um mínimo de produção de celulose, sob administração basicamente familiar. As primeiras máquinas - em número de 22 - foram aqui introduzidas em anos anteriores a 1925: oito na região Leste e 14 na região Sul. No período que vai de 1925 a 1940 - ou seja, até a 2ª Guerra Mundial -, foram instaladas mais 33. Outras 40 máquinas surgiram num espaço de tempo mais estreito: nove anos, entre 1941 e 1950. Portanto, nota-se que, à medida que crescia a população e, por decorrência, o mercado consumidor interno, acelerava-se o processo de industrialização do papel.

Até 1954, ou seja, dois anos depois da criação do BNDES(\*) e dois anos antes da elaboração do Plano de Metas do governo Kubitschek, haviam sido fundadas no Brasil 71 empresas de papel e celulose. Desse total, 53 se concentravam na região Sudeste, (sendo 37 no estado de São Paulo), o Nordeste contava com seis empresas e o Sul com 12.

À semelhança do que ocorreu em geral na manufatura brasileira, a indústria de papel e, logo a seguir, a de celulose não fugiram ao modelo já clássico de substituição das importações.

Como era natural que acontecesse, as fábricas de papel foram sendo criadas no Brasil para cobrir faixas de demanda que:

1) não podiam ser atendidas pela importação, como era o caso dos papéis de qualidade inferior (papéis de embrulho e de embalagem simples), ou que,

2) embora atendidas pelas importações, mas devido ao volume que estas atingiam, demonstravam a necessidade de implantação de unidades produtivas no país (papéis de escrever e de imprimir).

---

(\*) O "S" foi adicionado à sigla do BNDE em 1982, quando o governo instituiu o Finsocial e repassou recursos desse fundo para o Banco, visando ao financiamento de projetos de natureza social.

Quando a produção nacional de papéis passou a representar um consumo de celulose que justificava a instalação de fábricas dessa matéria-prima, começaram a surgir as primeiras unidades produtivas naquelas regiões onde havia disponibilidade de material fibroso.

Em 1950, uma fotografia do setor realizada por José Carlos Leone e Associados, Consultores Industriais (1968) apresentava o seguinte panorama:

1 - A produção total brasileira de papéis (todos os tipos) somava 253.128 toneladas, assim distribuídas:

- a) papéis para escrever e imprimir - 98.471 t;
- b) papéis para embalagem - 100.266 t;
- c) papéis para caixas, cartuchos, forros e semelhantes - 39.210 t;
- d) papéis para fins higiênicos - 5.651 t;
- e) papéis para aplicações especiais - 9.530 t.

2 - A produção total de celulose para papel era de 39.959 toneladas, conforme discriminado a seguir:

- a) fibra curta - 1.592 t;
- b) fibra longa - 38.367 t.

3 - A importação brasileira de papéis em 1950 pode ser subdividida em:

- a) papel para imprensa periódica - 60.634,0 t;
- b) papéis para escrever e imprimir, exceto para imprensa periódica - 5.630,6 t;
- c) outros papéis - 2.204,1 t.

4 - A importação de celulose em 1950 atingiu a cifra de 111.063 toneladas, assim subdivididas:

- a) sulfito não-alvejado - 35.936 t;
- b) sulfito alvejado - 37.643 t;
- c) sulfato não-alvejado - 10.036 t;
- d) sulfato alvejado - 27.448 t.

Em 1956, um ano após sua eleição, o presidente Juscelino Kubitschek anuncia o Plano de Metas, considerado a primeira política planejada de desenvolvimento efetivamente implementada no país. Na medida em que o setor público brasileiro não dispunha na época de uma instituição voltada especificamente para o planejamento econômico, os técnicos do BNDES foram chamados a participar intensamente desse esforço. No item que nos interessa, a Meta 24 do Plano estabelecia o seguinte:

"Celulose e Papel: Aumento da produção de celulose de 90.000 para 260.000 toneladas e de papel de jornal de 90.000 para 130.000 toneladas, entre 1955 e 1960." (1)

No Plano de Metas, lê-se o que segue:

#### "CELULOSE E PAPEL

O Governo atual tem anunciado a sua decisão de dar à indústria de celulose e papel para jornal o mais alto grau de prioridade nos seus programas de financiamento.

Em 1955, o Brasil produziu 90.000 toneladas de celulose e importou 120.000 toneladas, no valor da ordem de 24 milhões de dólares. Já estão em curso projetos ampliando a produção de celulose de 90 para 150.000 toneladas e estão em fase avançada de estudo outros projetos que elevarão a produção de celulose nacional a 260.000 toneladas em 1960. Provavelmente já em 1962 seremos auto-suficientes em celulose, com uma produção de 300.000 toneladas.

Quanto ao papel de jornal, nossa produção era de 40.000 toneladas em 1955 e nossa importação de 120.000 toneladas, aproximadamente, valendo 25 milhões de dólares. A expansão projetada e já em execução parcial elevará nossa produção para 130.000 toneladas em 1960, quando o consumo deverá atingir cerca de 215.000 toneladas.

Quanto a outros tipos de papel, a indústria existente está se ampliando de forma a cobrir sempre nossas necessidades.

Segundo as estimativas atuais, deverão ser investidos cerca de 1.930 milhões de cruzeiros nesse setor, de 1956 a 1960, inclusive compras no estrangeiro avaliadas em 564 milhões de cruzeiros."

É importante observar aqui que o Plano de Metas delineia a trajetória futura a ser seguida pelo setor de papel e celulose, afirmando uma decisão de governo de incrementar substancialmente a produção interna, não fugindo à filosofia tradicional de industrialização nele embutida: a da substituição de importações.

-----  
(1) Não foi possível obter informações para explicar a grande diferença entre a produção de celulose em 1950 e a mencionada para 1955 pelo Plano de Metas.



Naquela época, ainda não se colocava a questão de que o país dispunha de excelentes vantagens comparativas em relação a outras nações situadas no hemisfério Norte grandes produtoras de papel e celulose. Vantagens essas que, se exploradas convenientemente, tornariam o Brasil exportador dos dois produtos e competidor nos mercados mundiais, em vez de mero substituidor dos bens importados. Será preciso esperar ainda pelas décadas seguintes para que empresários e órgãos financiadores promovam uma radical modificação de filosofia: a da implantação de fábricas voltadas para a exportação e para a competição mundial.

De qualquer forma, o Plano de Metas se tornou realidade tangível. A partir da segunda metade dos anos 50 e entrando pela década dos 60, os resultados tanto em termos de crescimento da produção interna de papel e celulose, bem como de decréscimo das importações foram expressivos.

De fato, as importações totais de celulose para papéis caem de 100.191 toneladas(\*), em 1955, para 81.131 t, em 1960, e decrescem rapidamente para 43.283 t em 1962 e 10.293 t em 1964.

Já a produção brasileira de todos os tipos de papéis, que havia atingido a casa das 346.081 t em 1955, passa a 505.089 t em 1960 e atinge 718.065 t em 1964; ou seja, mais do que dobra num espaço de nove anos.

Por seu lado, a produção interna de celulose para papel pula de 73.168 t, em 1955, para 200.237 t, em 1960 - ultrapassando o objetivo previsto no Plano -, atingindo 319.499 t em 1963.

Enquanto essas rápidas mudanças ocorriam, o BNDES acompanhava à distância. Na época, o Banco tinha suas atenções voltadas principalmente para o setor de transportes (ferrovias, rodovias, reaparelhamento dos portos e navegação de cabotagem), para a expansão dos entrepostos de armazenagem e para a geração e transmissão de energia elétrica.

Não obstante, em 1955, o BNDES aprova a concessão de financiamento à empresa Celulose e Papel Fluminense S.A., situada no estado do Rio de Janeiro. Trata-se do primeiro passo do Banco no apoio ao setor. O financiamento montava a US\$ 477 mil que seriam aplicados na instalação de uma fábrica integrada de papel e celulose na cidade de Campos. A capacidade de produção prevista era de 20 t de celulose não-branqueada por dia, que permitiriam a fabricação diária de 20 a 25 t de papel de embrulho. Como matéria-prima na fabricação do papel de embalagem, indicava-se a pasta semiquímica, produzida a partir do bagaço de cana-de-açúcar, abundante na região.

-----  
(\*). Convém observar que as cifras de produção e de importação de celulose apresentadas no Plano de Metas somam os valores correspondentes a celulose para "rayon" com os de celulose para papéis.

O interesse do Banco foi despertado pelo fato de o projeto não utilizar matéria-prima importada, e sim aproveitar material geralmente desperdiçado nas usinas açucareiras da região. Outro fato que concorreu para atrair a atenção do BNDES foi a utilização de equipamento fornecido pela indústria nacional.

Ainda em 1955, a Celubagaço - Indústria e Comércio, também situada no estado do Rio, solicitou aval no valor de US\$ 2.712 mil, vinculado a projeto de produção de celulose a partir de bagaço de cana. Tendo o BNDES feito uma série de exigências de natureza técnica, financeira e jurídica, só dois anos depois, ou seja, em 1957, foi contratada a concessão de aval no valor de US\$ 2.692 mil. Localizado em Campos, o empreendimento previa a instalação de uma fábrica de celulose não-branqueada, com capacidade de produção de 18 mil t/ano.

A terceira operação aprovada pelo BNDES beneficiou a Panamericana Têxtil, situada em Mogi-Guaçu (SP). Esse projeto, totalmente diferente dos dois primeiros, visava produzir 34 mil a 40 mil t/ano (cerca de 120 t/dia) de celulose alvejada para papel, tendo como matéria-prima o eucalipto e o pinheiro, utilizando o processo à base de sulfato. Paralelamente, previa a plantação anual de três milhões de mudas de eucaliptos e de pinheiros da Flórida, por ano, na proporção de 70% e 30%, respectivamente. O financiamento, no valor de US\$ 1.087 mil foi contratado em setembro de 1958. Concluída em 1959, a fábrica atingiu, em 1961, a capacidade prevista de produção.

De qualquer forma, o apoio inicial do BNDES ao setor pode ser considerado como esporádico e ocasional, não constituindo uma prioridade para o Banco. Entre 1955 e 1965, as operações de financiamento, exceto prestação de garantia, foram poucas (Quadro I).

#### Quadro I

#### Operações de financiamento efetivadas pelo BNDES para o setor de papel e celulose - 1955-1964

ANO	NUMERO DE OPERAÇÕES EM MOEDA NACIONAL	NUMERO DE OPERAÇÕES EM US\$ DÓLAR
1955	1	1
1956	-	-
1957	1	-
1958	4	-
1959	1	-
1960	-	-
1961	1	-
1962	-	-
1963	-	-
1964	-	-

Fonte: Relatórios de Atividades do BNDES.

Além das três primeiras operações já mencionadas, dentre as empresas financiadas nesse período, destacam-se:

- Fábrica de Papéis S.A. - Fapasa (RJ);
- Celulose Cambará S.A. (RS);
- Cia. Suzano de Papel e Celulose (SP);
- Indústria de Papel Simão (SP);
- Fábrica de Celulose e Papel S.A. - Facelpa (RS).

Os dois primeiros projetos apoiados pelo Banco, o da Celulose e Papel Fluminense S.A. e o da Celubagaço - Ind. e Com., se transformaram em experiências empresariais malsucedidas, tendo sido, alguns anos após sua implantação, desativadas. Os equipamentos industriais das duas empresas seguiram rumos diversos: a planta industrial de uma foi exportada para o Peru e as máquinas da outra vendidas à Agro-Industrial Amália, do Grupo Matarazzo, localizada em Santa Rosa do Viterbo, no estado de São Paulo.

O terceiro projeto, apresentado pela Panamericana Têxtil, passou para o controle de uma multinacional, a Champion. Das empresas apoiadas no período 1955-1964, a Suzano e a Ind. de Papel Simão iriam tornar-se, com o passar dos anos, grupos empresariais líderes no setor de papel e celulose.

## 2 - A MUDANÇA DE ATITUDE: 1968-1973

---

A partir da segunda metade dos anos 60, observam-se mudanças na atitude do BNDES em relação ao setor de papel e celulose. De uma posição passiva, o Banco passa a adotar uma postura de fomento provocada pela convergência de diversos fatores.

Em primeiro lugar, convém relembrar, a tarefa inicial do Banco tinha sido a de reorganizar e aparelhar a infra-estrutura. E a essa tarefa o Banco se dedicou com afinco: entre 1952 e 1964, o BNDES aprovou 106 operações de financiamento em benefício do setor da geração e transmissão de energia elétrica; 43 operações para a siderurgia; 34 operações em favor do setor de material de transportes; e 21 para metalurgia. Na época, o mais importante era atacar os gargalos que dificultavam o processo de industrialização para, numa etapa posterior, fomentar indústrias.

Outro fator de convergência de suma importância, e que facilitou a modificação de atitude do BNDES, tem a ver com a intensificação da utilização da celulose de fibra curta no Brasil, obtida a partir do eucalipto. A tecnologia tradicional, desenvolvida na Escandinávia e na América do Norte, baseava-se na utilização das coníferas, das quais se extraía a celulose de fibra longa. Por decorrência, os países que não dispunham de condições ecológicas para o seu cultivo estavam condenados a permanecer como importadores de celulose.

Não é de espantar, portanto, que o Brasil, tal como ocorria com diversos outros países até quase a metade deste século, dependesse essencialmente da importação de celulose de fibra longa. As quantidades pouco expressivas do produto fabricadas no Brasil tinham como matéria-prima o pinheiro-do-paraná, conífera algo semelhante às espécies vegetais nórdicas.

As coníferas são árvores de crescimento muito lento, chegando a demorar mais de 40 anos para estarem prontas para corte. Os países onde as condições naturais existiam mas que não contassem com reservas nativas, caso desejassem montar seu parque industrial produtor de celulose, tinham que enfrentar o longo tempo necessário à formação das reservas florestais, num investimento de lenta maturação.

Se persistisse tal modelo, o Brasil provavelmente ainda hoje estaria com uma produção pouco expressiva de celulose, já que as reservas disponíveis de pinheiro-do-paraná estavam se esgotando devido à devastação provocada pela indústria madeireira. Para transformar esse panorama, faltava um salto tecnológico que permitisse a utilização de outras madeiras cujo ciclo de crescimento e de corte fosse significativamente mais curto do que o das coníferas - como, por exemplo, o eucalipto.

A partir de pesquisas e experiências empresariais sucessivas que foram se desenvolvendo (Suzano em 1957, Simão em 1958 e Champion em 1960), o Brasil conseguiu ampliar o potencial de matéria-prima fibrosa aproveitável, sobretudo graças à produção de uma celulose de fibra curta de boa qualidade, para a fabricação de papéis de imprimir e escrever, a partir da utilização do eucalipto. Estavam abertas as portas para o crescimento no país de uma indústria com condições de competir com o produto importado. Esse foi o segundo fator de mudança.

Apesar de a produção nacional de celulose "kraft" de eucalipto ser ainda pouco expressiva em meados da década de 60, colocou-se a seguinte questão para os técnicos do BNDES: como tornar mais efetivo e mais eficiente o apoio ao setor? Já que estava comprovada a viabilidade técnica e econômica de se produzir celulose de fibra curta a partir do eucalipto, técnicos do Banco procuraram realizar uma análise aprofundada do assunto.

No entanto, a experiência acumulada na avaliação de projetos de papel e celulose, no BNDES, ainda não era suficiente para que o Banco se aventurasse a definir estratégias e a propor políticas operacionais. O maior problema com que se deparavam os analistas era o da escassez de informações confiáveis sobre o universo empresarial, níveis de produção e de consumo aparente, capacidade instalada por fábrica, potencial de expansão futura do setor etc.

Diagnosticado esse problema, o terceiro ponto de convergência que vai provocar mudança de atitude do BNDES é a decisão dos empresários - através da Associação Paulista de Fabricantes de Papel e Celulose - de solicitar financiamento para promover uma pesquisa em profundidade com o objetivo de tornar claras as reais condições em que operavam as inúmeras empresas do setor no Brasil. O Banco acatou o pleito, financiando 2/3 dos custos de realização desse estudo.

Essa pesquisa, contratada com a empresa José Carlos Leone e Associados, Consultores Industriais, levou praticamente dois anos (1966 e 1967) para ser realizada, sendo publicada em 1968. Trata-se de trabalho pioneiro, jamais feito até então no país.

O estudo engloba visitas, entrevistas e análise de um universo de 282 fábricas de celulose, de pasta mecânica e de todos os tipos de papéis produzidos em território nacional. Procurou ser o mais abrangente possível em termos espaciais, incluindo empresas desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul.

A importância da "Pesquisa sobre a Estrutura Brasileira de Produção e de Consumo de Celulose e Papel" se reflete sobre vários aspectos.

Antes de mais nada, ao analisar as projeções finais de consumo aparente de todos os tipos de papéis, a pesquisa aponta que, em 1966, verificou-se no Brasil um consumo unitário de 10,5 kg/habitante. Na mesma época, nos Estados Unidos o índice era de 240 kg/habitante; na Suécia, 155 kg/habitante; na Áustria, 60 kg/habitante; no Chile, 28 kg/habitante; em Portugal, 20 kg/habitante; e na Coreia do Sul, de 10 kg/habitante.

O estudo, por um lado, demonstrava existir forte correlação entre crescimento do PIB "per capita" e aumento do consumo de papel, constatando o atraso brasileiro. Por outro lado, apontava os novos desafios: a necessidade de se realizar novos investimentos na implantação de grandes fábricas de celulose em escala de exportação, ou seja, capazes de atingir com seu produto qualquer ponto do território nacional.

A inexistência de oferta interna satisfatória de celulose e as dificuldades técnicas para a produção de um produto de boa qualidade (à base de sulfato ou sulfito) fora das áreas onde se concentravam os grandes maciços florestais determinaram o surgimento de inúmeras unidades de pequeno e médio porte para a produção de celulose de qualidade inferior ou simples pastas semiquímicas. Aproveitavam-se fibras regionais, tais como o bagaço de cana, o bambu, a bucha de sisal etc., por processos que não atingiam a economicidade e a produtividade dos que são utilizados pelas grandes fábricas de celulose de capacidade superior a 100 toneladas/dia.

De fato, a pesquisa alertava que, das 63 fábricas brasileiras de celulose existentes em janeiro de 1967, apenas seis tinham capacidade instalada superior a 100 toneladas/dia, representando, em conjunto, 55,4% da oferta interna total. Somando a essas as empresas com capacidade superior a 20 toneladas/dia, o número de fábricas aumentava para 22, passando a corresponder a 86,4% da capacidade total instalada. As 41 fábricas restantes, com capacidade instalada variando entre 5 e 20 t/dia, dividiam os 13,6% finais.

O mesmo fenômeno - ou seja, a pequena escala de produção de inúmeras empresas e a concentração da oferta em poucos produtores maiores - se dava no ramo de papéis. Das 155 empresas analisadas na época, 13 possuíam porte superior a 50 toneladas/dia e eram responsáveis, em conjunto, por 42,7% da capacidade total instalada. Verifica-se, por outro lado, que 79 fabricantes com capacidade de até 10 toneladas/dia eram responsáveis, em conjunto, por apenas 15,4%.

Na realidade, o estudo serviu para alertar o BNDES da necessidade de estabelecer critérios operacionais que direcionassem sua atuação de fomento para um setor que crescia rapidamente e de forma desordenada. Esses critérios estavam relacionados com o dimensionamento das novas fábricas a serem apoiadas pelo Banco, bem como com a expansão das já existentes.

Incrementos de escala de produção se justificavam pela redução de custos unitários, maior eficiência da produção e introdução de técnicas de administração e de gestão mais modernas. Não era com uma miríade de pequenas fábricas de papel e celulose que o Brasil poderia se tornar competitivo e produzir um produto de qualidade superior e exportável.

O primeiro posicionamento explicitado claramente pelo Banco quanto ao setor foi a Resolução nº 276/67 (setembro de 1967), pela qual o Conselho de Administração decide conceder prioridade a projetos que visassem à implantação ou à expansão da capacidade de produção de celulose e papel (de jornal, de imprensa e "kraft"). Ou seja, celulose e papel passam a ser produtos prioritários para a ação de fomento do Banco.

Um segundo e mais importante passo foi a Decisão nº 196/68, do Conselho de Administração do BNDES, datada de 25 de outubro de 1968, e consequência direta da pesquisa já citada. Diz o texto da decisão que o BNDES só deveria contemplar, para fins de apoio financeiro, projetos que visassem:

no setor de papel:

- à instalação ou expansão de unidades produtoras de papel de imprensa periódica com capacidade projetada ou instalada igual ou superior a 250 t/dia;
- à instalação ou expansão de unidades produtoras das demais categorias de papel com capacidade projetada ou instalada igual ou superior a 50 t/dia; e

no setor de celulose:

- à instalação ou expansão de unidades produtoras de celulose com capacidade projetada ou instalada igual ou superior a 100 t/dia.

Por outro lado, a partir dessa data o Banco condicionou sua colaboração financeira a projetos de produção de celulose à demonstração de que a empresa disporia de suprimento próprio de fibras equivalente, no mínimo, a 50% das necessidades calculadas.

Além disso, o Conselho de Administração resolveu que o Banco deveria:

a) incentivar projetos de investigação tecnológica visando à identificação da viabilidade da produção de papel de imprensa com utilização de eucalipto, em prosseguimento a trabalho já iniciado, procurando associar-se, nessa tarefa, a entidades nacionais ou estrangeiras e a associações de classe ligadas ao setor;

b) incentivar a elaboração de normas técnicas para o setor de papel e celulose, em conjunto com associações de classe e/ou com a ABNT; e

c) considerar prioritários, para efeito de eventual colaboração, estudos, projetos ou programas para o setor de papel e/ou celulose que objetivasse, basicamente, a sua racionalização.

Os pontos relevantes que se notam da leitura dessas decisões são os seguintes:

1 - O BNDES passava a considerar prioritário atender à demanda do mercado interno de papel de imprensa por uma oferta que substituísse as importações. Como o papel de imprensa era tradicionalmente fabricado a partir de fibra longa, e como as nossas vantagens comparativas apontavam no sentido do desenvolvimento da celulose de fibra curta, o Banco, a partir do fim da década dos 60, passou a fomentar projetos que visassem ao desenvolvimento tecnológico destinado à utilização mais intensa da fibra curta na produção do papel de imprensa. Promoveu-se, portanto, a redução na dependência externa de celulose.

2 - Ao propor que só apoiaria projetos de celulose com capacidade de mais de 100 t/dia, o Banco estava adotando uma atitude pioneira: evitar desperdícios de matérias-primas e energia. Em outras palavras, redução de custos e maior eficiência no processo produtivo. Explica-se a preocupação: o licor negro (a lixívia), subproduto da fabricação de celulose, além de muito poluente, era matéria-prima recuperável sob a forma de energia e de produtos químicos.

A caldeira de recuperação da lixívia exigia que a capacidade mínima instalada da planta fosse de 100 t/dia. Na realidade, seu porte era o fator predominante para dimensionar a indústria mais eficiente. Em projetos de menos de 100 t/dia, o subproduto, além de poluir, era desperdiçado, pois não justificava a instalação da caldeira de recuperação do licor negro.

3 - O terceiro ponto fundamental é que o BNDES, a partir de 1968, condicionava sua colaboração financeira aos projetos de produção de celulose à existência, pelo menos em parte, de uma fonte cativa de suprimento de fibras, exigindo, destarte, que as fábricas, em vez de depredar maciços florestais existentes, passassem a se preocupar seriamente com as atividades de reflorestamento e de manejo econômico das florestas, de forma a criar uma fonte perene de matéria-prima renovável.

Essa mudança de atitude por parte do BNDES em relação ao setor de papel e celulose pode ser constatada ao compararmos o valor total das operações aprovadas para o setor com o valor das aprovações globais do Banco, nos períodos de 1955 a 1965 e de 1966 a 1973. Após 1973, novas mudanças ocorrem em função da crise do petróleo.



Nesse primeiro período de 11 anos, a participação do setor de papel e celulose em relação ao total das aprovações do Sistema BNDES é nula em cinco ocasiões, 1956, 1960, 1962, 1963 e 1964, estagna entre 1955 e 1959 e declina entre 1961 e 1965.

Quadro II

Participação das operações aprovadas para o setor de papel e celulose em relação ao total das operações aprovadas pelo Sistema BNDES - 1955-1965

(Excluídas prestações de garantia)

(US\$ 1,000) (\*)

ANO	OPERAÇÕES APROVADAS PARA O SETOR DE PAPEL E CELULOSE (A)	TOTAL DAS OPERAÇÕES APROVADAS (B)	% A/B
1955	835	32,823	2,54%
1956	-	79,656	-
1957	2,030	117,740	1,72%
1958	2,522	88,782	2,84%
1959	1,860	78,150	2,38%
1960	-	80,048	-
1961	322	97,486	0,33%
1962	-	72,686	-
1963	-	67,132	-
1964	-	86,429	-
1965	1,279	947,794	0,13%

Fonte: Relatórios Anuais de Atividade do BNDES e Estatísticas das Operações Aprovadas pelo Sistema BNDES - 1952-1980, Boletim nº 1/81, AP/DEEST.

(\*) Todos os dados primários apresentados nesse e em todos os quadros do presente trabalho foram convertidos para US\$ dólar, ao dólar médio do mês de junho de cada ano, segundo tabela de conversão elaborada pelo Banco Central.

O período seguinte pode ser visto no Quadro III.

Quadro III

Participação das operações aprovadas para o setor de papel e celulose em relação ao total das operações aprovadas pelo Sistema BNDES - 1966-1973

(Excluídas prestações de garantias)

(US\$ 1,000)

ANO	OPERAÇÕES APROVADAS PARA O SETOR DE PAPEL E CELULOSE (A)	TOTAL DAS OPERAÇÕES APROVADAS (B)	% A/B
1966	7,833	237,114	3,30%
1967	2,515	269,297	0,93%
1968	32,432	303,072	10,70%
1969	29,431	328,061	8,97%
1970	12,858	389,657	3,30%
1971	53,466	601,985	8,88%
1972	18,337	779,415	2,35%
1973	41,374	1,216,720	3,40%

Fonte: Estatísticas das Operações Aprovadas pelo Sistema BNDES - 1952-1980, AP/AEST.

Observa-se neste segundo período, de 1966 a 1973, que a parcela do valor das operações aprovadas para o setor de papel e celulose varia bastante, mas é muito mais expressiva do que no período anterior. Salvo o ano atípico de 1967, os valores situam-se em torno de 3% do total das operações aprovadas, sobem a 8% e atingem o recorde de 10,7% em 1968. As flutuações anuais correspondem às variações observadas nos valores dos projetos que, aos poucos, vão sendo apresentados e aprovados pelo BNDES.

Algumas das empresas que tiveram seus projetos aprovados no período em questão foram se afirmando com o passar dos anos como grandes produtoras de papel e celulose, conforme indica o Quadro IV.

Quadro IV

Relação das empresas do setor de papel e celulose cujos pleitos foram aprovados pelo BNDES - 1965-1973 (\*)

ANO	EMPRESA
1965	1 - Cipolma, Companhia Industrial de Papel 2 - Rigesa, Celulose, Papel e Embalagens Ltda. (**)
1966	1 - Companhia Suzano Papel e Celulose 2 - Indústria de Papelão e Caixas Andrade (1) 3 - Papel e Celulose Catarinense Ltda. - PCC, do Grupo Klabin (1)
1967	1 - Companhia Melhoramentos São Paulo - Ind. de Papel 2 - Gretisa S.A. - Fábrica de Papel 3 - Indústria de Artefatos de Papel Cartaxo 4 - Indústria de Papéis e Embalagens Pan-Brasil Ltda. 5 - Mapel, Fábrica de Papel e Embalagens Ltda.
1968	1 - Cartonagem Industrial Guimarães Ltda. 2 - Empax, Embalagens S.A. (1) 3 - Fibrart, Embalagens Ltda. 4 - Indústria de Celulose Borregaard S.A. 5 - Indústria de Papéis de Arte José Tscherkassy S.A. - Toga 6 - Indústria de Papéis e Embalagens Pan-Brasil Ltda. 7 - Papel e Celulose Catarinense Ltda. - PCC 8 - Paraibuna Papéis S.A. (ex-Fábrica de Papéis Paraibuna)
1969	1 - Agro-Industrial Amália, do Grupo Matarazzo 2 - Celulose Cambará S.A. 3 - Companhia Melhoramentos São Paulo - Ind. Papel 4 - Fábrica de Papel Santa Terezinha 5 - Grepaco - Ind. Manufatora de Papéis S.A. 6 - Gretisa S.A. - Fábrica de Papel 7 - Indústria de Embalagem Divani S.A. 8 - Indústria Papel Simão 9 - Mirtilo Trombini S.A. - Papel e Embalagens 10 - Papel e Celulose Catarinense Ltda. - PCC 11 - Papelão Ondulado Útil S.A. 12 - Papirus Ind. Papel S.A.

(Continua)

(1) Duas operações de financiamento aprovadas.

(\*) As listagens apresentadas neste trabalho contemplam empresas que atuam no setor de papel, contribuindo para sua transformação e/ou beneficiamento.

(\*\*) Acordo AID-BNDES

## (Quadro IV - continuação)

ANO	EMPRESA
1970	1 - Companhia Melhoramentos São Paulo - Ind. Papel
	2 - Cia Paduana de Papéis S.A. - Copapa (1)
	3 - Fábrica de Papel Santa Terezinha
	4 - Grepaco - Indústria Manufatora de Papéis S.A.
	5 - Gretisa S.A. - Fábrica de Papel
	6 - Indústria de Papéis de Arte José Tscherkassy S.A. - Toga
	7 - Mirtillo Trombini S.A. Papel e Embalagens
	8 - Papyrus Indústria de Papel S.A. (1)
	9 - Ripasa S.A. - Celulose e Papel (1)
	10 - S.A. Taquariense de Papel - Satipel
1971	1 - Companhia Melhoramentos São Paulo - Ind. Papel
	2 - Companhia Suzano de Papel e Celulose
	3 - Fábrica de Papel Santa Terezinha
	4 - Indústria de Celulose Borregaard S.A.
	5 - Indústria Menten de Cartonagem Ltda.
	6 - Indústria de Papéis e Embalagens Pan-Brasil Ltda.
	7 - Papel e Celulose Catarinense Ltda. - PCC
1972	1 - Cartonagem Campo Bom Ltda.
	2 - Companhia Rio D'Ouro Industrial
	3 - Companhia Suzano de Papel e Celulose
	4 - Curipel S.A. Ind. de Artefatos de Papel
	5 - Embasa, Ind. Embalagens S.A.
	6 - Grepaco - Indústria Manufatora de Papéis S.A.
	7 - Gretisa S.A. - Fábrica de Papel
	8 - Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.
	9 - Indústria Papel Simão
	10 - Mirtillo Trombini S.A. - Papel e Embalagens (1)
	11 - Umacol Nordeste - Ind. Papel Carbono S.A.
1973	1 - Adamas do Brasil S.A. Fibras e Cartonagem (1)
	2 - Adolfo Linsemeyer
	3 - Celpa S.A. - Ind. Papel
	4 - Companhia Agro-Industrial Cícero Prado
	5 - Companhia Suzano de Papel e Celulose (1)
	6 - Grupograf S.A. - Artes Gráficas e Embalagens
	7 - Impressora Grafo
	8 - Indústria de Embalagem Divani S.A.
	9 - Indústria de Papéis de Arte José Tscherkassy S.A. - Toga
	10 - Nordeste Gráfica Industrial Editora S.A.
	11 - Norgraf S.A. - Impr. Especializada do Nordeste
	12 - Papyrus Indústria Papel S.A.
	13 - Paraibuna Papéis S.A.
	14 - Ripasa S.A. Celulose e Papel
	15 - Uniart - União Ind. Artefatos de Papel

Fonte: Relatórios de Atividades do BNDES.

(1) Duas operações de financiamento aprovadas.

Em 1968, 10,70% do total das operações aprovadas pelo Banco se destinaram ao setor de papel e celulose. Esse significativo aumento se deveu ao apoio ao projeto da empresa norueguesa Borregaard, localizado no Rio Grande do Sul. Esse projeto, o primeiro no Brasil a prever dedicação total à exportação, referia-se à implantação de fábrica com capacidade de 500 t/dia de celulose não-branqueada de fibra curta, ou seja, de eucalipto. Para os idos de 1968, essas dimensões eram bastante expressivas. Até então, não se havia ousado a níveis de produção tão elevados.

Por suas características, esse projeto foi não só pioneiro mas extremamente relevante para a evolução futura do setor de papel e celulose no país. Se não, vejamos:

1 - O projeto da Borregaard demonstrava cabalmente, aos brasileiros e ao governo, que no exterior se apostava na evolução futura do mercado de celulose de fibra curta, a partir de uma matéria-prima que oferecia vantagens comparativas tanto em relação à araucária brasileira, como às coníferas do hemisfério Norte: o eucalipto. Em outros termos, o produto brasileiro reunia condições para ser competitivo no mercado mundial.

2 - Quinhentas toneladas/dia de produção de celulose era algo jamais visto no Brasil. Por sua dimensão (e adiantando-se a uma série de decisões estratégicas relacionadas com a capacidade mínima de produção das fábricas de celulose, que seriam tomadas anos depois pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do Ministério da Indústria e Comércio, e pelo próprio BNDES), o projeto mostrava o grande potencial da celulose de fibra curta de eucalipto e indicava a tendência futura: a apropriação das economias de escala. Para serem competitivos em termos internacionais, os empreendimentos deveriam visar à implantação de grandes unidades.

O projeto despertou muito interesse, pelos seus aspectos inovadores. Por exemplo, foi concebido para operar não só na celulose para papel, como também, alternativamente, para a produção de celulose viscosa, que na época, era importada. Por outro lado, vale ressaltar que o projeto representaria, após sua entrada em funcionamento, cerca de 10% do valor total da pauta de produtos manufaturados exportados pelo Brasil em 1967. Nessas condições, o BNDES decidiu apoiá-lo e, ademais, dele participar acionariamente. Para atender ao dispositivo da Lei 4.131, que impedia o Banco de participar e/ou apoiar projetos sob controle estrangeiro, a instituição solicitou, e recebeu, autorização expressa da Presidência da República.

À euforia inicial sucederam-se críticas, na medida em que o projeto da Borregaard continha elementos contraditórios tanto no que se referia aos benefícios econômicos e financeiros da implantação da empresa, como no que dizia respeito aos custos sociais a serem arcados por sua localização nas cercanias de uma grande aglomeração urbana, no caso, Porto Alegre.

De uma certa forma, nos seus aspectos negativos o projeto também foi pioneiro, pois alertou os planejadores e as instituições de fomento para questões relacionadas:

1 - com a poluição provocada pela atividade de transformação industrial e pela agressão ao meio ambiente, quando os equipamentos e medidas de controle não são devidamente utilizados; e

2 - com a concepção de um projeto que não previa o branqueamento da celulose no próprio país, e sim no exterior, para posterior importação do produto acabado pelo Brasil.

As relações entre brasileiros e noruegueses se deterioraram com o correr do tempo. Às críticas das lideranças comunitárias da Grande Porto Alegre, em consequência da poluição gerada pela fábrica, juntaram-se os questionamentos quanto aos contratos de comercialização e ao modelo de produção, que não maximizava no país o valor agregado. Pressões crescentes, durante oito anos, levaram finalmente a Borregaard a se desinteressar pelo projeto. Em fins de 1974, vendeu seu controle acionário para o Montepio da Família Militar, que, em 1978, repassa o controle do projeto para a "holding" Riocell Administração S.A. (Rasa), cujo capital era detido pelo Banco do Brasil (50%) e pela FIBASE (50%).

Em 1982, finalmente, uma associação entre os grupos Klabin, Iochpe e Votorantim, denominada KIV, adquiriu a parte do Banco do Brasil. A atual empresa Rio Grande Cia. de Celulose do Sul (Riocell), é controlada pela KIV, que detém 70% de seu capital, com participação acionária de 30% da BNDESPAR.

A Riocell não só cuidou de implementar programa de controle ambiental, instalando equipamentos de combate à poluição, como também providenciou o branqueamento da celulose em suas instalações industriais. A exportação do produto inacabado foi definitivamente interrompida.

### 3 - A CRISE DE 1973 E O REORDENAMENTO DAS PRIORIDADES

---

Em sua essência, a política do Banco para o setor de papel e celulose, entre 1968 e 1973, objetivava induzir progressivamente os empresários brasileiros a expandir a capacidade instalada em suas fábricas e fazê-los refletir sobre a necessidade de disporem de fontes próprias de matérias-primas, ou seja, de áreas reflorestadas cativas.

A grande virada no posicionamento do Banco se dará efetivamente com a crise do petróleo em 1973. No entanto, os primeiros indícios de que o BNDES se preparava para promover uma verdadeira "puxada para cima" da capacidade da produção setorial decorrem de visitas de técnicos do Banco ao Japão e à Suécia, em 1971. Nesses países, projetavam-se fábricas de celulose com capacidade de 1.000 t/dia, considerando-se que nesse nível as economias de escala tornariam o preço do papel - particularmente o de embalagem - competitivo com os sucedâneos de plástico.

Em decorrência, o então representante do BNDES no CDI foi instruído para informar que o Banco estava pensando em conceder financiamento somente a projetos que atingissem capacidade instalada mínima de 1.000 t/dia de celulose. Negociações entre o Ministério da Indústria e Comércio e o BNDES resultaram na Resolução CDI nº 11/72, de 9 de fevereiro de 1972, que estipulava:

"O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (CDI), usando das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 67.706, de 7 de dezembro de 1970,

#### RESOLVE

Adotar a seguinte política de desenvolvimento industrial para o setor de celulose e papel:

BIBLIOTECA DIGITAL - BNDES

Art. 1º: Os incentivos fiscais e financeiros de que trata o Decreto-lei nº 1.137, de 07.12.70, poderão ser concedidos a projetos de instalação de fábricas de celulose e/ou papel, desde que contemplem as seguintes escalas mínimas de produção:

Produtos	Níveis de Produção
- celulose, exceto de fibra longa	1.000 t/dia
- papel de imprensa	300 t/dia
- papel "Kraft"	200 t/dia
- outros papéis, exceto papéis de segurança e outros tipos destinados a finalidades específicas	50 t/dia

Art. 2º: Os projetos deverão ter em vista, particularmente a adequação e a atualização tecnológica com o objetivo de reduzir os custos de comercialização dos respectivos produtos.

Art. 3º: Serão considerados prioritários os projetos que:

I - visem à instalação de unidade produtora de celulose constituída por associação de produtores de papel já existentes com o fito de obter matéria-prima a custos reduzidos;

II - sejam decorrentes da fusão de pequenas empresas objetivando o reaparelhamento, a redução de custos ou a especialização.

Art. 4º: Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação".

O salto era tão elevado, com conseqüências tão devastadoras sobre os pequenos e médios produtores, que as reações logo surgiram. Sensível ao apelo do patronato, o CDI tomou, ainda no mesmo ano, uma decisão suplementar que atendia em parte às reclamações, sem no entanto modificar o espírito da legislação adotada anteriormente. Em outros termos, o objetivo de se atingir as 1.000 t/dia de escala mínima de produção de celulose de fibra curta, no caso de implantação de novas fábricas, permanecia intocável. O que mudava era o lapso de tempo para se atingir a meta: numa primeira fase, o projeto deveria contemplar uma produção mínima de 500 t/dia para as novas fábricas e de 200 t/dia para os casos de ampliação de fábricas já existentes.

Essa nova decisão, mais moderada do que a resolução anterior, foi aprovada através da Portaria nº 178, de 24 de outubro de 1972. O texto, na sua íntegra, reza que:



"O Secretário-Geral do Conselho de Desenvolvimento Industrial, nos termos do parágrafo único do art. 40 do Decreto nº 67.706, de 7 de dezembro de 1970, e tendo em vista a Resolução nº 11/72, do Conselho de Desenvolvimento Industrial,

RESOLVE:

Baixar as seguintes normas para apresentação de projetos industriais ou programas de produção para fábricas de celulose de madeira, exceto de fibra longa.

1. A implantação de fábricas, que deverão ser projetadas para a produção mínima de 1.000 t/dia, estabelecida pelo art. 1º da Resolução nº 11/72 deverá atingir 500 t/dia na primeira etapa de operação.

2. A ampliação de fábricas que pretendam se beneficiar dos incentivos previstos na Resolução 11/72 deverá ser dimensionada para atender a escalas de produção de 200 t/dia ou níveis compatíveis para que possam operar com a plena recuperação de produtos químicos e calor.

3. A concessão dos incentivos tanto para implantação de fábricas, como para a ampliação das existentes, fica condicionada à comprovação prévia, pela empresa interessada, do suprimento adequado, quantitativa e qualitativamente, de matéria-prima necessária à produção total prevista para a unidade fabril, à época de sua entrada em operação".

O anúncio do representante do BNDES no CDI e as decisões tomadas em 1972 pelo Ministério da Indústria e Comércio serviram como um "choque elétrico" que sinalizou definitivamente para os empresários sobre a necessidade de se buscar mais eficiência e redução de custos através da incorporação de economias de escala e de uma exploração mais intensa de nossas vantagens comparativas na produção de celulose de fibra curta. Os resultados dessa ação iriam aparecer claramente logo nos anos seguintes.

No entanto, a reviravolta que realçaria a prioridade do setor de papel e celulose no BNDES decorreria da brusca elevação dos preços do petróleo, matéria-prima importada em grandes volumes pelo país.

Mas, se esse é um fato de suma importância que provocou reflexos em toda a economia mundial, há outros igualmente marcantes e que ocorreram na mesma época. O primeiro se refere à extraordinária elevação dos preços dos bens primários (matérias-primas) no mercado internacional, já observada desde 1971, acentuando-se fortemente em 1973.

Explica-se o fenômeno pelo rápido crescimento da demanda, provocado basicamente pela recuperação da atividade econômica na maioria dos países industrializados. Considerados em seu conjunto, eles apresentaram elevada taxa anual de crescimento do produto, 6,75%, superior, portanto, aos 5,8% de 1972.

No quadro a seguir, observa-se como se elevaram rapidamente, em termos percentuais, os preços de vários grupos de produtos primários em 1973, comparativamente a 1972, no mercado internacional.

PRODUTOS PRIMÁRIOS	ACRÉSCIMOS RELATIVOS DE PREÇOS EM DÓLARES
Todos os produtos	51,2
Produtos alimentares	43,3
Matérias-primas industriais	62,4
Fibras	35,0
Metais	78,8

-----  
Fonte: Relatório Anual do Banco Central, 1973.

Como era de se prever, nesse cenário internacional altamente instável, as conseqüências para os países importadores de petróleo, matérias-primas e bens de capital, como o Brasil, foram extremamente graves.

Em 1974, o déficit do Brasil em conta corrente atingiu US\$ 7,1 bilhões. Apesar de o país ter exportado US\$ 8 bilhões - uma expansão de 28% em relação a 1973 -, as importações superaram todas as expectativas, atingindo a casa dos US\$ 12,5 bilhões, causando um preocupante déficit na balança comercial (US\$ 4,5 bilhões), provocado em grande parte pela alta ocorrida no preço do petróleo (US\$ 2,7 bilhões). O restante, somando US\$ 1,8 bilhão, foi devido a um substancial aumento das importações de matérias-primas e de bens de capital, numa conjuntura interna de crescimento acelerado.

Em 1975, a situação continuava gravíssima. O déficit em conta corrente, apesar de uma ligeira diminuição, situou-se em US\$ 6,7 bilhões. Tornava-se inviável para a sociedade brasileira sustentar déficits repetidos e elevados na balança comercial e depender tão fortemente de matérias-primas importadas e de bens de capital, sobre cujo comportamento dos preços no mercado internacional não tinha capacidade de influenciar.

Nessas condições, o governo optou por adotar uma política econômica que, se por um lado restringia quantitativamente as importações passíveis de serem comprimidas, por outro lado fomentava uma nova rodada de substituição de importações, baseada, sobretudo, nas matérias-primas e nos bens de capital, que tanto oneravam a nossa pauta de importados. Ademais decidiu-se promover a exportação de produtos "made in Brazil" em setores nos quais o país dispunha de vantagens comparativas.

Essa estratégia, delineada a partir de 1974, influenciou fortemente toda a atuação do BNDES. Com a finalidade de dotar a instituição de fomento de recursos necessários para financiar os grandes investimentos de longa maturação no setor "pesado" da economia, o governo tomou a importante decisão de transferir para o Banco os recursos do PIS-Pasep, para que fossem alocados nos projetos substituidores de importação.

Em termos institucionais, com o fim de dotar o Banco de novas fórmulas de apoio aos projetos prioritários, o governo decidiu criar três subsidiárias integrais: a FIBASE, a EMBRAMEC e a IBRASA. Com a inclusão da FINAME, subsidiária criada anteriormente nos anos sessenta, estava assim constituído o que hoje se denomina Sistema BNDES, com funções bem claras e explícitas.

Enquanto ao Banco cabia conceder financiamento a longo prazo e prestação de garantia, a FINAME se especializou no financiamento à comercialização de máquinas e equipamentos produzidos no país e a FIBASE, a EMBRAMEC e a IBRASA (que posteriormente seriam reunidas numa única subsidiária, a BNDESPAR) se ocupavam de alocar recursos não-exigíveis em projetos prioritários, sob a forma tanto de participação acionária direta, como de financiamento aos acionistas dos projetos julgados relevantes.

Com uma gama diferenciada de produtos e de serviços financeiros, e com uma injeção formidável de novos recursos para o desenvolvimento (os oriundos do Fundo PIS-Pasep), o Sistema BNDES adotou a conformação institucional que permanece até hoje e se equipou para os novos desafios que se apresentavam na segunda metade da década de 70.

Logo no início de 1974, em fevereiro, o Conselho do BNDES aprovou o Plano de Ação para o período de 1974 a 1978. No âmbito do setor de papel e celulose, o 1º Plano de Ação do Sistema BNDES enumera uma série de pontos positivos.

O primeiro é um decisivo apoio ao fortalecimento do empresariado nacional. Enunciado entre os objetivos gerais a serem perseguidos pela instituição de fomento, o texto é claro ao afirmar que "cabe ao BNDE a função precípua de canalizar poupanças principalmente no setor público e aplicá-las no fortalecimento da empresa nacional (...), propiciando a formação de grandes empresas nos setores básicos".

O segundo enunciado que favorecerá a evolução futura do setor de papel e celulose, e que prenuncia a estratégia da integração competitiva, afirma: "a expansão e a diversificação das exportações - propósito explícito do Governo e necessidade premente da Economia Nacional - constituem também um dos objetivos gerais do Banco, ao qual se atribui importância do mais alto grau, sob todos os pontos de vista".

"Por ser extremamente importante para a continuidade do processo de desenvolvimento brasileiro que o crescimento da receita cambial do País mantenha-se numa taxa anual superior a 10% no período, o BNDE não pode deixar de reconhecer prioridade nas iniciativas capazes de contribuir significativamente para esse crescimento. Assim, os projetos que visem à exportação da produção nacional, nos diversos programas estabelecidos pelo BNDE, gozarão de estímulo e apoio prioritário."

O terceiro enunciado no 1º Plano de Ação do Sistema BNDES, ao listar os objetivos da ação futura do Banco no apoio ao setor de papel e celulose, foi assim redigido:

"No tocante à produção de celulose, as condições brasileiras (disponibilidade de terras, clima adequado ao rápido crescimento de várias espécies de madeiras e mão-de-obra abundante) tornam possível produzir esse insumo básico a preços competitivos internacionalmente. Assim, a meta específica do setor deve levar em conta não só o atendimento do consumo interno, como também a participação mais expressiva do País no mercado internacional.

Nesse sentido, pretende o BNDE dar apoio a projetos de grande porte que concorram para que a economia brasileira atinja um nível de produção de celulose superior a 2,5 milhões de toneladas em 1978, formando, ao mesmo tempo, a massa crítica que garanta uma capacidade de produção superior a 3 milhões de toneladas em 1980.

Relativamente ao acréscimo de produção de papéis, a ênfase do BNDE como entidade financiadora será direcionada no sentido de promover, até 1978, projeto de grande porte destinado a solucionar os problemas de oferta interna de papel de imprensa, estimando-se como fundamental um acréscimo de capacidade da ordem de 500 t/dia."

Sem sombra de dúvidas, a partir de então todos os grandes projetos de papel e celulose instalados no país o foram com o apoio do Sistema BNDES. Definida a política, houve praticamente uma explosão de pleitos de financiamento por parte de empresas já instaladas que pretendiam se modernizar e expandir sua produção e por parte de novas empresas que pretendiam se implantar. O enfoque deixava de ser o mero atendimento ao mercado interno. O mais importante passava a ser produzir para exportar, produzir a preços competitivos e gerar divisas para o país.

A partir de 1974, realmente começa a época mais importante do apoio do Sistema BNDES ao setor de papel e celulose. E convém ressaltar: esse apoio tem sido permanente desde essa época até os dias de hoje. De 1974 a 1990, cresceram expressivamente tanto o número de novos projetos aprovados, como a participação percentual do setor de papel e celulose no total das aprovações e dos desembolsos do Sistema BNDES, demonstrando o dinamismo do empresariado.

Em função das decisões de política econômica adotadas em 1974, pode-se dizer que, no setor de papel e celulose, o país registrou modificações estruturais num prazo relativamente curto. Em menos de quatro décadas, passamos de uma posição de importador de celulose para a de quinto maior exportador mundial do produto. Esse esforço se concentrou sobretudo na celulose de fibra curta de eucalipto, explorando objetivamente nossas vantagens comparativas.(1)

O número de pleitos aprovados pelo Sistema BNDES visando à implantação e/ou expansão de fábricas, ou seja, de novos projetos, pode ser observado no Quadro V (no anexo, listamos as empresas que apresentaram pedidos ao Banco).

#### Quadro V

##### Número de pleitos do setor de papel e celulose aprovados pelo BNDES - 1974-1980

ANO	NÚMERO DE PLEITOS APROVADOS NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE
1974	28
1975	34
1976	43
1977	17
1978	17
1979	4
1980	6

Fonte: Relatórios de Atividades do Sistema BNDES.

(1) "Pulp and Paper International", julho/90, p. 49. Os outros maiores exportadores mundiais são o Canadá, os Estados Unidos, a Suécia e a Finlândia.

Refletindo o acréscimo dos pleitos submetidos ao Sistema BNDES, o percentual do total das operações aprovadas (em valor) para esse segmento industrial, em relação ao total das operações aprovadas pelo Banco, torna-se particularmente expressivo nos anos de 1974, 1975, 1976 e 1979, situando-se entre 5,50% e 9% (Quadro VI).

Quadro VI

Participação das operações aprovadas para o setor de papel e celulose em relação ao total das operações aprovadas pelo Sistema BNDES - 1974-1980

(US\$ 1,000)

ANO	OPERAÇÕES APROVADAS PARA O SETOR DE PAPEL E CELULOSE (A)	TOTAL DAS OPERAÇÕES APROVADAS (B)	% A/B
1974	260.701	3.016.362	8,64%
1975	305.000	4.442.974	6,86%
1976	554.296	6.143.768	9,03%
1977	49.645	3.160.474	1,57%
1978	187.243	14.057.349	1,33%
1979	293.939	5.300.55	5,54%
1980	170.692	5.958.807	2,86%

Fonte: Relatórios Anuais de Atividades do Sistema BNDES e Estatística das Operações Aprovadas pelo Sistema BNDES 1952-1980, AP/AEST.

É nesse período que praticamente todos os atuais grandes grupos empresariais e as grandes empresas nacionais produtoras de papel e celulose apresentaram seus projetos de expansão, modernização ou de implantação. Isso mostra que os empresários estavam finalmente embuídos da necessidade de incorporar as economias de escalas proporcionadas pela ampliação da capacidade instalada. A partir de então, 250 toneladas/dia passaram a ser coisa do passado.

De qualquer forma, o Sistema BNDES enfatizou mais uma vez, em seu Plano de Ação para o triênio 1976-1979, que o Conselho do Banco havia decidido, em 11 de dezembro de 1975, apoiar, prioritariamente, empreendimentos que visassem à implantação de unidades produtoras de celulose com escala acima de 500 t/dia.

Na verdade, pode-se afirmar que essa diretriz já havia sido assumida pelo empresariado. Em 1974, por exemplo, o projeto da Aracruz Celulose aprovado pelo Banco envolvia investimentos superiores a US\$ 400 milhões e previa uma capacidade de produção acima de 1.000 toneladas/dia.

Esse megaprojeto, apoiado inteiramente pelo Sistema BNDES, deixou incrédulos até mesmo os técnicos do Banco Mundial. Quando a análise do projeto estava sendo realizada pelo Banco, investidores de três casas bancárias do Kuwait, acionistas da Arab Brazilian Investment Company (Abico), mostraram interesse em participar acionariamente, como forma de garantir o suprimento de matéria-prima inexistente nesse país. Mas, faziam os investidores árabes uma exigência: a International Finance Corporation (IFC), subsidiária do Banco Mundial, dele também deveria participar acionariamente.

Entretanto, a IFC conclui que o Brasil não dispunha de experiência acumulada para tocar um projeto tão grande e complexo. Colocaram em dúvida também as projeções dos preços da matéria-prima no mercado mundial e as projeções das taxas internas de retorno do projeto, calculadas pelos analistas do BNDES.

Em suma, optaram por não apoiar o projeto. E, sem eles, os árabes tampouco aportaram recursos. Resultado: o Sistema BNDES resolveu bancá-lo sozinho e a Aracruz se tornou um empreendimento exitoso, ocupando hoje a posição de grande exportador mundial de celulose de fibra curta.

Após esse caso exemplar, a IFC, sem questionar a capacidade empresarial brasileira na área de papel e celulose e sem subestimar as vantagens comparativas de que dispõe o Brasil, passou a apoiar empresas nacionais do porte do Grupo Klabin.

Outro grande projeto, voltado sobretudo para a exportação de celulose "kraft" branqueada de eucalipto, foi apoiado pelo BNDES em 1975. Trata-se da Cenibra - Celulose Nipo-Brasileira S.A., criada em 1973, "joint-venture" binacional reunindo a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com 51,48% do capital, e a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co. Ltd. (JBP), detentora dos 48,52% restantes.

O pleito submetido ao Banco tinha por finalidade a implantação de uma fábrica de celulose com capacidade nominal de 750 t/dia (255 mil t/ano), cuja produção deveria se iniciar em 1977. O investimento inicial previsto era de US\$ 265 milhões. Localizada em Belo Oriente, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, a Cenibra escoia sua produção pelo porto da Portocel - Porto Especializado de Barra do Riacho, situado no Espírito Santo, também utilizado pela Aracruz Celulose. A Portocel é uma empresa privada da qual a Aracruz detém 51% do capital e a Cenibra os 49% restantes.

Iniciando suas atividades em outubro de 1977, a Cenibra já atingia em 1978 produção de 200 mil t/ano e, em 1979, 215 mil t. O ano de 1980 foi um marco importante, pois alcançou um nível de produção 10% superior à sua capacidade nominal. Em 1982 supera a casa das 300 mil t/ano e desde então vem apresentando resultados crescentes, em consequência do projeto de aumento da capacidade para 350 mil t/ano, através da eliminação de gargalos e ganhos de produtividade.

Como no caso da Aracruz Celulose, esse é mais um exemplo de como as resoluções do CDI de 1972 e as do BNDES de 1976, estipulando que a instituição de fomento só apoiaria projetos com capacidade acima de 500 t/dia de celulose, tinham realmente surtido efeito.

Observando a atuação do Banco em perspectiva, é também no período 1974-1980 que o Sistema BNDES deflagra definitivamente uma estratégia de consolidação dos grandes grupos empresariais no setor de papel e celulose. Tal estratégia, vale realçar, não induziu à oligopolização do mercado, dado o número razoável de ofertantes em cada segmento. Sem abrir mão de apoiar projetos novos de empresas individuais, o Banco procura direcionar seus recursos para a modernização e a ampliação das mais tradicionais, enfocando os pleitos a ele submetidos sob o ângulo do grupo empresarial e não do projeto específico. O que se almeja é tornar a empresa privada nacional mais forte, mais saudável em termos financeiros, introduzir técnicas novas de produção e de gestão. Assim, praticamente todos os grupos maiores hoje existentes no setor têm sido apoiados pelo Sistema BNDES desde 1974.

Por exemplo, a Cia. Suzano de Papel e Celulose, financiada pioneiramente em 1959, a partir de 1971 é objeto de diversas operações até 1981 e, mais recentemente, em 1984 e 1985. O mesmo ocorre com a Indústria de Papel Simão, atendida pela primeira vez em 1958 e posteriormente em 1969, 1972, 1980, 1981, 1982, 1983 e 1986. Desde 1974 o Grupo Klabin vem sendo alvo constante do suporte financeiro do Sistema BNDES, direcionado a diversas empresas do grupo, como a Ind. Klabin de Papel e Celulose - IKPC, a da Klabin Embalagens, a Ponsa - Papelão Ondulado do Nordeste, a Papel e Celulose Catarinense S.A. e, enfim, a Riocell - Rio Grande Companhia de Celulose do Sul. Outro grupo de porte e tradicional, a Ripasa S.A. - Celulose e Papel, recebeu apoio inicial em 1970 e firmou mais dez operações entre 1973 e 1990.

No Capítulo 8 deste trabalho a participação do Banco na trajetória de crescimento de algumas empresas será motivo de abordagem mais aprofundada.

Vale reafirmar que, a partir de 1974, a preocupação central do BNDES consiste em fomentar empresas privadas nacionais e projetos capacitados a incorporar economias de escala, permitindo produção mais eficiente e, conseqüentemente, tornando a celulose e o papel "made in Brasil" mais competitivos nos mercados internacionais.



Antes de ingressarmos na análise da "performance" do Sistema BNDES na década de 80, convém relatar o controverso caso da Companhia de Celulose da Bahia (CCB). O termo "controverso" é provavelmente o que melhor define a perplexidade dos técnicos da instituição ao analisar uma proposta que, por ser inteiramente pioneira, envolvia sérios riscos técnicos, financeiros e sobretudo de fornecimento de matéria-prima.

O projeto da CCB se originou da idéia de se aproveitar a fibra do sisal, abundante no Nordeste e particularmente na Bahia, para a fabricação de celulose de fibra longa e de papel de alta qualidade, prevendo a carta-consulta submetida ao BNDES e à Sudene uma produção de 100 t/dia de celulose e de 50 t/dia de papel.

Dúvidas de todos os tipos começaram a desafiar os analistas desde o início: seja sobre o equipamento industrial a ser desenvolvido para o aproveitamento das fibras existentes nas folhas de sisal, seja sobre a transformação das fibras em celulose, seja sobre a operação agrícola propriamente dita. Nesse meio tempo, a Sudene negou autorização para a instalação da fábrica de papel, e exigiu a duplicação do projeto de celulose para 200 t/dia.

O pleito submetido ao BNDES em 1969 só foi aprovado em 1974, após modificações em consonância com a Sudene. Antes de tomar sua decisão final, o Banco solicitou à empresa a construção de uma unidade de desfibramento da folha verde de sisal para avaliar seu desempenho em escala semi-industrial. Foi também implantado pela CCB um projeto agrícola piloto para aferimento dos parâmetros de produtividade.

Apesar de todas as precauções adotadas, a participação do Banco aumentou progressivamente, em face da limitação financeira dos empresários controladores diante do vulto do empreendimento. O aporte de recursos da Sudene, previsto inicialmente em 19% do valor total do projeto, não atingiu os 7%.

Em 1979, o BNDES, através da FIBASE, passou a controlar integralmente a empresa, a essa altura com sua saúde financeira comprometida. De 1981, quando finalmente se inicia a produção, até 1989, a fábrica não chegou a atingir sua plena capacidade instalada, basicamente por dificuldades de obtenção de matéria-prima nos níveis necessários, além de ter enfrentado problemas na tecnologia industrial nos primeiros momentos.

No entanto, o projeto da CCB teve seus aspectos positivos. Em termos da operação industrial propriamente dita, permitiu que se desenvolvesse no país a tecnologia de produção de celulose de sisal em processo contínuo, apesar dos problemas

iniciais. Por outro lado, digno de registro, a CCB conseguiu produzir um excelente produto de fibra longa para papéis especiais de alta qualidade, com perfeita aceitação em mercados externos exigentes, tais como, por exemplo, o Japão.

Todavia, o projeto da CCB esbarrou num severo obstáculo. O BNDES estimava que o empreendimento geraria sete mil empregos diretos no ciclo plantio-colheita do sisal, mas, com a fábrica já operando, os administradores conseguiram arregimentar apenas dois mil trabalhadores para a atividade agrícola. Foram, então, envidados esforços para projetar e desenvolver uma tecnologia de corte e de exploração mecanizada do sisal, mas os resultados deixaram a desejar.

Diante desse quadro, o Banco optou por reprivatizar a empresa. O desafio de fabricar celulose de fibra longa a partir do sisal foi abandonado, pois o projeto não conseguiu demonstrar ser economicamente viável. O novo proprietário, o Grupo Klabin, está adaptando a fábrica para produzir celulose de fibra curta a partir de eucalipto, matéria-prima abundante nos reflorestamentos realizados pela Copene, em regiões próximas à indústria.

Fica aqui o registro de um projeto que não deu certo. Pela sua novidade, pioneirismo e falta de tradição na produção de celulose de fibra longa a partir do sisal, o projeto trazia embutida alta dose de risco.

## ANEXO 1

Relação das empresas do setor de papel e celulose  
que apresentaram pedidos de financiamento  
ao BNDES no período de 1974 a 1980

Em 1974

- 1 - Agro-Industrial Amália S.A.
- 2 - Aracruz Celulose (1)
- 3 - Asahi - Ind. Papel Ondulado Ltda.
- 4 - Cartonagem Flor de Maio S.A.
- 5 - Companhia Celulose e Papel do Paraná S.A.- Cocelpa
- 6 - Companhia de Celulose da Bahia - CCB (2)
- 7 - Companhia Senges de Papel de Celulose
- 8 - Embalo S.A. - Embalagens
- 9 - Embasa - Indústria de Embalagens S.A.
- 10 - Fábrica de Papel Ponte Nova S.A.
- 11 - Ind. Comércio e Cultura de Madeiras Sguario Ltda.
- 12 - Ind. Inajá - Artefatos Copos e Embalagens de Papel Ltda.
- 13 - Indústria de Papel de Arte José Tsherkassy S.A. -Toga (1)
- 14 - Indústria de Papel Pádua S.A.
- 15 - Indústria Klabin do Paraná de Celulose
- 16 - Indústria Kalbin Produtos de Celulose
- 17 - Industrial Papeleira Santa Mônica
- 18 - Indústria Mineira de Papel S.A. - Impasa
- 19 - Limeira S.A. - Ind. de Papel e Cartolina
- 20 - Mirtillo Trombini S.A. Papel e Embalagens (1)
- 21 - Papel e Celulose Catarinense Ltda. - PCC
- 22 - Papel Ondulado do Nordeste S.A. - Ponsa (1)
- 23 - Papyrus Indústria Papel S.A.
- 24 - Parapolpa S.A. - Embalagens de Polpa Moldada
- 25 - Ribeiro Parada S.A. - Ind. de Papel e Papelão
- 26 - Ripasa S.A. Celulose e Papel
- 27 - Sartel S.A. - Ind. Com. e Importação
- 28 - Wellapack Ind. de Embalagem e Papelão Ondulado

- 
- 1) Duas operações de financiamento aprovadas.
  - 2) Quatro operações de financiamento aprovadas.

Em 1975

- 1 - Afranio Cordeiro
- 2 - Aracruz Celulose S.A. (1)
- 3 - Asahi Ind. Papel Ondulado Ltda.
- 4 - Bacraft S.A. - Indústria Papel
- 5 - Cartográfica Francisco Mazza S.A.
- 6 - Cartonagem Campo Bom Ltda.
- 7 - Cartonagem do Nordeste - Canosa
- 8 - Cartonagem N. Senhora das Graças Ltda.
- 9 - Celpa S.A. Indústria Papel (2)
- 10 - Celulose Nipo-Brasileira - Cenibra (1)
- 11 - Companhia Agro-Industrial Cícero Prado
- 12 - Companhia de Papéis - Copa
- 13 - Companhia Fabricadora de Papel Petrópolis
- 14 - Companhia Fluminense Industrial
- 15 - Companhia Nordestina de Papel - Conpel (1)
- 16 - Companhia Papéis e Celulose do Norte
- 17 - Embalagens Sul Brasileira - Embrasul
- 18 - Embasa - Indústria de Embalagens S.A.
- 19 - Fábrica de Celulose e Papel - Facelpa
- 20 - Fábrica de Papel Fonte Nova S.A.
- 21 - Fábrica de Papel e Papelão N. S. Penha S.A.
- 22 - Fábrica de Papel Santa Terezinha
- 23 - Indústria de Cartonagem S.A. - Incarton
- 24 - Indústria e Comércio Luis Olsen S.A.
- 25 - Indústria Mineira de Papel S.A. - Impasa
- 26 - Isolamentos Técnicos e Embalagens da Amazônia S.A.- Insteam
- 27 - Lecler - Ind. Com. de Papel Ltda.
- 28 - Mirtillo Trombini S.A. Papel e Embalagens
- 29 - Papelok S.A. Indústria e Comércio
- 30 - Propasa - Produtos de Papel S.A.
- 31 - Refinadora Paulista S.A. Celulose e Papel Ltda.
- 32 - Sovel da Amazônia Ltda.
- 33 - Transgeral Sacos de Papel Ltda.
- 34 - Umacol Nordeste - Indústria Papel Carbono S.A.

- 
- 1) Duas operações de financiamento aprovadas.
  - 2) Três operações de financiamento aprovadas.

Em 1976

- 1 - Adamas do Brasil, Fibras e Cartonagens (1)
- 2 - Aracruz Celulose S.A. (1)
- 3 - Araújo Silva
- 4 - Artefato de Papéis Colombo - Arpeco
- 5 - Braskraft S.A. Florestal e Industrial
- 6 - Cartonagem Jofer Ltda.
- 7 - Celulose Nipo-Brasileira - Cenibra
- 8 - Cibrapel - Ind. e Com. de Papel de Embalagem Ltda.
- 9 - Companhia Celulose e Papel do Paraná S.A. - Cocelpa
- 10 - Companhia de Celulose da Bahia - CCB
- 11 - Companhia Fabricadora de Papel
- 12 - Companhia Guatapará de Papel e Celulose - Celpag (1)
- 13 - Companhia Sacos de Papel
- 14 - Companhia Senges de Papel e Celulose
- 15 - Companhia Suzano de Papel e Celulose
- 16 - Elias J. Cury - Ind. e Com. S.A.
- 17 - Embalagens Triângulo Ltda.
- 18 - Fábrica de Papel Três Portos
- 19 - Impressora Grafo
- 20 - Induprel Ltda.
- 21 - Indústria de Papéis Santo Amaro
- 22 - Indústria de Papel Espírito Santo S.A. - Ipressa
- 23 - Indústria de Plásticos Paranaense Ltda. - Inplasp
- 24 - Indústria e Com. Papelão Ibicuí
- 25 - Indústria Gráfica de Embalagens - Igel
- 26 - Indústria Inajá - Artefatos, Copos e Embalagens de Papel Ltda.
- 27 - Indústria Klabin do Paraná de Celulose
- 28 - Industrial Papeleira Piraiense S.A.
- 29 - Indústrias Novacki Ltda.
- 30 - Indústrias Reunidas Irmãos Spina
- 31 - Jacó, João Carraro e Cia.
- 32 - Jari Florestal Agro-Pecuária
- 33 - Locarpe - Lobo Ind. Com. de Artefatos de Papel Ltda.
- 34 - Luiz Moschetti S.A. Ind. Com. de Papel
- 35 - Marin Schuch e Cia. Ltda.
- 36 - Paraibuna Papéis S.A.
- 37 - Parapolpa S.A. - Embalagem Polpa Moldada
- 38 - Polipel Embalagens Ltda.
- 39 - Ripasa S.A. Celulose e Papel
- 40 - Strina S.A. Ind. Com. de Papéis
- 41 - Suzano Kimberly Ind.
- 42 - Telexpel Ind. Com. de Papéis Ltda.
- 43 - Zapel-Ind. de Artif. de Papel Pedro Nilo Althoff e Cia.

-----  
1) Duas operações de financiamento aprovadas.

Em 1977

- 1 - Aracruz Celulose S.A. (2)
- 2 - Braskraft S.A. Florestal e Industrial
- 3 - Cibrapel - Ind. e Comércio de Papel e Embalagens Ltda.
- 4 - Companhia de Celulose da Bahia - CCB (1)
- 5 - Embalagens Sul Brasileira S.A. - Embrasul (1)
- 6 - Fábrica de Sacos de Papel E. Divano S.A.
- 7 - Indústria de Papéis de Arte José Tscherkassy S.A.  
- Toga
- 8 - Indústria de Papéis e Embalagens Pan-Brasil Ltda.
- 9 - Indústria de Papéis S.A. - Inpasa
- 10 - Indústria de Plásticos Paranaense Ltda. - Inplasp
- 11 - Indústrias Novacki Ltda.
- 12 - Lemac S.A. - Ind. Heliográfica
- 13 - Linesana S.A. - Ind. Com. Produtos Higiênicos
- 14 - Luiz Moschetti S.A. - Indústria Comércio de Papel
- 15 - Serrados e Pastas de Celulose Ltda. - Sepac
- 16 - Sopasta S.A. Ind. Comércio
- 17 - Sovel da Amazônia Ltda.

Em 1978

- 1 - Adolfo Linsemeyer
- 2 - Aracruz Celulose S.A. (3)
- 3 - Cartográfica Francisco Mazza S.A.
- 4 - Cartonagem Campo Bom Ltda. (1)
- 5 - Companhia de Celulose da Bahia - CCB
- 6 - Companhia Sacos de Papel
- 7 - Companhia Suzano de Papel e Celulose (4)
- 8 - Curipel S.A. - Indústria de Artefatos de Papel
- 9 - Grupograf S.A. Artes Gráficas e Embalagens
- 10 - Impressora Lavezzo S.A.
- 11 - Indústria de Plásticos Paranaense Ltda. - Inplasp
- 12 - Lobo Ind. Com. de Artefatos de Papel Ltda. - Locarpe
- 13 - Mirtillo Trombini S.A. Papel e Embalagens
- 14 - Papelok S.A. Indústria e Comércio
- 15 - Potuiga Papéis S.A. - Popasa
- 16 - Ripasa S.A. Celulose e Papel
- 17 - Wiegando Olsen S.A.

- 
- 1) Duas operações de financiamento aprovadas.
  - 2) Quatro operações de financiamento aprovadas.
  - 3) Cinco operações de financiamento aprovadas.
  - 4) Nove operações de financiamento aprovadas.

Em 1979

- 1 - Aracruz Celulose S.A. (1)
- 2 - Companhia Guatapar de Celulose e Papel - Celpag
- 3 - Companhia Suzano de Papel e Celulose
- 4 - Riocell - Rio Grande Cia. de Celulose do Sul (\*) (1)

Em 1980

- 1 - Aracruz Celulose S.A. (1)
- 2 - Companhia Guatapar de Celulose e Papel - Celpag
- 3 - Industria de Papeis Santo Amaro
- 4 - Industria de Papel Simão
- 5 - Klabin Embalagens S.A.
- 6 - Pisa - Papel de Imprensa S.A.

-----  
(\* ) Trata-se do projeto anteriormente controlado pela Borregaard. Ao mudar sua configuração acionaria, passou a chamar-se Riocell, já sob controle do Grupo KIV.

- 1) Duas operações de financiamento aprovadas.

#### 4 - ATUAÇÃO NA DÉCADA DE 80

---

A convergência de três fatores essenciais - vantagens comparativas do país, incentivos fiscais para as atividades de reflorestamento e esquema de apoio financeiro do Sistema BNDES -, aliados à competência empresarial, transformou de maneira espetacular o cenário do setor de papel e celulose. Os resultados são dignos de registro.

Se em 1963 o país produzia /319.499 toneladas de celulose - atingindo as metas estabelecidas no Plano JK - , já em 1970 a produção atingia 664.063 toneladas. Em decorrência dos esforços envidados após a crise do petróleo e dos maciços investimentos canalizados para o setor, a produção nacional de celulose salta para 2.872.696 toneladas em 1980, 3.403.464 toneladas em 1985 e finalmente 3.922.352 toneladas em 1989.

A produção se multiplica 4,32 vezes no período de 1970 a 1980 e 5,9 vezes num espaço de 20 anos, entre 1970 e 1989.

Outros dados demonstram que o empresariado soube explorar convenientemente as vantagens comparativas do eucalipto. A produção brasileira de celulose, que nos primórdios era essencialmente de fibra longa baseada na exploração de araucária, torna-se, com o passar dos anos, essencialmente uma celulose de fibra curta. Até 1959, o país produzia mais fibra longa do que fibra curta: 79.531 toneladas contra 65.150 toneladas, respectivamente. Entre 1960 e 1970, a produção das duas fibras cresce de forma praticamente idêntica: 321,8% de incremento para a fibra curta e 346,2% para a fibra longa.

Em 1970, finalmente, dá-se a modificação estrutural que define a supremacia da fibra curta sobre a fibra longa: entre 1970 e 1980, a produção de celulose de fibra curta cresce 5,48 vezes, enquanto a produção da celulose de fibra longa registra um acréscimo de 271,6%.

Num período mais longo, ou seja entre 1970 e 1989, o padrão da produção fica mais claro. A fibra curta registra incremento da ordem de 698,7%, contra 440,7% da fibra longa.



Em 1970, o país produziu 278.156 toneladas de celulose de fibra longa, contra 385.907 toneladas de celulose de fibra curta, enquanto em 1989 os dados são, respectivamente, 1.226.011 toneladas de celulose de fibra longa, contra 2.696.341 toneladas de celulose de fibra curta.

Por seu lado, a produção nacional de papel também cresceu em ritmo acelerado. Em 1963, era de 656.575 toneladas; em 1970, atingia 1.098.910 toneladas; e 1973 saltava para 1.587.403 toneladas. Entre 1973 e 1980, a produção de papel é multiplicada por 2,11 vezes. No período de 1980 a 1989, a produção salta de 3.361.697 toneladas para 4.867.036 toneladas.

Se analisarmos a evolução no período mais longo, ou seja entre 1973, quando eclode a crise do petróleo, e 1989, a produção brasileira de papel cresceu 306,6%.

Ao longo da década de 80, o apoio do Sistema BNDES visou praticamente consolidar as empresas e/ou grupos empresariais que ajudou a fomentar, implantar e expandir na década anterior. O setor de papel e celulose se tornou competitivo em termos internacionais e estava maduro. A experiência empresarial e gerencial acumulada mais as vantagens de clima, solo, produtividade da terra e custos de produção (mais baixo do que os competidores estrangeiros, em termos de eucalipto) transformaram a tarefa inicial do Banco. Deixava de ser importante a atividade primária de fomento e ganha realce a de consolidação das empresas do setor de papel e celulose.

De qualquer forma, a ação financiadora do Banco não se interrompeu. Pelo contrário. Com a elevação das escalas mínimas de produção, altos investimentos tornaram-se necessários, fazendo com que a função alavancadora do Sistema BNDES se tornasse imprescindível.

No período de 1980 a 1990 foram aprovados pelo BNDES 98 operações financeiras, que beneficiaram várias empresas do setor de papel e celulose, conforme mostra o anexo a este capítulo.

Na década dos 80, em termos de recursos alocados ao setor de papel e celulose, os valores continuaram não só expressivos, mas sobretudo crescentes, particularmente em 1988 e 1989.

Se compararmos as aprovações totais do Sistema BNDES com as operações aprovadas especificamente para o setor de papel e celulose, observa-se que, se representavam 1,92% em 1981, elevam-se progressivamente para 4,51% em 1985, decrescem entre 1986 e 1987 e sobem aceleradamente nos três últimos anos do período: 14,64% em 1988, 17,89% em 1989 e 16,30% em 1990.

## Quadro VII

Participação das operações aprovadas para o setor de papel e celulose em relação ao total das aprovações do Sistema BNDES 1981-1990 (\*)

(US\$ 1,000)

ANO	OPERAÇÕES APROVADAS PARO O SETOR DE PAPEL E CELULOSE (A)	TOTAL DAS OPERAÇÕES (B)	% A/B
1981	155.227	8.081.782	1,92%
1982	164.868	5.019.180	3,28%
1983	162.169	3.684.141	4,40%
1984	243.537	4.092.928	6,02%
1985	80.940	1.792.989	4,51%
1986	163.310	4.091.009	3,99%
1987	158.983	4.950.106	3,21%
1988	893.048	6.102.000	14,64%
1989	839.472	4.693.487	17,89%
1990	524.251	3.212.936	16,30%

Fonte: Relatórios de Atividades do Sistema BNDES.

(\*) A partir de 1983, o cálculo de valores em dólares foi feito com base na cotação dessa moeda no mês da aprovação das operações, em lugar de utilizar a cotação média do ano. A mudança se deve à elevação das taxas mensais de inflação, que desaconselha o uso de cotações médias.

## ANEXO 2

Operações de financiamento aprovadas pelo BNDES para o setor de papel e celulose no período 1981-1990

Em 1981:

- 1 - Braskraft S.A. Florestal e Industrial
- 2 - Celulose Nipo-Brasileira - Cenibra
- 3 - Companhia de Celulose da Bahia - CCB (1)
- 4 - Companhia Suzano de Papel e Celulose
- 5 - Indústria de Papel e Papelão Santa Luzia
- 6 - Indústria de Papéis Simão (1)
- 7 - Indústria Klabin do Paraná de Celulose (2)
- 8 - Industrial Papeleira Santa Mônica S.A.
- 9 - Papelão Ondulado do Nordeste S.A. - Ponsa (1)
- 10 - Rio Grande Cia. Celulose do Sul - Riocell (1)
- 11 - Ripasa S.A. Celulose e Papel

Em 1982:

- 1 - Braspap - Cia. Brasileira de Papel (1)
- 2 - Celulose Nipo-Brasileira - Cenibra
- 3 - Companhia Brasileira de Papel - Cibrap
- 4 - Companhia de Celulose da Bahia - CCB (2)
- 5 - Companhia Papeleira do Sul (2)
- 6 - Fábrica de Papel da Bahia S.A. - Sapelba
- 7 - Iguaçu Celulose e Papel S.A. (ex-Ind. Papeleira Santa Mônica)
- 8 - Indústria de Papéis Santo Amaro
- 9 - Indústria de Papel Simão
- 10 - Indústria Klabin do Paraná de Celulose
- 11 - Mirtillo Trombini S.A. Papel e Embalagens
- 12 - Papelão Ondulado do Nordeste S.A. - Ponsa
- 13 - Papyrus Indústria Papel S.A.
- 14 - Pisa - Papel de Imprensa S.A.
- 15 - Rio Grande Cia. Celulose do Sul - Riocell
- 16 - Ripasa S.A. Celulose e Papel (1)

- 
- 1) Duas operações de financiamento aprovadas.
  - 2) Quatro operações de financiamento aprovadas.

BIBLIOTECA DIGITAL - BNDES

## Em 1983:

- 1 - Águas Negras S.A.
- 2 - Braspap - Cia. Brasileira de Papel
- 3 - Companhia Celulose e Papel do Paraná S.A.- Cocelpa
- 4 - Indústria de Papel Leon Feffer S.A.
- 5 - Indústria de Papel Simão (2)
- 6 - Indústria Papel e Papelão São Roberto S.A.
- 7 - Mirtillo Trombini S.A. Papel e Embalagens
- 8 - Paraibuna Papéis S.A. (1)
- 9 - Rio Grande Cia. Celulose do Sul - Riocell (1)
- 10 - Wiegando Olsen S.A.

## Em 1984:

- 1 - Braspap - Cia. Brasileira de Papel
- 2 - Celulose Nipo-Brasileira - Cenibra
- 3 - Companhia Celulose e Papel do Paraná S.A.- Cocelpa
- 4 - Companhia de Celulose da Bahia - CCB
- 5 - Companhia De Zorzi de Papéis
- 6 - Companhia Florestal Monte Dourado (Projeto Jari)
- 7 - Companhia Paduana de Papéis - Copapa
- 8 - Companhia Suzano de Papel e Celulose (1)
- 9 - Fábrica de Papel Santa Terezinha (1)
- 10 - Indústria de Papel e Papelão Santa Luzia
- 11 - Indústria de Papel Leon Feffer S.A.
- 12 - Indústria Klabin do Paraná de Celulose
- 13 - Madezorzi S.A.
- 14 - Papel e Celulose Catarinense Ltda. - PCC (1)
- 15 - Papius Indústria de Papel S.A.
- 16 - Ripasa S.A. Celulose e Papel

## Em 1985:

- 1 - Braspap - Cia. Brasileira de Papel
- 2 - Celulose Nipo-Brasileira - Cenibra
- 3 - Companhia De Zorzi de Papéis
- 4 - Companhia Paduana de Papéis S.A. - Copapa
- 5 - Companhia Papeleira do Sul
- 6 - Companhia Santista de Papel
- 7 - Companhia Suzano de Papel e Celulose
- 8 - Iguaçu Celulose e Papel S.A.
- 9 - Indústria de Papel Leon Feffer S.A.
- 10 - Indústria Klabin do Paraná de Celulose (1)
- 11 - Indústria Mineira de Papel S.A. - Impasa
- 12 - Morro Verde S.A.
- 13 - Papel e Celulose Catarinense Ltda. - PCC
- 14 - Rio Grande Cia. Celulose do Sul - Riocell
- 15 - S.A. Indústria Votorantim

- 
- 1) Duas operações de financiamento aprovadas.
  - 2) Três operações de financiamento aprovadas.

Em 1986:

- 1 - Companhia Melhoramentos São Paulo - Indústria de Papel
- 2 - Companhia Paranaprint de Empreendimentos Florestais
- 3 - Fábrica de Celulose e Papel - Facelpa
- 4 - Fábrica de Papéis Primo Tedesco S.A.
- 5 - Indústria de Papel Simão
- 6 - Indústria Klabin de Papel e Celulose S.A. (1)
- 7 - Rio Grande Cia. Celulose do Sul - Riocell

Em 1987:

- 1 - Fábrica de Celulose e Papel - Facelpa
- 2 - Indústria de Papéis de Arte José Tscherkassy S.A.-Toga
- 3 - Papel e Celulose Catarinense Ltda. - PCC
- 4 - Ripasa S.A. Celulose e Papel

Em 1988:

- 1 - Aracruz Celulose S.A.
- 2 - Bahia Sul Celulose (Grupo Suzano + CVRD)
- 3 - Curipel S.A. Indústria de Artefatos de Papel
- 4 - Iguazu Celulose e Papel S.A.
- 5 - Indústria Klabin de Papel e Celulose S.A.
- 6 - Santa Maria Cia. Papel e Celulose
- 7 - Trombini Embalagens S.A.

Em 1989:

- 1 - Companhia Florestal Monte Dourado (1)
- 2 - Fábrica de Celulose e Papel (1)
- 3 - Indústria Papel e Celulose Arapoti S.A.- Inpacel
- 4 - Papel e Celulose Catarinense Ltda. - PCC

Em 1990:

- 1 - Aracruz Celulose S.A. (2)
- 2 - Bahia Sul Celulose S.A.
- 3 - Cia. Votorantim de Celulose e Papel - Celpag (1)
- 4 - Indústria de Papel e Celulose Arapoti S.A. Inpacel
- 5 - Papel e Celulose Catarinense S.A.
- 6 - Paraibuna Papéis S.A.
- 7 - Riocell S.A.
- 8 - Ripasa S.A. Celulose e Papel

- 
- 1) Duas operações de financiamento aprovadas.
  - 2) Três operações de financiamento aprovadas.

## 5 - A ATUAÇÃO DA FINAME: 1965-1990

---

Criada em 1964 com o objetivo de financiar a compra de máquinas e equipamentos fabricados no país, a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) teve, desde sua criação até meados da década de 80, uma participação pouco expressiva (abaixo dos 2%) no total das operações aprovadas pelo Banco para o setor de papel e celulose, com exceção dos anos de 1970, 1971, 1972, 1975 e 1976 (Quadro VIII).

Tal fenômeno reflete, sobretudo, o fato de o parque produtor de bens de capital específicos para o setor se encontrar ainda em seus primórdios, obrigando os empresários a recorrerem à importação dos equipamentos.

Os anos que apresentam crescimento da participação da FINAME refletem os primeiros impactos da demanda sobre a oferta interna de máquinas e equipamentos provocada pelos projetos de maior dimensão, que começam a ser implantados a partir dos anos 70.

De fato, a alocação crescente de recursos da FINAME indica um benefício tangível, se bem que indireto, para a economia nacional gerado pela expansão do setor de papel e celulose: induzidas pelo crescimento acelerado do setor, fábricas de equipamentos estrangeiros vieram se instalar no país e promoveram um esforço progressivo visando aumentar o índice de nacionalização dos componentes embutidos nos bens de capital produzidos no Brasil. Isso se torna particularmente claro examinando-se a evolução do apoio da FINAME ao setor de papel e celulose nos últimos anos da década dos 80 (Quadro IX).

Na realidade, essas estatísticas demonstram claramente que os primeiros grandes projetos de impacto na área de papel e celulose, de uma maneira geral, recorreram a máquinas e equipamentos estrangeiros para sua implantação. Incluem-se nesse caso, entre outros, a Borregaard (1968), a Aracruz (1974), a Cenibra (1975), e a Monte Dourado (Projeto Jari). Tal fato não é de espantar: o parque produtor de bens de capital brasileiro não tinha nem tradição nem experiência na produção de equipamentos de grande porte para os novos projetos, que superavam 200 ou até

mesmo 500 t/dia. É exatamente a implantação desses projetos - consequência da estratégia e das políticas operacionais ditadas pelo CDI e pelo BNDES no início da década de 70 - que vai criar condições favoráveis ao processo substituidor de importações dos equipamentos mencionados.

O resultado indireto positivo da ampliação vertiginosa da produção de celulose e papel no Brasil é a verticalização da matriz das trocas inter-industriais, com a ampliação do parque produtor de bens de capital adaptados às necessidades do setor. O Quadro X ilustra esse fenômeno, mostrando os desembolsos da FINAME, por empresa, no âmbito do Programa Especial (programa de financiamento de longo prazo para projetos de maturação mais lenta).

Outro dado que reflete o papel relevante da FINAME no financiamento às máquinas e equipamentos fabricados no Brasil, e que estão sendo demandados pela expansão dos projetos já existentes e nos novos projetos em implantação no país (liderados pela Aracruz, Bahia Sul, Inpacel, Celpav, Ripasa, Riocell, entre outros), é o que demonstra a participação das operações aprovadas pela FINAME para o setor de papel e celulose em relação ao total das operações aprovadas pela subsidiária. Em 1987, as operações para o setor representavam 2,47% total, em 1988 subiam para 13,48%, alcançando 22,86% em 1989. Em 1990, o percentual atinge o nível recorde de 23,44%.

Em outros termos, cerca de 1/4 de todas as operações aprovadas em 1990 pela FINAME, ou seja, US\$ 318,1 milhões, vinculou-se às empresas produtoras de bens de capital destinados ao setor de papel e celulose (Quadro IX).

Enquanto em 1982 a FINAME desembolsou US\$ 11,8 milhões na comercialização de máquinas e equipamentos para o setor de papel e celulose, em 1990 o valor cresceu para US\$ 318,1 milhões, representando um incremento de cerca de 26 vezes em somente nove anos (Quadro X).

## Quadro VIII

**FINAME - Participação das operações aprovadas para o setor de papel e celulose em relação ao total das aprovações (1965-1979)**  
(US\$ 1,000)

ANO	SETOR (A)	TOTAL DE OPERAÇÕES APROVADAS	% (A/B)
1965	200	24.096	0,83%
1966	400	33.057	1,71%
1967	760	41.081	1,85%
1968	620	68.889	0,90%
1969	1.120	60.540	1,85%
1970	2.020	79.216	2,55%
1971	11.140	144.070	8,01%
1972	6.010	193.871	3,10%
1973	5.890	327.222	1,80%
1974	8.170	510.625	1,60%
1975	35.990	1.058.529	3,40%
1976	164.480	2.429.542	6,70%
1977	14.230	1.897.334	0,75%
1978	27.450	6.238.636	0,44%
1979	25.040	2.122.034	1,18%

Fonte: Informações Estatísticas da FINAME.



## Quadro IX

FINAME - Participação das operações aprovadas para o setor de papel e celulose em relação ao total das aprovações(1980-1990)

(US\$ 1.000)

ANO	S E T O R			TOTAL DE OPERAÇÕES APROVADAS (B)	% (A\B)
	PROGRAMA ESPECIAL	PROGRAMA AUTOMÁTICO	TOTAL (A)		
1980	25.436	23.917	49.353	3.355.173	1,47%
1981	22.612	14.433	37.045	2.603.693	1,42%
1982	5.614	26.549	32.163	1.794.292	1,79%
1983	69.674	14.301	83.975	1.027.416	8,17%
1984	12.197	32.942	45.139	1.491.867	3,03%
1985	4.965	25.665	30.630	1.621.400	1,88%
1986	14.273	18.499	32.772	1.908.894	1,71%
1987	34.416	34.380	68.796	2.782.052	2,47%
1988	432.547	48.804	481.351	3.569.421	13,48%
1989	959.110	78.302	1.037.412	4.537.650	22,86%
1990	318.101	23.029	341.130	1.454.825	23,44%

Fonte: Informações Estatísticas da FINAME.

Q u a d r o X  
F I N A M E - Programa Especial - Desembolsos por empresas

(US\$1,00)

EMPRESA	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Sto. Amaro	440								
Ripasa	259							21.346	3.405
CPS	1.634	27	3.479	841					
Riocell	7.635			65		326	7	24.218	31
KSR		138		121		5.031			
Pisa		16.309	17.517	1.056	378				
Suzano						6.381	3.991	55	
Iguaçu				1.040	326	719	1.747	465	
Klabin				353	1.595	5.750	6.690	1.466	114
Catarinense							12.089	6.347	18.839
Aracruz							98.562	82.000	55.156
Bahia Sul							13.130	74.921	52.413
Melhoramentos							1.868	1.093	
Batistela								333	765
Inpacel								68.075	142.748
Celpav									33.234
Monte Dourado									452
Paraibuna									1.200
Outros	1.879	1.333	55						9.744
Total	11.847	17.807	21.051	3.476	2.299	18.207	138.084	280.319	318.101

Fonte: Informações Estatísticas da FINAME.

Em 1974 o BNDES ampliou sua configuração institucional, criando subsidiárias cuja forma de apoio é a participação acionária em empresas. Assim surge a FIBASE - Insumos Básicos S.A., posteriormente transformada em BNDESPAR, ao se fundir às outras duas subsidiárias, a EMBRAMEC e a IBRASA.

A ação da antiga FIBASE e, posteriormente, da BNDESPAR vem permitindo um fluxo de recursos não-exigíveis em direção ao setor de papel e celulose através de participação no capital das empresas e do financiamento a acionistas controladores, promovendo um "mix" adequado de fundos, seja para a implantação de novo projeto, seja para a expansão e a modernização já existentes. Pelo Quadro XI observa-se que praticamente todos os grandes grupos empresariais brasileiros e/ou grandes projetos de empresas privadas individuais na área de papel e celulose foram contemplados com o apoio da FIBASE desde 1975 e, a partir de 1982, da BNDESPAR.

Digno de realce é a filosofia de atuação da BNDESPAR. De um modo geral, a subsidiária sempre teve por objetivo participar minoritariamente do capital total das empresas apoiadas, através da aquisição de ações preferenciais, sem direito a voto. Em outros termos, o objetivo tem sido, ao longo dos anos, o de não se imiscuir na administração dos negócios, nem na condução da atividade empresarial propriamente dita.

Assim que o projeto amadurece, a BNDESPAR tem por norma desmobilizar parte de seus ativos financeiros na empresa, seja através de venda direta de sua participação aos acionistas controladores, seja através da colocação pulverizada de suas ações no mercado secundário de títulos, democratizando o controle do capital e fortalecendo o mercado de capitais. A expressão dessa política pode ser observada no Quadro XII. Mas, em alguns casos, não houve condições para a plena obediência a tal filosofia, ou por insucesso empresarial, ou por dificuldades técnicas na implementação do empreendimento, e o Sistema BNDES se viu na circunstância de tornar-se controlador e administrador de certas empresas. Nesses casos, na realidade poucos diante do universo empresarial do setor de papel e celulose, o Sistema BNDES buscou, na ocasião propícia, transferir a responsabilidade da administração dessas empresas, através da desmobilização dos ativos para outros grupos privados. Esse fenômeno está igualmente ilustrado no Quadro XII.

Nesse quadro, que reflete a participação societária da BNDESPAR desde 1980 até hoje nas empresas de papel e celulose, alguns aspectos da atuação da subsidiária merecem destaque: (\*)

1. - A participação societária importante, inicialmente do próprio BNDES, no projeto da Aracruz Celulose é transferida em 1987 para a BNDESPAR, que realiza, em 1988, o processo de desmobilização, reduzindo sua participação acionária de 40,89% no capital votante e de 33,32% no capital total da empresa para, respectivamente, 12,47% e 13,59% em 1989.

2. - A participação societária da BNDESPAR na Companhia Papeleira do Sul - CPS, crescente a partir de 1980, tendo atingido 64,84% do capital total em 1984, foi integralmente vendida nesse ano para a Riocell - Rio Grande Cia. de Celulose do Sul.

3. - A Companhia de Celulose da Bahia, controlada majoritariamente pela BNDESPAR, que chegou a deter quase 100% do seu capital total, foi reprivatizada em 1989, através de sua venda para o Grupo Klabin. A desmobilização foi total e desde o ano passado a BNDESPAR não mais participa acionariamente da CCB.

4. - Na Cia. Guatapar de Papel e Celulose (Celpag), a participação societária da BNDESPAR se torna progressivamente crescente a partir de 1980, chegando a atingir 72,45% do total das aoes ordinárias, configurando uma situação de efetivo controle da empresa pela subsidiária do Banco. Esse quadro é revertido com a reprivatização da empresa, vendida para o Grupo Votorantim em 1988. Na atual Celpav, a BNDESPAR detém uma participação minoritária de 3,76% do capital votante e de 332,62% do capital total.

5. - No caso da Indústria de Papel Piracicaba (IPP), a BNDESPAR realiza a desmobilização de sua participação no capital total, que atingia 41,13% das aoes preferenciais em 1984, através da recompra desses ativos pelos seus acionistas controladores, no caso, o Grupo Simão.

6. - A mesma operação se repete em 1987 com a Papelok S.A., em que a participação da BNDESPAR, equivalente a 25,50% do capital total da empresa,  recomprada por seus acionistas controladores.

Atualmente, a carteira de participações societárias da BNDESPAR é bastante diversificada e cobre praticamente todos os grandes projetos de implantação e expansão de fábricas de celulose. Salvo no caso da Companhia Paraprint, onde detém participação majoritária no capital total (66,82%, apesar de sob seu controle somente 20,86% do capital votante), em todas as

-----  
 (\*) Até encerrarmos a redação do presente trabalho, não estavam disponíveis as informações referentes ao período 1975-1979, de forma a inseri-las no Quadro XII.

outras 14 empresas de sua atual carteira a participação é minoritária (posição em 31.12.89), sendo nula no capital votante de sete delas.

Quadro XI

Operações aprovadas pela FIBASE (1975-1981) e posteriormente pela BNDESPAR (1982-1990) em favor das empresas de papel e celulose

EMPRESA	ANO	V A L O R US\$ 1,000
Aracruz Celulose S.A.	1975	19.331
	1977	8.128
	1978	17.176
	1979	12.699
Bahia Sul Celulose S.A.	1989	87.876
Braskraft S.A. Florestal e Industrial	1976	18.518
	1979	406
	1979	15.592
	1980	779 (1)
	1981	676
1982	4.460	
Cia. Celulose da Bahia - CCB	1978	2.773
	1978	5.546
	1978	2.773
	1979	17.034
	1980	3.000 (1)
	1980	1.500 (1)
	1980	10.000 (1)
	1981	9.081
	1982	1.784
	1982	26.500 (1)
	1983	16.756
	1984	7.602
	1985	4.912
1986	9.610	
1987	2.439	
1988	6.353	
Cia. de Celulose e Papel do Paraná - Cocelpa	1978	19.412
	1983	2.299
Cia. De Zorzi de Papéis	1983	500 (1)
	1983	300 (1)

(1) Prestação de garantia. (continua)

(Quadro XI: continuação)

EMPRESA	ANO	V A L O R US\$ 1,000
Cia. Guatapar de Celulose e papel - Celpag	1976	26.600
	1980	5.000 (1)
	1980	23.742
	1985	2.213
	1986	3.259
	1987	29.751
	1988	25.523
	1989	22.765
Cia. Votorantim de Celulose e Papel - Celpav	1989	76.399
Cia. Nacional de Papel	1979	31.183
Cia. Papeleira do SUL - CPS	1981	563
	1982	172
	1983	5.903
	1985	327
Cia. Paranaprint de Empreendimentos Florestais	1984	4.254
	1986	12.013
Cia. Suzano de Papel e Celulose	1980	2.921
Cícero Prado Celulose e Papel	1978	12.756
	1979	1.013
	1979	9.230
	1980	2.500 (1)
	1980	10.000 (1)
	1981	15.897
	1982	22.600
Gretisa S.A. Fábrica de Papel	1984	254
Ind. Com. Cult. M. Sguario S.A.	1984	201
Ind. Klabin do Paraná de Celulose	1977	1.463
Ind. Papel e Celulose Arapoti-Inpacel	1989	59.681
1) Prestao de garantia		(continua)

(Quadro XI: continuação)

EMPRESA	ANO	V A L O R US\$ 1,000
Ind. Papéis Piracicaba S.A.	1980	5.843
Ind. Papéis Santo Amaro S. A.	1979	3.898
	1980	1.948
	1983	3.870
	1984	4.899
Indústrias de Papel Simão S.A.	1979	12.789
	1980	3.642
Mazedorzi S.A.	1982	7.137
	1982	11.895
	1983	1.935
Madeira Santa Maria S.A.	1979	3.102
O.K. (*)	1977	1.045
Papelok S.A. Ind. e Comércio	1976	2.130
	1978	1.109
	1984	2
Papirus Ind. Papel S.A.	1977	5.575
Pisa - Papel de Imprensa S.A.	1981	25.000
	1985	4.184
	1986	36.353
Ponsa - Papelão Ondulado do Nordeste	1977	3.484
Riocell - Rio Grande Cia. de Celulose do Sul	1976	9.935
	1977	711
	1978	11.925
	1978	1.248
	1980	1.900 (1)
	1980	30.000 (1)
1983	9.533	
Riocell Administração S.A.	1983	8.173

1) Prestação de garantia.

(\*) Trata-se de empresa "holding", uma das controladoras da Papelok S.A. Ind. e Comércio.

Fonte: Relatórios Anuais de Atividades do Sistema BNDES.

Quadro XII

Participação societária da BNDESPAR(\*) em empresas de papel e celulose

(Em %)

EMPRESA	A N O									
	1 9 8 0		1 9 8 1		1 9 8 2		1 9 8 3		1 9 8 4	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Aracruz Celulose S.A. (1)	40,25	21,54	40,25	21,51	40,25	21,51	40,25	21,51	40,25	21,10
Aracruz Celulose S.A	0,63	20,57	0,63	20,57	0,63	20,57	0,63	20,57	0,63	20,18
Braskraft S.A	32,71	32,71	33,83	33,83	31,63	31,63	26,05	26,05		
Cia. Papeleira do Sul - CPS			22,00	22,00	22,00	22,00	11,32	34,82	8,36	64,84
Cia. Celulose da Bahia - CCB	35,90	75,87	34,27	74,53	34,27	89,86	32,47	96,28	57,85	96,44
Cia.Cel. e Papel do Paraná - Cocelpa	-0-	14,19	-0-	13,89	-0-	16,78	-0-	18,87	-0-	20,93
Cia. Florestal M. Dourado (1)									-0-	1,79
Cia. Guatapar - Celpag/Celpav	-0-	39,09	49,00	29,94	49,00	37,58	50,86	45,78	48,99	64,85
Cia. Paranaprint					-0-	40,29	-0-	21,29	16,40	30,43
Cícero Prado/Cia. de Zorzi	46,69	48,60	46,69	52,50	12,19	43,65	22,13	45,41	22,13	45,41
Ind. Papel Piracicaba - IPP	-0-	49,99	-0-	38,68	-0-	39,84	-0-	40,83	-0-	41,13
Ind. Papel Santo Amaro - Inpasa	-0-	25,35	-0-	17,71	-0-	28,80	-0-	28,84	-0-	15,68
Madezorzi S.A.					-0-	17,59	-0-	21,58	-0-	21,58
Papelão Ondulado do Nordeste - Ponsa	-0-	22,68	-0-	22,68	-0-	22,68	-0-	22,68	-0-	21,73
Papelok S.A	31,15	25,34	31,15	25,34	31,15	25,34	31,15	25,34	31,15	25,34
Pisa - Papel de Imprensa S.A			15,42	42,18	22,52	47,51	29,45	60,25	24,48	62,16
Riocell Administração S.A.	50,00	50,00	50,00	50,00	26,76	26,76	30,91	30,91	30,91	30,91
Riocell - Rio Grande Cia. Cel. Sul	1,62	1,53	1,21	1,16	0,43	0,67	0,41	0,63	0,41	0,63

(continua)

(\*) A FIBASE, subsidiária do BNDES especializada em participações societárias no setor de insumos básicos, criada em 1974, foi, juntamente com a IBRASA e a EMBRAMEC, incorporada pela BNDESPAR em 1982.

A - % no capital votante (ações ordinárias).

B - % no capital total (ações ordinárias e preferenciais).

1) Participação societária do BNDES.

N.D. - Não-Disponvel.

Fonte: Relatórios de Atividades do Sistema BNDES.



EMPRESA	ANO											
	1985		1986		1987		1988		1989		1990	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Anacruz Celulose S.A. (1)	40,25	20,99	40,25	20,99								
Anacruz Celulose S.A.	0,63	12,23	0,63	12,23	40,89	33,22	12,46	14,32	12,47	13,59	12,47	13,42
Bahia Sul Celulose							-0-	28,50	-0-	25,52	-0-	27,66
Celuzorzi S.A.			-0-	21,53	-0-	21,53	-0-	21,53	-0-	21,53	-0-	21,53
Cia. Celulose da Bahia - CCB	98,07	96,28	98,68	96,44	98,19	96,28	98,19	96,28				
Cia. Cel. e Papel do Paraná - Cocelpa	-0-	20,17	-0-	20,17	-0-	19,76	-0-	19,82	-0-	19,82	-0-	19,82
Companhia do Jari	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24		
Cia. Florestal M. Dourado (1)	-0-	1,79	-0-	18,40	-0-	18,40	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		
Cia. Guatapar - Celpag/Celpav	49,00	65,43	50,86	65,71	72,45	77,83	16,04	46,33	6,39	33,33	3,76	32,68
Cia. Paranaprint	21,03	39,35	22,24	40,76	20,86	66,82	20,86	66,82	20,86	66,82	20,86	66,82
Cícero Prado/Cia. de Zorzi	22,13	45,41	22,13	12,25	22,13	45,41	22,13	45,41	22,13	45,41	22,13	45,41
Ind. Papel Santo Amaro - Inpasa	-0-	14,05	-0-	14,05	-0-	14,05	-0-	14,05	-0-	14,05		
Mazedorzi S.A.	-0-	21,53	-0-	21,53	-0-	21,53	-0-	21,53	-0-	21,53	-0-	21,53
Papelão Ondulado do Nordeste - Ponsa	-0-	20,38	-0-	20,01	-0-	18,56	-0-	25,00			-0-	17,79
Papeltek S.A.	31,25	25,50	31,35	25,50	31,35	25,50						
Pisa - Papel de Imprensa S.A.	20,75	54,72	21,07	55,09	28,57	58,05	-0-	19,67	-0-	19,66	-0-	19,66
Riocell Administração S.A.	30,91	30,91										
Riocell - Rio Grande Cia. Cel. Sul	0,41	0,63										
Riocell S.A.			31,05	31,01	31,05	30,90	31,05	30,99	31,05	30,99	31,05	30,99
Trombini S.A.									-0-	4,36	-0-	3,19

(\*) FIBASE, subsidiária do BNDES especializada em participações societárias no setor de insumos básicos, criada em 1974, foi juntamente com a IBRASA e a EMBRAMEC, incorporada pela BNDESPAR em 1982.

A - % no capital votante (ações ordinárias).

B - % no capital total (ações ordinárias e preferenciais).

(1) Participação societária do BNDES.

N.O. - Não-Disponível.

Fonte: Relatórios de Atividades do Sistema BNDES.

## 7 - AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA AÇÃO DO SISTEMA BNDES NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE

---

Como avaliar o impacto da ação do Sistema BNDES na consolidação e no fortalecimento do setor de papel e celulose no Brasil? Como avaliar se a estratégia adotada nas últimas quatro décadas, e particularmente nos anos 70 e 80, foi a mais acertada em termos de resultados e benefícios para a economia nacional?

Uma forma de efetuar essa avaliação é através da identificação de grandes grupos empresariais do setor e analisar se são (ou foram) mutuários do Sistema BNDES. Convém também examinar qual é o peso específico desses grandes grupos empresariais na produção nacional tanto de celulose como de papel.

Analisando o Quadro XIII, verificamos que 67,81% da produção nacional de celulose em 1989, representando 2.659.877 toneladas, foram gerados por empresas e/ou grupos empresariais mutuários do Sistema BNDES.

Se aprofundarmos a análise, abrindo o item "demais empresas" das estatísticas da ANFPC, observa-se, no entanto, que também são mutuários do Sistema BNDES as empresas relacionadas no Quadro XIV, responsáveis pela produção de 373.251 toneladas de celulose, correspondentes a 9,52% do total. Em decorrência, a participação das empresas produtoras de celulose aprovadas pelo Banco na produção total brasileira foi de 77,83% em 1989.

## Quadro XIII

Participação das maiores empresas e/ou grupos  
empresariais mutuários do Sistema BNDES  
na produção nacional de celulose

GRUPO EMPRESARIAL	PRODUÇÃO (t.) EM 1989	PARTICIPAÇÃO (%) EM 1989
Grupo Klabin	768.073	19,58
. KFPC - Divisão Paraná	416.277	10,61
. Riocell S.A.	258.208	6,58
. Papel e Celulose Catarinense S.A.	93.588	2,39
. Outros		
Aracruz Celulose S.A.	502.392	12,81
Cia. Suzano de Papel e Celulose	378.999	9,66
Celulose Nipo-Brasileira	336.190	8,57
Ripasa S.A. Celulose e Papel	265.689	6,77
Cia. Florestal Monte Dourado	216.806	5,53
Ind. de Papel Simão S.A.	191.728	4,89
SOMA	2.659.877	67,81
Demais	1.262.475	32,91
	=====	=====
TOTAL	3.922.352	100,00

Fonte: Relatório Estatístico 1989 da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC).

## Quadro XIV

Participação dos mutuários do Sistema BNDES na produção nacional de celulose em 1989 no item "demais empresas e/ou grupos empresarias" das estatísticas da ANFPC

E M P R E S A	PRODUÇÃO (T)
Celulose Cambará S.A.	25.499
Companhia de Celulose e Papel do Paraná - Cocelpa	43.296
Companhia De Zorzi de Papéis	38.399
Companhia Nordestina de Papel - Conpel	13.412
Companhia Senges de Papel e Celulose	19.338
Fábrica de Celulose e Papel S.A. - Facelpa	29.610
Fábrica de Papel Primo Tedesco S.A.	28.112
Iguaçu Celulose e Papel S.A.	65.160
Ind. Com. Cult. de Madeiras Squario S.A.	45.943
Indústria de Papéis Santo Amaro S.A.	44.757
Papelok S.A. Indústria e Comércio	19.725
<b>SOMA</b>	<b>373.251</b>

Vejamos, agora, qual é a situação que se refere à produção nacional de papéis:

Quadro XV

Participação dos maiores grupos empresariais  
mutuários do Sistema BNDES na produção nacional  
de todos os tipos de papéis

GRUPO EMPRESARIAL	PRODUÇÃO (t.) EM 1989	PARTICIPAÇÃO (%) EM 1989
Grupo Klabin =====	714.652 =====	14,68 =====
. KFPC - Divisão Paraná	473.269	9,72
. KFPC - Div. Fabr. de Papéis	84.421	1,73
. Papel e Celulose Catarinense S.A.	67.626	1,39
. Riocell S.A.	38.664	0,79
. Papelão Ondulado do Nordeste S.A. - PONSÁ	33.815	0,69
. KFPC - Divisão Papel Ondulado	16.857	0,35
Grupo Suzano =====	451.151 =====	9,27 =====
. Cia. Suzano de Papel e Celulose	429.453	8,82
. Agaprint Informática Ltda.	12.859	0,26
. Bacraft S.A. Ind. de Papel	8.839	0,18
Grupo Simão =====	237.320 =====	4,88 =====
. Ind. de Papel Simão S.A.	223.932	4,00
. Ind. de Papel e Celulose de Salto S.A.	13.388	0,28
Grupo Ripasa =====	227.024 =====	4,66 =====
. Ripasa S.A. Celulose e Papel	116.318	2,39
. Cia. Santista de Papel	57.568	1,18
. Limeira S.A. Ind. de Papel e Cartolina	53.138	1,09

(continua)

(Quadro XV: continuação)

GRUPO EMPRESARIAL	PRODUÇÃO (t) EM 1989	PARTICIPAÇÃO (%) EM 1989
Grupo Trombini =====	163.503 =====	3,36 =====
. Fábrica de Celulose e Papel S.A. Facelpa (PR)	84.004	1,73
. Fábrica de Celulose e Papel S.A. Facelpa (RS)	40.972	0,84
. Fábrica de Celulose e Papel S.A. Facelpa (SC)	38.527	0,79
. Pisa - Papel de Imprensa S.A.	143.731	2,95
. Fábrica de Papel Sta. Therezinha S.A.	76.789	1,58
. Sta. Maria - Cia. de Papel e Celulose	66.521	1,37
. Papyrus Ind. de Papel S.A.	46.889	0,96
SOMA	2.127.580	43,71
Demais	2.739.456	56,29
TOTAL	4.867.036	100,00

Fonte: Relatório Estatístico 1989 da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC).

Conforme se verifica, 43,71% do total da produção de papel no Brasil, representando 2.127.580 toneladas, foram realizados por grandes grupos empresariais ou pelas principais empresas individuais do setor, todas elas mutuárias do Sistema BNDES.

Cabe aqui também anotar que, ao abrirmos o item "demais empresas" nas estatísticas da ANFPC, observa-se que as empresas listadas no Quadro XVI abaixo são também mutuários do Sistema BNDES e responsáveis pela produção, em 1989, de 660.780 toneladas de papéis, o que corresponde a 13,58% da produção total brasileira. Destarte, a participação efetiva das empresas produtoras de todos os tipos de papéis apoiados pelo Banco na produção total se eleva a 57,29%.

Quadro XVI

Participação dos mutários do Sistema BNDES na produção nacional de papéis de todos os tipos em 1989 no item "demais empresas e/ou grupos empresariais" das estatísticas da ANFPC

EMPRESA	PRODUÇÃO (T)
Águas Negras S.A. Indústria de Papel	11.964
Cibrapel S.A. - Ind. de Papel e Embalagens	37.728
Cia. Brasileira de Papéis - Cibrap	16.196
Cia. de Celulose e Papel do Paraná - Cocelpa	42.160
Cia. de Papéis - Copa	42.336
Cia. De Zorzi de Papéis	27.006
Cia. Melhoramentos São Paulo Ind. Papel	24.959
Cia. Nordestina de Papel - Conpel	26.192
Cia. Paduana de Papéis - Copapa	15.086
Cia. Senges de Papel e Celulose	22.052
Elias J. Curi S.A.	13.206
Fábrica de Papel da Bahia S.A. - Sapelba	4.434
Fábrica de Papel e Papelão N. Srª Penha	1.734
Fábrica de Papel Primo Tedesco S.A.	45.954
Gretisa S.A. Fábrica de Papel	8.009
Iguaçu Celulose e Papel S.A.	46.606
Indústria de Papel e Celulose Arapotí S.A.	5.785
Indústria de Papel Espírito Santo S.A. - Ipessa	9.967
Indústria de Papel e Papelão Santa Luzia S.A.	35.466
Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.	25.104
Indústria de Papéis Santo Amaro	47.358
Ind. e Com. Cult. de Madeiras Sguario S.A.	42.747
Indústrias de Papéis Pádua S.A.	521
Indústrias Novacki Ltda.	10.204
Papelok S.A. Indústria e Comércio	40.083
Paraibuna Papéis S.A.	24.720
Potinga Papéis S.A. - Popasa	12.473
Serrados Pasta de Celulose - Sepac	9.700
Sopasta S.A Indústria e Comércio	11.030
<b>S O M A</b>	<b>660.780</b>

Para concluir esses capítulos em que foi esboçada uma história do apoio do Sistema BNDES à produção nacional de papel e celulose, tracemos um rápido retrato atual do setor:

1 - A produção brasileira de papel, em 1989, atingiu 4,8 milhões de toneladas, para um consumo nacional aparente de 4,3 milhões de toneladas, ficando o consumo "per capita" em 29,1 kg.

2 - As vendas domésticas de papel e celulose, incluindo o consumo próprio das empresas, absorveram respectivamente 83,4% e 73,7% da produção nacional.

3 - Com base em dados da Carteira de Comércio Exterior (Cacex), o setor exportou 899 mil toneladas de papel e um milhão de toneladas de celulose, representando a receita das exportações o valor de US\$ 1,3 bilhão.

4 - O faturamento do setor, em 1989, atingiu o equivalente a US\$ 6,1 bilhões, participando com 1,3% do PIB, e gerou impostos diretos da ordem de US\$ 1,2 bilhão. As atividades produtivas proporcionaram 139.526 empregos diretos, sendo 86.251 na área industrial e 53.275 na área florestal.

Enfim, durante 1989, o setor implantou 78.780 ha de novas florestas e procedeu à reforma de 41.090 ha de reflorestamentos existentes. Em 31.12.89, o setor possuía 1.359.493 ha de reflorestamentos de eucalipto (54,7%), "pinus" (41,5%) e outras espécies (3,8%).



## 8. ALGUNS PROJETOS EXEMPLARES APOIADOS PELO SISTEMA BNDES

---

Nas páginas seguintes, são relatados alguns casos específicos que ilustram a filosofia de trabalho do Sistema BNDES. Pela sua diversidade, esses empreendimentos facilitam a compreensão do engajamento do Banco na consolidação da indústria brasileira de papel e celulose.

Veremos, assim, os casos pioneiros de quatro empresas tradicionais e familiares que se transformaram, entre os anos 50 e 80, em grandes grupos empresariais líderes no setor: Klabin, Suzano, Papéis Simão e Ripasa.

Em seguida, o caso de uma grande empresa, líder em exportação de celulose de fibra curta branqueada, representando hoje um verdadeiro pólo de irradiação de desenvolvimento e de difusão de tecnologia numa região - norte capixaba - tradicionalmente pouco desenvolvida: a Aracruz Celulose.

Passaremos depois para um projeto pioneiro e ambicioso imaginado por um empresário norte-americano, às margens do Rio Jari, na região amazônica. Veremos como se processa a nacionalização do projeto e como o BNDES, que participou das análises de viabilidade de implantação, assume posteriormente um papel da maior relevância para sua consolidação.

Por fim, abordaremos um exemplo de diversificação de atividades de uma casa bancária privada, que desenvolverá no Brasil a tecnologia de ponta na produção de papel, a partir da pasta de alto rendimento branqueada (CTMP), e implantará a primeira escola-usina de papel na América Latina para o ensinamento organizado sobre o papel. A casa bancária é o Bamerindus e o projeto, a Inpacel, localizada no Paraná. Como todos os outros, esse projeto conta com o suporte financeiro do Sistema BNDES.

## 8.1 - Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. - IKPC

Embora tenha iniciado suas atividades em 1899, o Grupo Klabin fundou sua primeira fábrica de papel em 1906, em São Paulo (SP) - a Cia. Fabricadora de Papéis -, até hoje existente. Em 1934, foi constituída a Indústria Klabin do Paraná de Celulose S.A., hoje IKPC, com a compra da Fazenda Monte Alegre, no estado do Paraná, onde se localizava grande reserva de araucária com potencial para produção de fibras.

Em 1941, iniciou-se a implantação do conjunto industrial na fazenda, no município de Telêmaco Borba (PR), que em 1946 já produzia celulose à base de sulfito de fibra longa, pasta mecânica e o primeiro papel para impressão de jornal no Brasil.

Em 1958, o Grupo iniciava sua primeira expansão, com a instalação da fábrica de celulose à base de sulfato e do processo de recuperação de produtos químicos. Com igual sucesso, outras expansões foram empreendidas nos anos de 1960 e de 1974, sendo que esta - concluída em 1979 - contou com o apoio do BNDES, possibilitando a elevação da capacidade de produção da fábrica de 660 t/dia para 1.100 t/dia de papéis, basicamente de imprensa, tornando-se a Klabin a maior unidade integrada de celulose e papel da América Latina.

Recursos do Programa Conserve foram obtidos em 1981 com o fim de racionalizar o uso de energia, mediante instalação de unidade produtora de combustíveis derivados da madeira, para substituir óleo derivado de petróleo, na fábrica localizada em Telêmaco Borba. Posteriormente, também a Kesa - Klabin Embalagens S.A. (antiga Divisão de Embalagens da IKPC) recebeu recursos do Conserve para promover uma sensível redução no consumo de derivados do petróleo, através da utilização de caldeira elétrica, na fábrica localizada em Vila Anastácio (SP).

Em 1985, o BNDES apoiou investimento na unidade industrial de Telêmaco Borba objetivando a melhoria de qualidade e a expansão da capacidade de produção das linhas de papéis para impressão de 130 mil t/ano para 170 mil t/ano, bem como a instalação de sistema para refinação de rejeitos na unidade de pasta mecânica.

Novo financiamento foi concedido à IKPC, no final de 1988, para a realização de investimentos de US\$ 181,7 milhões, visando à ampliação da produção da fábrica de Telêmaco Borba para 600 mil t/ano de papéis e ao início da fabricação de papéis revestidos, à base de pasta mecânica (LWC - Light Weight Coated), até então importados.

No início do ano seguinte, outro financiamento foi concedido à IKPC, com recursos do Programa de Operações Conjuntas, via Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (Badep), destinado à execução de um projeto de reflorestamento de três mil ha de "pinus" e dois mil ha de eucalipto, sob a responsabilidade técnica da Klabin do Paraná - Agroflorestal S.A. (KPAF).

A IKPC - Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A., "holding" do Grupo Klabin, é uma companhia aberta, de capital nacional, e situa-se atualmente como a maior empresa do setor na América Latina. Suas atividades envolvem desde o reflorestamento à fabricação de celulose de fibra curta e fibra longa, papéis para impressão e embalagens, bem como conversão de papéis em produtos higiênicos descartáveis, caixas de papelão ondulado, sacos multifoliados e envelopes.

As vendas consolidadas, em 1989, foram de US\$ 937 milhões, dos quais US\$ 149 milhões provenientes de exportações. No mesmo exercício, o Grupo proporcionou 19 mil empregos diretos em suas atividades industriais e florestais.

As unidades industriais das empresas do grupo são equipadas com modernos sistemas de controle ambiental e as unidades florestais desenvolvem programas permanentes de preservação da fauna e flora, em reservas de matas nativas consorciadas com florestas plantadas. No final do exercício de 1989, as empresas do Grupo Klabin possuíam, em conjunto, 186 mil hectares de florestas próprias de "pinus", eucalipto e araucária, localizadas nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A transformação da IKPC em "holding" pura ocorreu no segundo semestre de 1989. Suas atividades operacionais ficaram, então, integradas na Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A. (KFPC), que passou a contar com quatro divisões:

- . Divisão Paraná - Celulose e Papel (KPR), antiga Divisão Paraná da IKPC;
- . Divisão Papelão Ondulado (KPO), antiga Divisão Embalagem da IKPC;
- . Divisão Fabricadora de Papéis (KFP), antiga Klabin Fabricadora de Papéis S.A.;
- . Divisão Celulose da Bahia (KCB), antiga Companhia de Celulose da Bahia.

A Divisão Paraná - principal unidade da KFPC - registrou em 1989 um volume de vendas e transferências de 493 mil toneladas de papéis para imprensa, impressão e embalagem. A receita atingiu US\$ 288 milhões em moeda de 31.12.89.

As cinco fábricas de embalagens da Divisão Papelão Ondulado e a controlada Papelão Ondulado do Nordeste S.A. (Ponsa) venderam 189 mil toneladas de embalagens em 1989, com receita de US\$ 241 milhões, (\*) dos quais US\$ 35 milhões(\*) provenientes da Ponsa. Essa controlada vendeu 16,8 mil toneladas de papéis para embalagem e 18,7 mil toneladas de caixas de papelão ondulado e embalagens de polpa moldada durante o referido exercício.

A Divisão Fabricadora de Papéis vendeu 91,5 mil toneladas de papéis e produtos descartáveis de papel em 1989, com receita de US\$ 153 milhões. (\*)

A Divisão Celulose da Bahia compreende a antiga Companhia de Celulose da Bahia, que foi adquirida pela IKPC via leilão promovido pela BNDESPAR. A partir de julho de 1989, essa unidade, localizada em Camaçari (BA), que anteriormente produzia celulose de sisal, passou por transformações visando à fabricação de celulose branqueada de eucalipto, com capacidade de 90 mil toneladas/ano, tendo reiniciado sua produção no segundo semestre de 1990.

As outras empresas controladas pela IKPC são listadas a seguir:

**- Papel e Celulose Catarinense S.A. (PCC)**

A fábrica da PCC, situada em Correia Pinto (SC), é produtora integrada de celulose de fibra longa, celulose "fluff" e papéis para embalagens e para fins industriais.

De acordo com a posição verificada em dezembro de 1989, a IKPC detém aproximadamente 71% do capital social da PCC, sendo os restantes 29% detidos, em partes iguais, por duas empresas estrangeiras - Minnetonka Representações Comerciais Ltda. e Balmoral Indústria e Comércio Ltda. - subsidiárias do Northwest Bank e do Bank of Scotland, respectivamente, que assumiram a participação antes pertencente à International Finance Corporation (IFC). A PCC possui as seguintes subsidiárias:

. Celucat S.A. - produtora de sacos e envelopes de papel;

. Bates do Brasil Papel e Celulose S.A. - fabricante de sacos de papel Kraft;

. Agro-Florestal Celucat S.A.; e

. Serviços Sul Florestais Ltda.

-----  
 (\*) Em moeda de 31.12.89.

BIBLIOTECA DIGITAL BNDDES

Dessa forma, em conjunto com sua controladora e suas subsidiárias, a PCC está totalmente integrada, desde o insumo básico (madeira) até o produto final (papel).

No final de novembro de 1990, realizou a incorporação das subsidiárias Celucat e Bates na Papel e Celulose Catarinense S.A., resultando em apreciável racionalização de custos.

Através de contrato firmado em janeiro de 1990, a PCC recebeu apoio do Sistema BNDES para a ampliação da fábrica de Correia Pinto (SC), compreendendo elevação da capacidade da fábrica de celulose "kraft" de fibra longa para 191 mil t/a; modernização da máquina de papel existente; nova máquina de secar celulose "fluff", com capacidade nominal de 30 mil t/a, e nova máquina de papel absorvente, com capacidade de 60 mil t/a. Do total do investimento, orçado em US\$ 215,5 milhões em março de 1989, o Sistema BNDES participou com 51%, sendo 18% do BNDES e 33% da FINAME.

Em conjunto com as suas subsidiárias Celucat S.A. e Bates S.A., a PCC registrou, em 1989, vendas consolidadas de 93,2 mil toneladas de papel Kraft, celulose "fluff", sacos e envelopes de papel, com receita de vendas de US\$ 130 milhões, em moeda de 31.12.89.

#### **- Papelão Ondulado do Nordeste S.A. (Ponsa)**

A Ponsa - Papelão Ondulado do Nordeste S.A. - é um complexo fabril integrado composto de três unidades distintas: fábricas de papel, de celulose e de caixas e chapas de papelão ondulado, instaladas no município de Goiana (PE). Foi constituída em 29 de setembro de 1967, mas a utilização de sua capacidade produtiva só foi iniciada em março de 1973.

A empresa tem por finalidade principal a confecção de embalagens de papelão ondulado destinadas ao abastecimento das regiões Norte e Nordeste do país. A matéria-prima básica para o processo industrial é o bagaço de cana residual, proveniente das usinas de açúcar e das destilarias de álcool localizadas na região.

De acordo com a posição verificada em dezembro de 1989, 78% e 18% do capital social da Ponsa são detidos pela IKPC e pela BNDESPAR, respectivamente. A Ponsa é mutuária do BNDES desde 1974, quando firmou um contrato com o Banco objetivando a conclusão da implantação de seu projeto, além de reforço do capital de giro e da consolidação financeira.

Em 1982, obteve novo financiamento, com recursos do Conserve, visando à redução do consumo de óleo combustível em sua unidade industrial, através de reforma de uma caldeira a óleo para adequá-la à queima de bagaço de cana-de-açúcar e medula, com aproveitamento de subprodutos do processo produtivo da empresa.

A Ponsa registrou vendas de 16,8 mil toneladas de papéis para embalagem e 18,7 mil toneladas de caixas de papelão ondulado e embalagens de polpa moldada durante o exercício de 1989, com receita de vendas de US\$ 35 milhões, em moeda de 31.12.89.

#### **- Riocell - Rio Grande Cia. de Celulose do Sul**

A Riocell resultou da transformação social da Indústria de Celulose Borregaard S.A. Sua unidade industrial tem capacidade de produzir cerca de 684 t/dia de celulose de fibra curta branqueada para papel ou, alternativamente, cerca de 490 t/dia de celulose solúvel branqueada, em Guaíba (RS).

Em dezembro de 1989, 68% do capital da Riocell eram detidos pela KIV - empresa constituída pela IKPC (52%), Parisa, do Grupo Iochpe (42%), e Votorantim (6%) - e 31% pela BNDESPAR. A empresa é mutuária do Sistema BNDES através de diversos contratos, desde 1969.

Na implantação da unidade de branqueamento, em operação desde março de 1983, o Sistema BNDES atuou nas modalidades de participação acionária (BNDESPAR), financiamento direto (FRE e Conserve), prestação de garantia a empréstimos externos e financiamento a equipamentos nacionais (FINAME). Com a conclusão do projeto, a Riocell deixou de enviar sua celulose para ser branqueada na Borregaard da Noruega, fato que onerava consideravelmente o custo final de seu produto.

A Riocell possui duas subsidiárias integrais, a saber:

- Florestal Guaíba Ltda., que fornece matéria-prima (eucalipto) para sua unidade industrial; e
- Riocell Trade GmbH, com sede na Alemanha Ocidental, que é responsável pela distribuição no exterior dos produtos da empresa.

A Riocell registrou, em 1989, vendas de 294 mil toneladas de celulose de fibra curta de eucalipto e de papel para impressão, atingindo a receita das vendas o montante de US\$ 241 milhões, em moeda de 31.12.89. No mesmo exercício, a empresa exportou 125 mil toneladas de celulose e duas mil toneladas de papel, obtendo receita de US\$ 101 milhões.

Em abril de 1989, foi constituída a Norcell S.A., uma associação entre a Copene e a Riocell, visando à implantação de uma nova fábrica de celulose branqueada de eucalipto no estado da Bahia.

A subsidiária florestal da Riocell possuía, no final de 1989, cerca de 43.928 hectares de reflorestamentos próprios de eucalipto, localizados no Rio Grande do Sul. Por sua vez, a Norcell possuía 60 mil hectares de eucalipto no norte do estado da Bahia.

#### **- Cia. de Papéis - Copa**

Em agosto de 1990, a Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. (IKPC), através da Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A., adquiriu o controle da Cia. de Papéis (Copa), uma empresa do Grupo Caemi (51%) e da Scott Paper (49%). Com essa aquisição, a Klabin passará a liderar o mercado de papéis sanitários, com 24% de participação.

#### **- Outras Empresas do Grupo**

A IKPC possui, ainda, as seguintes subsidiárias integrais:

- . Klabin do Paraná Agro-Florestal (KPAF);
- . Klabin do Paraná Mineração (KPM);
- . Valival Agrícola S.A., com sede em São Paulo (SP);
- . Empresa de Caolim S.A., com sede em Belo Horizonte (MG);
- . KPF Export S.A., com sede em Curitiba (PR); e
- . Klabin Forest Products Antwerp N.V., com escritório e depósito na cidade de Antuérpia, Bélgica.

BIBLIOTECA DIGITAL - BNDDES

## 8.2 - Companhia Suzano de Papel e Celulose

A Cia. Suzano de Papel e Celulose originou-se a partir da Leon Feffer & Cia., constituída em 1923 com o objetivo de revender papéis nacionais e importados. Em 1939 a Leon Feffer & Cia. inicia a fase industrial, com a instalação da primeira fábrica de papel, em São Paulo (SP), no bairro de Ipiranga. Em 1946, já sob a denominação de Indústria de Papel Leon Feffer S.A., a empresa possuía em operação três máquinas de produzir papel, utilizando celulose importada como matéria-prima.

Em 1954, iniciava-se no laboratório da Universidade da Flórida, alugado pela empresa, pesquisa para fabricação de celulose de fibra curta a partir de eucalipto. Os testes na área de cozimento, lavagem e branqueamento confirmaram os resultados positivos já obtidos nos laboratórios da Indústria de Papel Leon Feffer S.A.

A Cia. Suzano surgiu em 1956, com a aquisição da Indústria de Papel Euclides Damiani S.A., localizada no município de Suzano e que oferecia, à época, condições para desenvolver a tecnologia de fabricação de celulose a partir do eucalipto. No ano seguinte, ocorria a instalação da atual unidade Suzano - com capacidade de 8.500 t/ano de celulose de eucalipto, pela primeira vez utilizada integralmente na fabricação de papel de imprimir e escrever.

Os anos seguintes foram marcados por constantes processos de pesquisa e desenvolvimento e de investimentos em expansões e diversificações.

Em 1959 tem início o relacionamento da Cia. Suzano com o BNDES, que, a partir do contrato FRE-162, de 15.10.59, esteve sempre presente na complementação dos recursos necessários à realização dos principais projetos da empresa.

Antes desse primeiro contrato, a capacidade de produção da companhia era de 8.500 t/ano de celulose na unidade de Suzano e de 9.500 t/ano de papel na unidade de Ipiranga, em São Paulo. Após a realização do projeto, essa capacidade aumentou para cerca de 105 mil t/ano, com a instalação de uma fábrica de celulose alvejada, à base de sulfato, em Suzano (SP).

A partir de 1971, a empresa se envolveu em processo mais dinâmico de expansão, tendo iniciado o Projeto G, destinado a ampliar a capacidade de produção da unidade industrial localizada em Suzano, com a instalação de uma fábrica de celulose alvejada de 175 mil t/ano e uma outra de cartão de até 140 mil t/ano. O projeto objetivava também a realização de melhorias nas máquinas produtoras de papel, elevando sua capacidade de produção total de 36.500 t/ano para 55 mil t/ano de papéis.



BIBLIOTECA DIGITAL - BNUDES

O Projeto G e também o projeto G1 - iniciado em 1973 - contaram com o decisivo apoio do BNDES. O G1, objetivando a modernização da antiga fábrica de celulose, permitiu elevar sua capacidade de produção de 105 mil para 140 mil t/ano. Após a execução desses dois projetos, a capacidade de produção tornou-se, então, de 315 mil t/ano de celulose, 55 mil t/ano de papéis e 140 mil t/ano de cartões.

Vale mencionar que, no decorrer da execução do Projeto G, em 1972 e 1973, a Cia. Suzano se beneficiou de recursos do Fungiro, para financiamento de capital de giro, e que em 1976 foi assinado contrato de financiamento para a integralização de sua participação no aumento de capital da Suzano Kimberly Indústria e Comércio Ltda. (empresa produtora de papéis para fins higiênicos, atualmente denominada KC - Kimberly Clark Ltda., à qual a Cia. Suzano não se encontra mais vinculada).

Em 1974, deu-se início à participação da empresa na área de petroquímica, através de sua presença na Politenó Indústria e Comércio S.A. e na Polipropileno S.A.

Com o Projeto B7-MP2, iniciou-se em 1977, na unidade industrial de Suzano, a instalação de uma linha de produção de papéis para imprimir e escrever de baixa gramatura e outra destinada à produção de papéis couchê. As duas linhas entraram em operação em 1979 e representaram uma capacidade adicional de 113 mil t/ano. Para viabilizar a execução desse projeto, o BNDES concedeu financiamento, no âmbito do POC/Finac, a um consórcio de agentes financeiros para repasse de recursos à Cia. Suzano destinados à integralização de 70% das ações nominativas subscritas no aumento de seu capital. O BNDES também concedeu colaboração financeira e prestação de garantia firme de subscrição de ações decorrentes do aumento de capital da Cia. Suzano, em 1979, ao amparo do Procap III.

A empresa tornou-se uma companhia de capital aberto em 1980, através de subscrição pública no valor de Cr\$ 800 milhões (cerca de US\$ 15,6 milhões). Nesse mesmo ano foi instalada, na unidade industrial de Suzano, uma central de aparas, com capacidade de produção de 100 t/dia de fibras recicladas, permitindo a substituição de igual quantidade de celulose para consumo próprio, que passou a ser liberada para venda a terceiros.

Nos anos de 1981, 1983 e 1984, o BNDES apoiou a Cia. Suzano, no âmbito do Programa Conserve, para implantação de projetos de racionalização do uso de energia, visando à redução do consumo de óleo combustível derivado de petróleo em suas unidades industriais.

Em outubro de 1983, a Cia. Suzano incorporou a seu patrimônio os conjuntos industriais da Indústria de Papel Leon Feffer S.A. - três máquinas produtoras de papel localizadas no bairro Ipiranga, em São Paulo (SP) e duas máquinas localizadas no município de Suzano, na unidade denominada Rio Verde -, acrescentando à sua capacidade de produção 84 mil t/ano de papéis de imprimir e escrever. A Cia. Suzano passou, então, a se constituir de três unidades industriais: a Unidade Suzano (principal), a Rio Verde, também no município de Suzano, e a Ipiranga, em São Paulo (SP).

Em 1985, entrou em operação a máquina de papel B8, com capacidade de 93 mil t/ano. Com isso, toda a celulose produzida pela empresa (333 mil t/ano) passou a ser utilizada internamente, atingindo a capacidade de produção de 486 mil t/ano de papéis e cartões. Logo após, em 1986, deu-se início ao projeto de otimização da fábrica de celulose, destinado a aumentar a capacidade para 420 mil t/ano, ao mesmo tempo que colocou as instalações industriais dentro dos padrões tecnológicos mais avançados de produção e controle ambiental, com custo equivalente a US\$ 105 milhões. Os dois projetos contaram com a colaboração financeira do BNDES, através de recursos ordinários e de repasse da linha BID, (\*) visando à importação de vários equipamentos dos Estados Unidos, Japão e diversos países da Europa.

O Grupo Suzano é constituído por destacadas empresas que atuam nos setores de papel e celulose, petroquímico, aparelhos domésticos e mecânica pesada.

### Setor de Papel e Celulose

A principal empresa do Grupo Suzano é a Companhia Suzano de Papel e Celulose, "holding" operacional formada por três unidades industriais: Suzano, Ipiranga e Rio Verde (todas no estado de São Paulo), com capacidade de produção total de 420 mil t/ano de celulose, 336 mil t/ano de papéis para imprimir e escrever e 150 mil t/ano de cartões e cartolinas. As atividades industriais, administrativas e florestais empregam um total de 6.200 funcionários, aproximadamente.

Em 1989, foram as seguintes as quantidades vendidas pela Cia. Suzano de Papel e Celulose:

	Merc. 1000t	Int. %	Merc. 1000t	Ext. %	Total 1000t	%
. Papel para imprimir/escrver	224	75,6	72	24,4	296	100
. Cartões	129	99,2	1	0,8	130	100
. Cartolinas	4	57,1	3	42,9	7	100
. Celulose	12	57,1	9	42,9	21	100
Total	369	81,3	85	18,7	454	100

(\*) Financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento repassado através do BNDES.

Do total de papel de imprimir e escrever, destacam-se:

	Merc. (1000t)	Int. (1000t)	Merc. (1000t)	Ext. (1000t)	Total (1000t)
. Papel couchê	44		1		45
. Papel cut to size	47		25		72

No mesmo exercício, o faturamento do grupo atingiu US\$ 388.701 mil, dos quais US\$ 66.158 mil foram provenientes do mercado externo.

A **Companhia Suzano de Papel e Celulose** possui as seguintes controladas:

- **Transurbes Ltda.** Localizada no estado de São Paulo, é responsável pelo abastecimento de madeira da unidade B (Suzano), única unidade produtora de celulose do grupo.

A Transurbes possui 75.340 ha de florestas efetivamente plantadas, distribuídas entre os estados de São Paulo (49.781 ha), Minas Gerais (20.342 ha) e Maranhão (5.217 ha).

O consumo anual de madeira da Suzano é de aproximadamente 2,2 milhões de metros cúbicos, dos quais 75% são produção própria do grupo.

- **Bahia Sul Celulose S.A.** A Bahia Sul é uma associação da Cia. Suzano de Papel e Celulose (37,77%), da Cia. Vale do Rio Doce, através das Florestas Rio Doce S.A., sua controlada (que em conjunto detém 30,91% do capital), bem como da BNDESPAR (27,66%) e IFC (3,66%).

O projeto visa à implantação de fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto, com capacidade de 420 mil t/ano, no município de Mucuri, extremo sul do estado da Bahia, além da instalação de uma máquina de papel para imprimir e escrever, com capacidade de 230 mil t/ano, que utilizará 45% da celulose a ser produzida.

O investimento total previsto à época da análise do projeto era de US\$ 916 milhões, sendo 46% de recursos próprios e 54% de recursos de terceiros (50% do Sistema BNDES e 4% de financiamento externo).

O início do funcionamento da fábrica está previsto para o segundo semestre de 1991.

- **Suzanopar S.A.** Situada no estado de São Paulo, detém participações acionárias em empresas do mesmo grupo e em outras, tais como a Hércules S.A. (18,14%), Mangels Industrial S.A. (4,08%), Buettner S.A. (4,85%) etc., e promove a exportação de celulose e artefatos de papel.
- **Albens Partic. e Com. Ltda.** Constituída em 26.12.89, a partir da cisão parcial da controlada Suzanopar, com o objetivo social de participações e investimentos.

### Setor Petroquímico

A partir de 1974, a Companhia Suzano de Papel e Celulose iniciou seu programa de diversificação, participando acionariamente nas seguintes empresas:

- Politeno Indústria e Comércio S.A., em Camaçari (BA), produtora de polietileno de baixa densidade, com 17,7% do capital total;
- Polipropileno S.A., em Camaçari (BA), produtora de resinas de polipropileno, com 31,1% do capital total;
- Alclor - Química de Alagoas S.A., em Maceió (AL), cujas unidades de epícloridrina (utilizada na fabricação de resinas epoxi para adesivos e tintas) e de argila ativadas se encontram em fase pré-operacional e de implantação, respectivamente. A CSPC participa com 14,5% do capital total.

A Companhia Suzano de Papel e Celulose possui ainda participação no setor de aparelhos domésticos, na Arno S.A., em SP, de produtos eletrodomésticos, em que a Companhia Suzano de Papel e Celulose possui 10% do capital total; e no setor de mecânica pesada, através da Premesa S.A., em SP, de peças para a indústria de mineração, de cimento e ferroviária, com 10% do capital total.

### 8.3 - Ripasa S.A. Celulose e Papel

O Grupo Ripasa é o quinto produtor nacional de celulose de fibra curta e o quarto maior fabricante de papel do país, ocupando em 1989 a trigésima posição entre os maiores grupos privados nacionais, gerando cerca de 5.600 empregos diretos, com um faturamento bruto de US\$ 300 milhões. A fabricação de papel inclui papéis para imprimir e escrever, papéis especiais e cartões para embalagens.

A produção do grupo em 1989 foi de 252 mil toneladas de celulose e de 233 mil toneladas de papel, das quais foram exportadas 3 mil e 119 mil toneladas, respectivamente.

Sua origem remonta a 1958, quando membros das famílias Zarzur, Derani e Zogbi se associaram para adquirir o controle acionário da Limeira S.A. - Indústria de Papel e Cartolina, situada no município de Limeira, em São Paulo. Em 1965 as famílias adquirem o controle acionário de uma fábrica de cartões, a Ribeiro Parada S.A., que possuía uma pequena indústria de celulose, a Ripasa S.A., fundada em 1959, em Limeira, e que veio a dar nome ao grupo empresarial. Em 1968 as três famílias fundam a Cirena, Cia. Reflorestadora Nacional, e adquirem o controle acionário da Cia. Santista de Papel, localizada em Cubatão.

Em 1970 a empresa contrata dois financiamentos com o Banco, nos valores de US\$ 6,5 milhões e US\$ 4,8 milhões, para a ampliação da Ripasa, até então integrante da Ribeiro Parada, produtora de 12 mil toneladas de celulose por ano. Com esse financiamento, a Ripasa atinge em 1974 a produção de 72 mil toneladas/ano, transformando-se num dos maiores produtores do país.

Dando continuidade a seu processo de crescimento, a Ripasa instala em 1977 equipamento integrado à unidade produtora de celulose, para a fabricação de 140 toneladas por dia de papéis. Esse projeto conta com o apoio do Banco através de empréstimos de US\$ 1,6 milhões em 1973 e US\$ 10,7 milhões em 1975, além de aval, em 1976, para garantir financiamento externo celebrado entre a Ripasa e o Scandinavian Bank, no valor de US\$ 3,2 milhões, destinado a aquisição de bens e serviços para a instalação dessa máquina.

Em 1979 são constituídas as empresas Rilisa Trading e a ZDZ Participações. A ZDZ constitui-se como "holding" do grupo com o objetivo de promover a desmobilização da Ripasa, que subscreveu e integralizou ações de emissão da ZDZ, mediante conferência de bens móveis, máquinas e equipamentos industriais. Em 1981 é adquirida a Cia. de Papéis e Papelão Iazbek, no município de Embu, no estado de São Paulo, aumentando a participação do grupo no mercado de cartões.

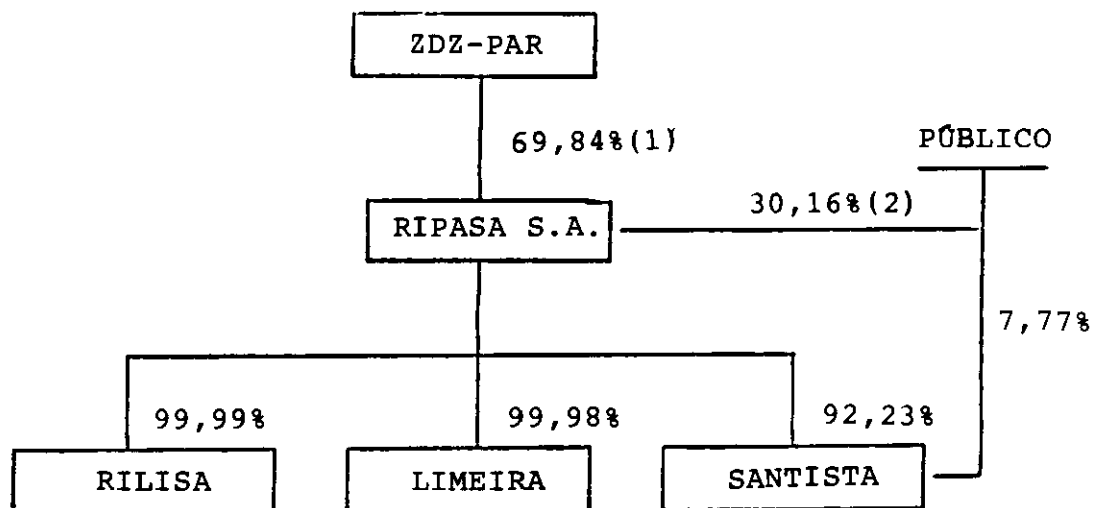
Nesse mesmo ano, o Banco apóia o projeto de substituição energética da unidade de Limeira, através da troca de óleo combustível por madeira e também pela casca da madeira utilizada na fabricação de celulose, mediante financiamento no valor de US\$ 1 milhão, dos quais 23% através da Finame. Em 1982, o Banco garante o lançamento de debêntures no valor de US\$ 3,4 milhões, para a expansão da capacidade de produção de celulose dessa unidade, de 112 mil para 204 mil toneladas ano, em conjunto com novos recursos da FINAME, no valor de US\$ 345 mil.

Em 1984 através do Programa de Apoio ao Incremento das Exportações (Proex), a Ripasa obteve financiamento de US\$ 603 mil, para acréscimo de capital de giro destinado a ampliar as exportações de papel do grupo.

Em 1987 e 1990, a unidade de Limeira é objeto de novos financiamentos, de US\$ 2,4 milhões e US\$ 27,8 milhões, respectivamente, destinados a implantar um projeto de controle ambiental e a ampliar novamente sua capacidade de produção através da instalação de uma segunda máquina de papel. Quando essa máquina entrar em operação, em meados de 1991, o Grupo Ripasa será o terceiro maior produtor de papel para imprimir e escrever do país, com o mercado externo absorvendo mais de 40% do total da produção.

Atualmente o Grupo Ripasa está constituído por cinco empresas, sendo uma "holding", uma "trading" e três produtoras de papéis, cartões e celulose, contando com cinco unidades industriais localizadas no estado de São Paulo.

A estrutura de participações societárias do Grupo Ripasa (dezembro de 1990) é apresentada abaixo:



1) Representativas de 100% das ações ordinárias com direito a voto.

2) Ações preferenciais sem direito a voto.

BIBLIOTECA DIGITAL - BNUDES

A ZDZ Participações, "holding" do grupo, é controlada pelas famílias Zarzur, Derani e Zogbi. As empresas produtoras são a Ripasa S.A. Celulose e Papel, Limeira S.A. Indústria de Papel e Cartolina e Cia. Santista de Papel, que dispõem das seguintes unidades fabris:

**- Ripasa I:**

Principal fábrica do grupo, localizada no município de Limeira, tem atualmente capacidade para a produção de 270 mil t/ano de celulose branqueada de fibra curta a partir do eucalipto. Em prédio industrial anexo à planta de celulose está instalada a máquina de papel (MP1) para imprimir e escrever, com capacidade para 90 mil t/ano. Também nessa unidade foi instalada a nova máquina (MP2) produtora de papéis para imprimir e escrever, com capacidade produtiva de 140 mil t/ano.

**- Ripasa II:**

Resultado da incorporação da Cia. Yazbeck à Limeira S.A., está localizada no município de Embu, possuindo uma unidade produtora de cartão. A capacidade de produção é de 36 mil t/ano de cartões dúples para embalagens.

**- Cia. Santista de Papel:**

Localizada no município de Cubatão (SP), conta com cinco máquinas, cuja capacidade total atinge 72 mil t/ano de papéis de imprimir e escrever, papéis especiais e cartolinas.

**- Limeira S.A.:**

Possui duas unidades industriais:

**. Limeira I:**

Situada no município de Limeira, possui três máquinas produtoras de cartão para embalagem, com capacidade de produção de 42 mil t/ano.

**. Limeira II:**

Resultado da incorporação da Ribeiro Parada à Limeira S.A., também localizada em Limeira, possui duas máquinas produtoras de cartões para embalagem, com capacidade de 30 mil t/ano.

## OUTRAS UNIDADES

### **. Riliza Trading**

É a unidade do Grupo Ripasa especializada no comércio exterior de papéis e cartões, atuando em mais de 60 países, em todos os continentes.

A partir de 1986, a Rilisa passou a atuar também no mercado interno, no segmento de distribuidoras, permitindo ao grupo participar diretamente na distribuição, ao mercado interno, de volumes inferiores aos dos "grandes clientes". Para tanto, a Rilisa Distribuidora dispõe de cinco unidades, localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país.

### **. Florestal**

As florestas da Ripasa estão implantadas em área total de 68.699 ha, suficientes para atender 100% de suas necessidades.

### **- Investimentos**

Nos próximos três anos a Ripasa pretende investir US\$ 55 milhões no aumento da produção de celulose, modernização da fábrica de cartão e implantação de uma unidade de dióxido de cloro, dentro de um cenário em que a incorporação de máquinas mais modernas integradas à produção de fibras trará melhor qualidade e menores custos, permitindo a colocação de quantidades crescentes do produto no exterior.



#### 8.4 - Indústrias de Papel Simão S.A.

A Indústria de Papel Simão S.A. atua em todas as etapas de fabricação de papel, desde o manejo de florestas até a produção de celulose e papel. Sua origem remonta a 1925, quando o imigrante libanês Karan Simão Racy instalou em São Paulo a pequena Fábrica de Papelão Simão e Cia. Em 1935, Simão Racy cria e desenvolve a primeira máquina processadora de papel fabricada inteiramente no Brasil, dando origem à Indústria de Papel Simão S.A. (IPS).

Em 1959, a IPS incorpora uma segunda fábrica em Mogi das Cruzes, inaugurando, no mesmo ano, uma outra unidade de celulose em Jacareí, dando assim início à política de obtenção de autonomia no fornecimento de matérias-primas para a fabricação de papel. Essa iniciativa amplia a capacidade produtiva da empresa, além de suprir parte das necessidades do mercado interno, ainda dependente da importação de celulose. Sua construção é complementada através do primeiro financiamento recebido do Banco, no valor de US\$ 1,153 milhão.

No final de 1969 e em 1972, o Banco participa novamente no processo de crescimento da IPS, financiando a expansão da unidade de Jacareí, com a instalação de sua primeira máquina de papel. São aprovados empréstimos nos valores de US\$ 16 milhões e US\$ 3,4 milhões.

Com o intuito de substituir importações e absorver tecnologia inexistente no país, a Casa da Moeda promove, em 1976, concorrência para a instalação de unidade de produção de papel-moeda. O Grupo Simão, associado ao grupo francês Arjomari-Prieux, tradicional fabricante de papel-moeda desde o século XV, apresentou proposta, bem como o Grupo Ripasa, associado ao fabricante inglês Portal. A Simão vence a concorrência e instala com recursos próprios a Indústria de Papel e Celulose de Salto S.A., que desde o início da década de 80 vem produzindo papel-moeda para atender à necessidade interna e também à exportação para alguns países da América Latina. Sua capacidade de produção é de 15 mil t/ano, tendo absorvido totalmente a tecnologia da Arjomari-Prieux, operando somente com técnicos brasileiros. Essa equipe técnica obteve êxito marcante na expansão da capacidade de produção da máquina de papel-moeda projetada pelos franceses, de duas mil para 4.300 toneladas por ano, introduzindo mudanças no seu sistema de refino.

A partir de 1980, o Banco apoiou a empresa de forma contínua, com o financiamento aos acionistas, através do programa Finac, no valor de US\$ 7,8 milhões, para a integralização de 70% do preço das ações destinadas ao aumento de capital da Simão. Com esse aumento de capital, a IPS cria em 1980 a Indústria de Papel Piracicaba, que conta também com participação acionária da FIBASE. Essa participação, de 30% do capital, é adquirida pela Simão em 1985.

A continuação do programa de reaparelhamento industrial do grupo vem contando com o apoio do Sistema BNDES através da concessão de financiamentos em 1981, 1982, 1983 e 1986, num montante aproximado de US\$ 33 milhões, além de aval externo no valor de US\$ 4,5 milhões. Esse apoio contribuiu para a substituição de fontes energéticas, o tratamento de efluentes secundários da unidade de Jacareí, para o aproveitamento de recursos naturais dentro do Programa de Apoio ao Reflorestamento, a implantação do sistema de tratamento de emanações gasosas e para a otimização da produção das unidades de Jacareí e São Paulo.

Paralelamente à sua ampliação industrial, a Papel Simão adquiriu em 1976 a Caulisa - Indústria de Caulim S.A., localizada em Campina Grande, no estado da Paraíba, visando ao fornecimento de matéria-prima indispensável à indústria papelreira. Em 1980 formou outra companhia, especializada na comercialização de seus produtos para o mercado interno e externo, denominada KSR Com. e Ind. de Papel S.A., no estado de São Paulo.

Com seis unidades industriais e quase sete mil funcionários, a Papel Simão é, hoje, um dos maiores conglomerados brasileiros na área de produção de papéis para imprimir, escrever e especiais. Sua capacidade de produção anual é de 276 mil toneladas de papel e de 192 mil toneladas de celulose, faturando, em 1989, US\$ 450 milhões, dos quais 30% com exportação.

A configuração atual da Papel Simão apresenta as seguintes características:

Unidades Industriais (Faturamento de NCz\$ 981,1 milhões em 1989)

São Paulo.....	papel.....	34.300 t/a
Jacareí.....	papel.....	108.000 t/a
	celulose.....	192.000 t/a
Mogi das Cruzes.....	papel.....	17.700 t/a
Piracicaba .....	papel.....	116.300 t/a

Empresas Controladas

	Participação	Faturamento/89 NCz\$ mil
- Agropastoril Simão S.A.	99,98%	14.500
- Florin - Florestamento Integrado S.A.	99,58%	93.600
- Caulisa - Indústria de Caulim S.A.	88,50%	7.600
- KSR - Comércio e Indústria de Papel S.A.	79,95%	485.600
- Ind. de Papel e Celulose de Saíto S.A.	69,86%	148.800

(30% pertencem à Arjomari Prieux Societé Anonyme, da França)

Em junho de 1986, a IPS passou a ter suas ações negociadas nas bolsas de valores, após a emissão de 116 bilhões de ações preferenciais no montante de Cz\$ 290 milhões, com ingresso de aproximadamente 20 mil novos acionistas.

Atualmente, a empresa está promovendo um processo acelerado de modernização tecnológica, utilizando-se da automação industrial. Nesse sentido, o Banco vem estudando propostas de contribuir na ampliação e modernização das instalações do grupo, cujos investimentos estão previstos em US\$ 600 milhões. Desses investimentos, o mais ambicioso é o da duplicação da produção de celulose para mil toneladas por dia. Além dessa expansão, o grupo pretende elevar a produção de papel em Jacareí, de 108 mil para 264 mil toneladas por ano, com a instalação de uma nova máquina de papel, e já produz papéis térmicos e autocopiativos na unidade industrial de Piracicaba, através da absorção de tecnologia japonesa, por intermédio da Kanzaki Paper, uma das maiores fabricantes de papéis autocopiativos e maior produtora de papel térmico do mundo.

Com o apoio do Banco, até fins de 1992, a unidade de Jacareí, inaugurada em 1959, terá fachada nova, completamente diferente da arquitetura atual. Visualmente, o que chamará a atenção será o prédio da caldeira de recuperação, que terá 60 metros de altura, equivalente a um edifício de 25 andares. Ao redor desses edifícios vão ficar os prédios periféricos da caldeira: planta de evaporação da lixívia, o turbogerador, o precipitador eletrostático e o tratamento de água, partes importantes e integrantes para a melhoria das condições ambientais. A caldeira de recuperação é do tipo Odorless, que deverá reduzir consideravelmente os odores. Além disso, a chaminé, a cem metros de altura, dissipará mais facilmente a fumaça e a lixívia negra.

Ao longo dos últimos anos, a unidade de Jacareí realizou uma corrida contra o tempo. Os instrumentos eletromecânicos foram substituídos por acionadores em corrente contínua, controlados pelo sistema Controlador Lógico Programável (CPL), e a umidade e gramatura do papel são medidas por uma Estação de Controle Dedicada (ECD). Dessa forma, a unidade de Jacareí deverá se transformar numa das mais modernas fábricas de papel e celulose e, ao mesmo tempo, atingir os mais avançados padrões internacionais relacionados à qualidade de produtos e medidas de controle e preservação ambientais.

A IPS possui ainda 47.550 ha de florestas, sendo 35.550 ha de efetivo plantio de eucaliptos para a produção de fibra curta de celulose. Essas reservas estão situadas a 120 quilômetros da fábrica de celulose em Jacareí, São Paulo.

## 8.5 - Aracruz Celulose S.A.

Criada em 1972, a Aracruz Celulose, uma das maiores produtoras e exportadoras brasileiras de celulose branqueada de eucalipto, alcançou em 1989 uma produção de 502,4 mil toneladas, superando em mais de 25% a capacidade nominal do complexo fabril, proporcionando um faturamento total de US\$ 331,9 milhões.

A fábrica de celulose, localizada em Barra do Riacho, no município de Aracruz, litoral norte do Espírito Santo, e a área florestal, numa extensão de 200 mil hectares que se estende até o sul da Bahia, constituem um grande empreendimento que integra, ainda, um porto cativo e um bairro residencial.

O suprimento energético do complexo industrial é feito, em sua quase totalidade, com o aproveitamento - queima - da casca de madeira, de produtos químicos e resíduos do processo de cozimento, além do gás natural que a empresa recebe, produzido em Lagoa Parada, no município de São Mateus, a cerca de 40 quilômetros da fábrica de celulose.

Em 1967, foi fundada a Aracruz Florestal, empresa de prestação de serviços no setor de reflorestamento e manejo de florestas, que contou, inicialmente, com a participação acionária de dez empresários e da Ecotec - Economia e Engenharia Industrial, proprietária de 21.040 hectares de terras na região.

Idealizou-se, posteriormente, a implantação de uma enorme - para os padrões da época - fábrica de celulose, como forma de explorar mais economicamente a grande extensão de florestas.

Após estudos de viabilidade técnica e econômica realizados por diversas empresas estrangeiras especialistas no setor, dentre as quais a Sandwell (Canadá), Billerud, atual Sódka Kopparberg (Suécia), e Jakko Poyry (Finlândia), foi concluído o projeto industrial que deu origem à Aracruz Celulose. Em 1973 é solicitado apoio financeiro ao BNDES para a implantação da fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto, com capacidade inicial de produção de 400 mil toneladas por ano, totalmente voltada para exportação.

O projeto, cuja avaliação pelo BNDES foi concluída em 1974, previa investimentos da ordem de US\$ 400 milhões e a geração de emprego para 600 pessoas na fábrica e mais de mil nas florestas. A questão energética não constituiria obstáculo, uma vez que a fábrica teria auto-suficiência de energia e, por segurança, 10% de seu consumo previsto seriam fornecidos pela Centrais Elétricas do Espírito Santo S.A. (Escelsa).

Tendo em vista o elevado volume do investimento, o Banco sugeriu maior participação dos principais acionistas privados nacionais, como forma de garantir o controle nacional da Aracruz. Não sendo possível esse caminho, e considerando a importância do empreendimento, fez-se necessária a participação acionária do BNDES, que alocou recursos não-exigíveis equivalentes a 38,17% do total de ações ordinárias, no final do exercício de 1975. Na ocasião, chegou-se à seguinte composição acionária:

BNDES	38,17%
Cia. Souza Cruz Ind. e Com.	12,20%
Grupo Lorentzen	12,67%
Billerud	5,32%
Grupo Moreira Salles	9,53%
Outros	22,11%
Total	<hr/> 100%

Assim, o Sistema BNDES, utilizando todo seu leque de produtos financeiros e de modalidades operacionais, participou decisivamente da implantação da Aracruz Celulose. No conjunto, o apoio do Sistema BNDES representou 55,1% do investimento total, englobando financiamento direto à empresa e aos acionistas, prestação de garantia, empréstimo para aquisição de máquinas e equipamentos, via FINAME, e participação acionária do Banco e de sua subsidiária BNDESPAR.

Em 1978, concluiu-se a construção da fábrica. A madeira utilizada seria extraída das reservas de eucalipto, desenvolvidas em terras de propriedade do Grupo Aracruz e cultivadas, desde 1967, pela sua controlada Aracruz Florestal S.A.

No mesmo ano, a empresa expandiu ainda mais sua área, adquirindo da Vera Cruz Agro-Florestal S.A. 12.730 hectares em São Mateus, Espírito Santo, e 16.990 hectares em Conceição da Barra, na Bahia, local onde mais tarde foram descobertas jazidas de salgema.

Em 1981, ou seja, três anos após a conclusão da fábrica, a Aracruz Celulose produzia 10 mil t/ano a mais do que o previsto em sua planta industrial. Ao longo dos anos seguintes foram realizados alguns investimentos e em 1987 sua produção chegou a atingir 480 mil t/ano. Nessa ocasião, a Aracruz iniciou o planejamento da expansão de sua fábrica e da base florestal, tendo em vista que a produção não acompanhava o aumento da demanda interna e externa.

Para viabilizar tal projeto, a Aracruz solicitou mais uma vez o apoio do BNDES, tanto para a otimização de sua fábrica como para a expansão da planta industrial, visando alcançar 1.020 mil t/ano, a partir de 1993.

O Sistema BNDES acreditou sempre no êxito do projeto da Aracruz Celulose, haja visto que com a duplicação de sua capacidade instalada a empresa se tornará, a partir de 1992, uma das maiores fábricas de celulose do mundo. No equacionamento das fontes de recursos do projeto, o Sistema BNDES, que no início detinha 38,17% das ações ordinárias da empresa, chegou a elevar sua participação a 48,11% em 1977, mantendo cerca de 40% do capital votante da Aracruz no período de 1978 a 1987.

Posteriormente, em 1988, o Sistema BNDES, através da BNDESPAR, desmobilizou, em leilão público, parte considerável de sua participação na Aracruz Celulose. De fato, essa medida se enquadra perfeitamente na sua filosofia de aportar recursos não-exigíveis até a maturidade dos empreendimentos dos quais participa acionariamente.

Atualmente, o controle acionário da Aracruz Celulose está dividido, em termos de ações ordinárias, da seguinte forma:

- Cia. Souza Cruz Ind. e Com.	28,0%
- Grupo Lorentzen	28,0%
- Albatroz ("holding" Safra)	28,0%
- BNDESPAR	12,5%
- Outros	3,5%
	-----
	100,0%

As empresas controladas pela Aracruz Celulose são a Arco - Aracruz Corretora de Seguros S.A., Arpa - Aracruz Participações Ltda., Portocel - Terminal Especializado da Barra do Riacho S.A., Arflo - Aracruz Florestal S.A. e Mucuri Agro-Florestal S.A.

A celulose de fibra curta fabricada pela Aracruz tem grande aceitação no mercado internacional, tanto que sua exportação em 1989 representou 78% de suas vendas totais, que atingiram 487,4 mil toneladas, sendo 110,2 mil para o mercado interno e 377,2 mil para o mercado externo. Para o mercado europeu foram canalizados 34% das exportações, através da Aracruz Internacional Limited, e para a América do Norte cerca de 41%, através da Aracruz Celulose U.S.A. Inc.

No mercado interno, os principais clientes da Aracruz são a Companhia Industrial de Papel Pirahy (RJ), do Grupo Souza Cruz, que detém, por contrato, a compra de 8% da produção total; a Santa Maria Companhia de Papéis e Celulose (PR); e a Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A. (SP).

Atualmente, a área bruta disponível pertencente à Aracruz Celulose é de 200 mil hectares, sendo 130 mil de floresta de eucalipto, 55 mil de reservas para a preservação da floresta nativa e o restante ocupado, sobretudo, com viveiros de pesquisas, infra-estrutura de apoio, o complexo industrial, porto e o bairro residencial do Coqueiral.

É importante destacar que a Aracruz foi a primeira empresa do mundo a realizar, em larga escala, plantios de eucaliptais com mudas clonadas, método chamado de "propagação vegetativa por enraizamento de estacas", revelando o seu espírito de vanguarda na área de desenvolvimento tecnológico. Atualmente, 100% das florestas de eucalipto da empresa provêm de mudas desse tipo.

A empresa, pioneira em pesquisa e desenvolvimento, mantém-se na vanguarda com relação a cuidados ambientais. A preocupação com relação à presença de dioxinas na celulose tem sido objeto de testes feitos em conceituados laboratórios dos Estados Unidos e da Europa, indicando que seu produto atende às mais rigorosas normas internacionais.

O esforço da Aracruz ficou consagrado pelo prêmio que a sua equipe recebeu, em 1984, da fundação sueca Marcus Wallenberg, que atua de forma semelhante ao Prêmio Nobel.

A instalação da Aracruz alterou sensivelmente a estrutura sócio-econômica da região, com a substituição de culturas de subsistência pelo plantio do eucalipto e o emprego de grande parte da população local na unidade fabril e na área florestal. À exceção do município de Linhares, onde se encontram culturas de cacau, pimenta-do-reino e cana-de-açúcar, os demais municípios, no norte do Espírito Santo e sul da Bahia, recebem influência econômica do empreendimento da Aracruz.

As empresas do Grupo Aracruz contam atualmente com 8.389 empregados, sendo cerca de 6.267 na área florestal e 1.119 na industrial, representando a grosso modo 30 mil pessoas que dependem econômica e socialmente do empreendimento.

Ciente dessa responsabilidade como pólo gerador de mudanças sócio-econômicas no norte capixaba, a empresa começou a implantar em 1989 um projeto abrangente de infra-estrutura social que deve estar concluído em 1992, visando atender às comunidades onde a empresa atua. Ele prevê investimentos de US\$ 15 milhões na construção, reforma e reaparelhamento de hospitais, clínicas, escolas, creches, centros de cultura e lazer, tanto nos municípios do norte capixaba, quanto no sul da Bahia. A participação do BNDES nesse projeto será de 70%.

Neste ano, começaram a funcionar dois centros profissionalizantes com capacidade para 1.230 pessoas por dia, com diversos cursos abertos ao público em geral. Atualmente, nove mil alunos são atendidos pelo sistema educacional da empresa e três mil novas vagas estão sendo criadas.

A Aracruz está ainda ampliando o bairro do Coqueiral, onde mora parte de seus funcionários, com a construção de 1.035 novas residências, e apoiando a construção de 3.624 casas em outros núcleos habitacionais, no norte do estado do Espírito Santo.

## 8.6 - Companhia Florestal Monte Dourado

A Companhia Florestal Monte Dourado é uma das principais empresas produtoras de celulose e única produtora de celulose de gmelina no país, indicada para a produção de papéis macios ou lisos de alta densidade e como reguladora da porosidade de papéis de filtro.

Criada em 1982, sob o controle da Companhia do Jari, a Monte Dourado possui na região amazônica cerca de 87 mil ha, onde o plantio de "pinus", eucalipto e gmelina proporciona à sua fábrica uma produção anual de 238 mil toneladas.

Na região onde está localizado o Complexo do Jari, no vale do rio do mesmo nome, durante longos anos a atividade econômica foi extrativista, basicamente de castanha-do-pará. Nessa área vivem hoje cerca de 50 mil pessoas, dependentes direta ou indiretamente do Complexo do Jari, o maior empreendimento ao norte do Rio Amazonas, formado de maciços florestais, tanto naturais como cultivados, grande fábrica de celulose, mineração de caulim, criação de búfalos e potencial mineral ainda não totalmente identificado, que inclui expressivas jazidas de bauxita refratária.

O responsável pela mudança do perfil econômico dessa região foi o empresário norte-americano Daniel K. Ludwig, dono da Entrerios Comércio e Administração, subsidiária brasileira da Universe Tankships Inc., que assumiu o controle acionário das empresas proprietárias da área, em meados dos anos 60, com a finalidade de desenvolver o mais ambicioso projeto de reflorestamento do mundo, associado a uma fábrica de celulose. A escolha da área do Jari se deve ao fato de estar situada mais próxima dos grandes mercados consumidores do hemisfério Norte e acessível, através do Rio Amazonas, ao transporte marítimo.

Tendo em vista que as coníferas, que tradicionalmente fornecem a matéria-prima para a produção de celulose de fibra longa, no hemisfério Norte, têm um período de maturação de algumas dezenas de anos, optou-se por introduzir a gmelina arbórea, nativa do sudoeste da Ásia, que fora levada, ainda no século XIX, para a África e América Central, regiões de clima quente e tropical. A gmelina pode ser cortada, em média, aos cinco anos e produz celulose de fibra curta de qualidade reconhecida no mercado internacional.

Em 1966, é deslançado o Projeto Jari, com o apoio oficial do governo federal, numa área contínua equivalente ao estado de Sergipe. Entre 1968 e 1970, são realizados diversos empreendimentos ligados à infra-estrutura de serviços públicos - 150 quilômetros de estradas vicinais, hospital, sistema de abastecimento de água, pista de pouso e o "pier" provisório para acostamento de navios -, todos feitos com recursos próprios do empresário norte-americano.



No entanto, à medida que o projeto começou a se implantar, vários obstáculos foram aparecendo:

1 - A gmelina apresentou vulnerabilidade a vários tipos de pragas tropicais, obrigando sua substituição por outras espécies, como o "pinus" e o eucalipto, fato que atrasou o cronograma previamente estabelecido.

2 - O empresário, que imaginava ter adquirido as terras sem qualquer problema de legitimação, via se arrastar lentamente a regularização de sua posse.

3 - Foi sendo gerado um problema social na região, em consequência da aglomeração urbana formada espontaneamente pela atração das atividades econômicas, à beira do Jari. Com precárias condições de habitação e subsistência, desprovida de serviços públicos, suas necessidades ultrapassavam a capacidade de resposta dos órgãos governamentais e nem podiam ser atendidas pela empresa.

Em abril de 1975, em função da Exposição de Motivos nº 346/75 do Ministro da Fazenda e do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, foi reconhecida a prioridade do projeto, originando o Decreto nº 76.551 de 5 de novembro de 1975, do Presidente da República, que autorizava o BNDES a garantir, em nome da União, até o limite de US\$ 200 milhões, empréstimos a serem contraídos pela Jari Florestal e Agro-Pecuária Ltda., visando à importação de uma usina completa para fabricação de celulose proveniente do Japão. Esse financiamento foi condicionado a uma receita de exportação no valor de US\$ 616 milhões em dez anos, gerando, nesse período, um saldo de divisas de US\$ 342 milhões. A produção e a exportação de celulose branqueada tiveram início em 1978.

No entanto, incerto quanto ao direito de propriedade sobre as terras, sem poder resolver a questão energética e a implantação de novas unidades industriais que viabilizariam economicamente o projeto, Daniel Ludwig desacelerou seus investimentos e, em janeiro de 1981, comunicou oficialmente ao governo federal que acabara de pagar a prestação de US\$ 20 milhões devida à Ishikawajima, empresa que construiu a fábrica, mas não o faria com a prestação seguinte, de julho. O governo, se veria então, na condição de avalista, obrigando a honrar o compromisso da Jari.

Para facilitar os entendimentos com Daniel Ludwig, o governo solicitou a interferência do empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, presidente do Conselho de Administração da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (Caemi), empresa "holding" de capital nacional responsável por alguns dos principais empreendimentos particulares de mineração do Brasil. Apesar de todos os esforços de Azevedo Antunes, no final de 1981, Daniel Ludwig optou por encerrar suas atividades no Brasil.

A nacionalização do Projeto Jari, no início de 1982, foi realizada por 23 grupos empresariais privados nacionais, constituindo a Companhia do Jari, que assumiu o controle acionário da Companhia Florestal Monte Dourado e, conseqüentemente, também de suas subsidiárias Sasi - Serviços Agrários e Silviculturais, Navegação Sion, Mineração Guanambi e da Cadam-Caulim da Amazônia S.A..

Para tanto, ficou pactuado que o governo federal prestaria apoio ao projeto mediante participação acionária do Banco do Brasil, com recursos equivalentes a US\$ 180 milhões. À Companhia do Jari coube subscrever cerca de US\$ 60 milhões do capital da Monte Dourado, que assim viu o seu capital subscrito elevado de US\$ 480 milhões para US\$ 720 milhões. Esses recursos seriam suficientes para a estabilização econômico-financeira da empresa, consoante estudos levados a efeito, na ocasião, pela companhia.

Por si só, a nacionalização do Projeto Jari não equacionou a totalidade de seus problemas financeiros, nem aportou, inicialmente, recursos necessários à plena exploração de suas potencialidades. Configurou-se para a Monte Dourado uma situação diversa da prevista nas projeções financeiras para o período de 1982-1986. Dois fatores foram decisivos para tornar insuficientes o volume de capital aportado pela Companhia do Jari e pelo Banco do Brasil: a queda internacional dos preços de celulose acarretou uma perda de 40% na receita da empresa; a maxidesvalorização do cruzeiro onerou a Monte Dourado, em face de seu grande endividamento em moeda estrangeira.

Por conseqüência, a Companhia do Jari e a Monte Dourado apresentaram à Secretaria do Planejamento (Seplan) novas projeções para o quinquênio e esquema de recapitalização da empresa. O governo federal, face ao indiscutível significado do Projeto Jari para o desenvolvimento regional, aprovou a implementação do plano.

O plano de recapitalização elevou a participação do Banco do Brasil em mais US\$ 56 milhões, metade com recursos próprios e a outra metade com incentivos fiscais; os acionistas da Companhia do Jari também participaram do aumento de capital com US\$ 40 milhões, integralizados pela Cadam. Nesse plano coube ao BNDES uma participação no capital da Companhia Florestal Monte Dourado, em ações preferenciais no valor equivalente ao das prestações do financiamento contraído no exterior pela Jari, ou seja, US\$ 184 milhões. Cabe lembrar que esses recursos foram repassados ao BNDES pelo Tesouro Nacional, face ao aval assumido quando da importação da fábrica de celulose.

Posteriormente, a empresa viu-se obrigada a realizar novos investimentos para sua consolidação e aumento da capacidade de produção. Esse fato levou o BNDES e o Banco do Brasil a realizar uma avaliação conjunta da situação com a Companhia do Jari e o Grupo Antunes, de maneira a instrumentar as medidas político-administrativas necessárias à continuidade do projeto. Desse trabalho resultou um "protocolo de entendimentos", celebrado, em dezembro de 1988, entre o BNDES, o Banco do Brasil, a Companhia do Jari, a Companhia Florestal Monte Dourado, a Cadam, a Caemi, a Icomi, a Jari Energética e a Amcel.

O Protocolo de Entendimentos possibilitou a permuta de ações da Cadam - Caulim da Amazônia, de propriedade da Companhia do Jari, por ações da Companhia Florestal Monte Dourado, de propriedade do BNDES e do Banco do Brasil. Esse fato visava possibilitar ao Estado diminuir sua perda patrimonial, uma vez que o valor econômico da Cadam, empresa bastante rentável, era bem superior a seu valor contábil.

Em 1989, a Companhia Florestal Monte Dourado produziu 238 mil toneladas de celulose de fibras curtas ("jaripulp"- celulose "kraft" branqueada de gmelina - e "jarilyptus" - celulose branqueada de eucalipto) e de celulose de fibras longas ("jaripine" - celulose "kraft" branqueada de "pinus"). As vendas têm em média o seguinte direcionamento: 30% para o mercado interno e 70% para o mercado externo.

A política da empresa tem sido destinar maior quantidade de fibra longa para o mercado interno, uma vez que as fibras curtas de eucalipto e de gmelina estão mais voltadas para a exportação. Das vendas realizadas no mercado externo, o principal cliente é a Europa, vindo em seguida os Estados Unidos e o Japão. No Brasil, a Monte Dourado concorre, na produção de fibra curta, com as empresas não-integradas Aracruz, Cenibra e Riocell, e, no exterior, com produtores de Portugal, Espanha, América do Norte e Escandinávia, para jarilyptus.

Recentemente, a Cia. Florestal Monte Dourado iniciou um programa denominado Projeto 280.000, que visa:

- . reaparelhar a fábrica, para maior confiabilidade de produção e qualidade;

- . aumentar a capacidade de produção do nível de 230 mil t/ano para 280 mil t/ano;

- . ampliar o parque de equipamento florestal, para atender com eficiência ao aumento de produção de madeira, atingindo a auto-suficiência em 1995;

- . executar o plantio e respectivo manejo de 55 mil ha no período 1988-1992.

Para a consecução desse programa, a Monte Dourado deverá realizar um investimento da ordem de US\$ 286 milhões, sendo US\$ 149,2 milhões para o programa industrial, US\$ 76,2 milhões para o florestal, US\$ 5,7 milhões destinados à pesquisa e o restante, US\$ 55,8 milhões, para saneamento financeiro da própria empresa.

Dos recursos financeiros necessários ao investimento, 52,7% provêm do BNDES e do Banco do Brasil, na proporção de suas respectivas participações acionárias no Projeto Jari; 8,9% da FINAME/BNDES; e 38,4% são próprios da empresa.

Desde que optou por implantar um empreendimento nas margens do Rio Jari, o empresário norte-americano Daniel Ludwig já identificava que um dos obstáculos a serem equacionados para o seu desenvolvimento era a questão da geração de energia. Nas terras do Projeto Jari existem condições naturais propícias à construção de uma usina hidrelétrica na região da Cachoeira de Santo Antonio. O empresário supunha que contaria com apoio do governo federal para a implantação dessa usina, fundamental ao sucesso do empreendimento.

O apoio esperado não ocorreu e a hidrelétrica não foi construída. A fonte geradora de energia ao longo de todo esse período tem sido uma usina termelétrica, abastecida com cavaco de madeira procedente de áreas destinadas ao reflorestamento, complementada com geração diesel-életrica.

Considerando o crescimento da demanda de energia na região, em função da expansão das atividades econômicas, aliada a uma política de conservação ambiental, atualmente a Jari Energética S.A. (Jesa), constituída em 1987 e controlada pela Campanha Florestal Monte Dourado, está pleiteando apoio financeiro no BNDES com a finalidade de implantar uma usina hidrelétrica no Rio Jari. O investimento total previsto é de US\$ 98 milhões.

O empreendimento visa à implantação da primeira etapa da usina de Santo Antonio, com uma unidade de 33,3 MW, e previsão para outras duas unidades adicionais do mesmo porte, além do sistema de transmissão associado.

A construção dessa usina, essencial desde o início do projeto, passa agora a ser imprescindível ao desenvolvimento econômico e social da área do Jari, levando em consideração o aumento expressivo da produção da fábrica de celulose.

## 8.7 - Inpacel - Indústria de Papel e Celulose Arapoti S.A.

A Inpacel - Indústria de Papel e Celulose Arapoti S.A. tem como acionista majoritário o Banco Bamerindus do Brasil S.A., que detém 51,45% do capital votante. Com o apoio do Sistema BNDES, o projeto da Inpacel, implementado em 1989, representa mais um passo no caminho da diversificação do Grupo Bamerindus, iniciada no setor agropecuário e, posteriormente, direcionada ao setor industrial.

Com uma tradição já antiga em reflorestamento, o grupo possui na região norte do Paraná cerca de 41.300 ha de terras, sendo 22.192 ha ocupados com reflorestamento e 19.130 ha disponíveis para futuros plantios.

Em 1983, o Grupo Bamerindus adquiriu a pequena fábrica de papel de Arapoti, que produzia, na época, 130 toneladas ao mês. Hoje uma nova fábrica está sendo construída, adotando tecnologia de ponta internacional, visando produzir pastas de alto rendimento (PAR), definidas como sendo aquelas que, na transformação de matéria-prima lignocelulósica, obtém rendimento superior a 85%.

Esse projeto tem por objetivo a implantação de uma máquina de papel para imprimir e escrever com capacidade nominal de 140 mil toneladas/ano, integrada a uma unidade produtora de pasta quimitermomecânica (CTMP), com capacidade nominal de 147 mil toneladas/ano. Sua concepção técnica prevê, pela primeira vez no Brasil, a produção da pasta quimitermomecânica de fibra longa, para papéis de imprimir e escrever de uso alternativo.

Tal tipo de papel, cujo custo de produção é inferior ao obtido a partir da celulose, é de grande aplicação em segmentos de mercado em que se faça necessário o uso de papéis de qualidade (cadernos, encartes, livros de bolso, impressos em geral, listagens para impressoras), liberando para uso mais nobre ou para a exportação aqueles à base de celulose, proporcionando paralelamente ao mercado uma opção mais barata para consumos específicos. Trata-se de um processo bastante racional, tanto do ponto de vista econômico quanto ecológico.

Por oportuno, convém observar que no Brasil os papéis para imprimir e escrever são, na sua maioria, feitos a partir de celulose de fibra curta branqueada (90%). Esse percentual difere em muito se comparado com o de países industrializados, como os Estados Unidos e os da Europa Ocidental, onde esses tipos de papéis são em boa parte produzidos a partir de pastas de alto rendimento (PAR), representando respectivamente 30% e 50% da produção.

A máquina de papel a ser instalada terá a capacidade nominal de 400 toneladas/dia, perfeitamente compatível com os padrões internacionais. Cabe ressaltar que hoje no Brasil 64% da produção de papel para imprimir e escrever provém de máquinas com capacidade de até 200 t/dia e o restante de equipamentos com capacidade entre 200 e 300 t/dia.

Estão previstas obras de infra-estrutura social - vila residencial, alojamentos, ambulatório, creche, sede social e posto policial. O empreendimento deverá gerar cerca de 600 empregos diretos e entrar em operação no final de 1991.

O investimento total é de aproximadamente US\$ 307,3 milhões, participando o Sistema BNDES com US\$ 144,7 milhões, dos quais US\$ 95,5 milhões através da FINAME, para a aquisição de máquinas e equipamentos de fabricação nacional. Para a compra de equipamentos importados, foi concedido repasse específico, através do Banco Mundial, no valor de US\$ 6,6 milhões.

O projeto incorpora o conceito de co-geração de energia, tendo em vista as dificuldades de investimento em infra-estrutura energética que o Brasil vem enfrentando, através de investimentos imediatos que possibilitarão a geração de 30% da energia total a ser consumida pela unidade industrial.

Concomitantemente à implantação da unidade industrial, a Inpacel já recebeu aprovação pelo BNDES para concessão de colaboração financeira para a implantação de duas pequenas centrais hidrelétricas, localizadas nos Saltos de Cavalcanti e do Macaco, com capacidade nominal de 7,5 MW e 4,5 MW, respectivamente, e uma central hidrelétrica média localizada no Salto de São João, com capacidade nominal de 18 MW. Caso todas as centrais se concretizem, a entrada em operação está prevista para janeiro de 1992, sendo o valor do investimento total da ordem de US\$ 33 milhões, com participação do Banco equivalente a cerca de US\$ 14 milhões.

ANEXO 3

Relação das principais operações aprovadas pelo BNDES em favor das empresas de papel e celulose de 1955 a 1990  
(inclui prestação de garantias e operações no âmbito do Programa Conserve)

EMPRESAS	ANO	VALDR (*) em US\$ 1,000
Adamas do Brasil S.A. Fibras e Cartonagem	1973	787
	1973	787
	1976	196
Adolfo Linsemeyer	1973	221
	1978	58
Afrânio Cordeiro	1975	19
Agro Industrial Amália S.A.	1969	2,963
	1974	2,348
Águas Negras S.A.	1983	786
Aracruz Celulose S.A.	1974	44,000 (1)
	1974	127,219
	1975	53,160
	1975	13,630
	1976	7,870
	1976	90,000
	1977	2,160
	1977	767
	1977	20,000
	1978	15,000
	1979	19,489 (2)
	1979	3,430
	1980	25,000 (2)
1980	10,000 (2)	
1988	324,518	
1989	11,565	
1990	173,629	
Araújo Silva	1976	101
Arpeco - Artefatos de Papéis Colombo S.A	1976	313

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo. (Continua)

1) Conserve BNDES.

2) Prestação de garantia.

EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Asahi - Ind. Papel Ondulado Ltda.	1974	110
	1975	248
Bacraft S.A. - Ind. Papel	1975	202
Bahia Sul Celulose S.A.	1988	205,394
Braskraft S.A. Florestal e Industrial	1976	126,574
	1977	25,000
	1981	51,000 (3)
Braspap - Cia. Brasileira de Papel	1982	422 (1)
	1982	42 (2)
	1983	797
	1984	694
	1985	970
Cartográfica Francisco Mazza S.A.	1975	251
	1978	1,110
Cartonagem Campo Bom Ltda.	1972	147
	1975	86
	1978	133
	1978	77
	1983	47
	1984	80
	1986	356
Cartonagem do Nordeste - Canosa	1975	444
Cartonagem Flor de Maio S.A.	1974	233
	1983	92
Cartonagem Industrial Guimarães Ltda.	1968	115
Cartonagem "Jofer" Ltda.	1976	95
Cartonagem Nossa Senhora das Graças Ltda.	1975	769
Celpa S.A - Ind. Papel	1973	2,459
	1975	1,871
	1975	186
	1975	124

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo.

(Continua)

1) Conserve BNDES.

2) Conserve FINAME.

3) Prestação de garantia



E M P R E S A S	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Celubagaço Ind. e Comércio	1955	2,712 (3)
Celulose Cambará S.A.	1958	980
	1969	988
Celulose e Papel Fluminense S.A.	1955	835
	1958	187
Celulose Nipo-Brasileira - Cenibra	1975	51,177
	1975	77,400
	1976	13,975
	1981	15,807 (1)
	1982	6,655 (2)
Champion Celulose S.A.(antiga Panamericana Têxtil)	1957	2,030
	1975	4,957
Companhia Agro-Industrial Cicero Prado	1973	7,377
	1975	4,957
Companhia Brasileira de Papel - Cibrap	1982	1,784
	1983	202
	1984	260
	1989	667
Companhia Celulose e Papel do Paraná S.A. - Cocelpa	1974	3,266
	1976	2,678
	1983	4,529
	1984	2,440
Companhia de Celulose da Bahia - CCB	1974	7,027
	1974	11,960
	1974	1,467
	1974	2,200
	1976	8,442
	1977	15,000
	1977	10,000
	1978	250
	1981	36,000 (3)
	1981	20,300 (3)
	1982	53,600
1982	33,000 (3)	
1982	11,377 (3)	
1982	315 (3)	

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo.

(Continua)

1) Conserve BNDES.

2) Conserve FINAME.

3) Prestação de garantia.

EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Companhia de Sacos de Papel	1976	152
	1978	39
	1988	4,401
Companhia De Zorzi de Papéis	1984	72 (1)
	1985	2,987
Companhia Fabricadora de Papel	1976	6,732
Companhia Fabricadora de Papel Petrópolis	1975	1,433
	1986	80
Companhia Florestal Monte Dourado	1984	184,000
	1989	50,356
Companhia Fluminense Industrial	1975	513
Companhia Industrial de Papel - Cipolma	1965	141,044
Companhia Melhoramentos São Paulo - Ind. Papel	1967	395
	1969	593
	1970	658
	1971	473
	1986	1,984
	1989	825
Companhia Nordestina de Papel - Conpel	1975	225
	1975	1,309
Companhia Paduana de Papéis S.A. - Copapa	1970	210
	1970	44
	1983	51
	1984	100
	1985	678
Companhia Papéis - Copa	1975	4,461
Companhia Papéis e Celulose do Norte	1975	253
Companhia Papeleira do Sul - CPS	1982	1,059
	1982	1,059
	1982	2,064
	1982	7,619
	1985	9,460
Companhia Paraprint de Empreendimentos Florestais	1986	3,999

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo.  
1) Conserve BNDES.

(Continua)

EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Companhia Rio D'Ouro Industrial	1972	671
Companhia Santista de Papel	1985	258
	1989	264
Companhia Senges de Papel e Celulose	1974	147
	1976	3,759
Companhia Suzano de Papel e Celulose	1959	1,860
	1966	451
	1971	20,814
	1972	1,676
	1973	4,098
	1973	6,557
	1976	2,715
	1978	2,218
	1978	1,664
	1978	1,664
	1978	2,773
	1978	1,664
	1978	1,664
	1978	2,219
	1978	1,109
1978	1,664	
1979	5,847	
	1981	4,191 (1)
	1984	491 (1)
	1984	559 (2)
	1985	32,162
	1987	7,697
Companhia Votorantim de Celulose e Papel - Celpav (ex-Cia. Guatapar Celulose e Papel - Celpag)	1976	41,407
	1976	49,880
	1979	27,000 (3)
	1980	16,700
	1990	157,697
Curipel S.A. Ind. de Artefatos de Papel	1972	86
	1978	1,414
	1986	100
	1987	130
	1988	2,064
	1989	606
Elias J. Curi - Ind. e Com. S.A.	1976	3,817
	1985	39
	1989	422

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo.

(Continua)

1) Conserve BNDES.

2) Conserve FINAME.

3) Prestao de garantia.

EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Embalagens Sul Brasileira S.A. - Embrasul	1975	189
	1977	205
	1977	222
Embalagens Triângulo Ltda.	1976	48
Embalos S.A. - Embalagens	1974	245
Embasa - Ind. Embalagens S.A.	1972	97
	1974	396
	1975	42
Empax - Embalagens S.A.	1968	66
	1968	400
Fábrica de Celulose e Papel - Facelpa	1961	322
	1975	234
	1986	976
	1987	7,612
	1989	11,681
Fábrica de Papel da Bahia S.A. - Sapelba	1982	904
	1988	123
Fábrica de Papel e Papelão N. S. Penha S.A.	1975	682
	1983	49
	1984	33
	1985	562
	1986	609
	1987	490
	1988	235
Fábrica de Papel Ponte Nova S.A.	1974	437
	1975	232
Fábrica de Papel Primo Tedesco S.A.	1984	715
	1986	1,622
	1988	578

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo.

(Continua)

EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Fábrica de Papel S.A. - Fapasa	1958	202
	1986	786
Fábrica de Papel Santa Terezinha	1969	988
	1970	153
	1971	397
	1975	6,444
	1984	1,277
	1984	144 (1)
	1987	1,109
1989	404	
Fábrica de Papel Três Portos	1976	1,019
	1983	38
Fábrica de Sacos de Papel E. Oivano S.A.	1977	2,090
Fibrart Embalagens Ltda.	1968	132
Grepaco Ind. Manufatora de Papéis S.A.	1969	433
	1970	285
	1972	515
Gretisa S.A. Fábrica de Papel	1967	1,104
	1969	993
	1970	154
	1972	1,814
Grupograf S.A. -- Artes Gráficas e Embalagens	1973	66
	1978	167
	1985	317
	1986	578
Iguaçu Celulose e Papel S.A. (Ex-Industrial Santa Mônica S.A. Papeleira)	1982	190 (1)
	1985	1,068
	1987	1,023
	1988	2,972
IKPC - Ind. Klabin de Papel e Celulose S.A.	1986	39,739
	1988	32,095
Impressora Grafo	1973	144
	1976	294

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo.

(Continua)

1) Conserve BNDES.

EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Impressora Lavezzo S.A.	1978	277
Induprel Ltda.	1976	170
Indústria Cartonagem S.A. - Incartron	1975	165
Indústria Com. e Cultura de Madeiras Sguario Ltda.	1974	124
	1987	768
	1988	718
Indústria de Artefatos de Papel Cartaxo	1967	22
Indústria de Artefatos de Papel Pedro Nilo Althoff e Cia. - Zapel	1976	123
Indústria de Celulose Borregaard S.A.	1968	25,354
	1971	17,175 (1)
Indústria de Embalagem Oivani S.A.	1969	494
	1973	574
Indústria de Papéis de Arte José Tscherkassy S.A. - Toga	1968	103
	1970	691
	1973	4,918
	1974	859
	1974	2,104
	1977	843
	1987	1,134
Indústria de Papéis Pádua S.A.	1974	587
Indústria de Papéis S.A. - Inpasa	1977	318
	1984	213
Indústria de Papéis Santo Amaro	1976	4,260
	1980	1,987
	1982	5,317
Indústria de Papelão e Caixas Andrade	1966	30
	1966	135

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo.

(Continua)

1) Participação acionária.

EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Indústria de Papel e Celulose Arapoti S.A. Inpapel	1989	28,086
Indústria de Papel e Papelão Santa Luzia	1981	3,301
	1984	1,150
Indústria de Papel Espírito Santo S.A. - Ipressa	1976	277
	1988	220
Indústria de Papel Leon Feffer S.A.	1983	232 (1)
	1984	50 (1)
	1985	76 (2)
Indústria de Papel Simão	1958	1,153
	1969	16,296
	1972	3,353
	1980	7,791
	1981	1,814 (1)
	1981	2,681
	1982	398 (2)
	1983	9,294
	1983	9,000 (3)
	1983	923 (1)
Indústria de Plásticos Paranaense Ltda. - Inplasp	1976	2,263
	1977	461
	1978	409
	1985	544
	1986	172
	1987	420
Indústria e Comércio de Papel e Embalagem Ltda. - Cibrapel	1976	228
	1977	42
Indústria e Comércio Luiz Olsen S.A.	1975	3,057
Indústria e Comércio Papelão Ibicuí	1976	1,852
Indústria Gráfica de Embalagens - Igel	1976	577
Indústria Inajá - Artefatos Copos e Embalagens de Papel Ltda.	1974	543
	1976	295
	1989	615

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo. (Continua)

1) Conserve BNUDES.

2) Conserve FINAME.

3) Prestação de garantia.

EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Indústria Klabin do Paraná de Celulose	1974	12,000
	1976	32,130
	1981	4,146 (1)
	1981	9,588 (1)
	1981	270 (2)
	1981	563 (2)
	1982	5,478 (2)
	1984	73 (1)
	1985	2,732
	1985	55 (2)
1986	461	
Indústria Klabin Produtos de Celulose	1974	64,208
Industrial Papeleira Piraiense S.A.	1976	4,602
Industrial Papeleira Santa Mônica S.A.	1974	220
	1981	3,110
Indústria Menten de Cartonagem Ltda.	1971	40
Indústria Mineira de Papel S.A.- Impasa	1974	147
	1975	730
	1983	463
	1985	642
Indústria Papéis e Embalagens Pan-Brasil Ltda.	1967	74
	1968	62
	1971	189
	1977	216
	1984	434
	1987	533
Indústria Papel e Papelão São Roberto S.A.	1972	872
	1983	4,773 (3)
	1987	2,297
	1989	594
Industrias Novacki Ltda.	1976	306
	1977	245
Indústrias Reunidas Irmãos Spina	1976	15,093
Isolamentos Técnicos e Embalagens da Amazônia S.A. - Insteam	1975	222

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo.

(Continua)

1) Conserve BNDES.

2) Conserve FINAME.

3) Prestação de garantia.



EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Jacó, João Carraro e Cia.	1976	834
Jari Florestal Agro-Pecuária	1976	200,000
Klabin Embalagens S.A.	1980	5,824
Lecler - Ind. Com. de Papel Ltda.	1975	223
Lenac S.A. - Ind. Heliográfica	1977	420
Limeira S.A. Ind. de Papel e Cartolina	1974	245
	1989	1,377
Linesana S.A. - Ind. Com. Produtos Higiênicos	1977	45
Locarpe - Lobo Ind. Com. de Artefatos de Papel Ltda.	1976	35
	1978	200
	1983	256
Luiz Moschetti S.A. Ind. Com. de Papel	1976	576
	1977	61
Madezorzi S.A.	1984	5,000 (2)
Mapel - Fábrica de Papel de Embalagens	1967	74
Marin Schuch e Cia. Ltda.	1976	43
Mirtillo Trombini S.A. Papel e Embalagens	1969	86
	1970	70
	1972	302
	1972	687
	1974	558
	1974	763
	1975	1,742
	1978	2,074
	1982	30
	1983	7 (1)
Morro Verde S.A.	1985	13,053
Nordeste Gráfica Industrial Editora S.A.	1973	328
Norgraf S.A. - Impr. Especializada do Nordeste	1973	288

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo.

(Continua)

1) Conserve FINAME.

2) Prestação de garantia.

EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Papelão Ondulado do Nordeste - Ponsa	1974	248
	1974	8,305
	1981	1,194 (1)
	1981	3,729
	1982	131 (1)
Papelão Ondulado Mtil S.A.	1969	262
Papel e Celulose Catarinense Ltda. - PCC	1966	5,000 (3)
	1966	6,757
	1968	4,348
	1969	1,728
	1971	946
	1974	1,836
	1984	941
	1984	5,137 (2)
	1985	401 (2)
	1987	39,159 (1)
1989	30,699	
Papelok S.A. Ind. Com.	1975	6,679
	1978	1,686
Papyrus Ind. Papel S.A.	1969	2,159
	1970	1,526
	1970	103
	1973	4,836
	1974	294
	1982	506
	1984	769
	1985	122
Paraibuna Papéis S.A. (ex-Fábrica Papéis Paraibuna)	1968	93
	1973	172
	1976	427
	1983	399
	1983	829 (3)
	1985	49
	1987	104
	1987	325
	1988	156
	1988	100
	1989	433
1990	19,977	

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo.

(Continua)

- 1) Conserve BNDES.
- 2) Conserve FINAME.
- 3) Prestação de garantia.

EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Parapolpa S.A. - Embalagens de Polpa Moldada	1974	359
	1976	1,048
	1985	16
	1987	1,014
Pisa-Papel de Imprensa S.A.	1980	39,771
	1982	20,000 (3)
	1989	4,547
Polipel Embalagens Ltda.	1976	2,639
Potuiga Papéis S.A. - Popasa	1978	579
	1988	281
	1989	419
Propasa - Produtos de Papel S.A.	1975	92,937 (3)
	1983	101
	1989	367
Refinadora Paulista S.A. Celulose e Papel	1975	223
Ribeiro Parada S.A. Ind. de Papel e Papelão	1974	245
Rigesa Celulose Papel e Embalagens Ltda.	1965	108,495 (Acordo AID/8NDE)
Riocell - Administração	1986	2,046
Riocell - Rio Grande Cia. Celulose do Sul	1979	11,694
	1979	63,574
	1981	9,000 (3)
	1981	14,095 (1)
	1982	2,997 (2)
	1983	12,288
	1983	45 (2)
	1985	2,987
1990	50,879	

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo. (Continua)

1) Conserve BNDES.

2) Conserve FINAME.

3) Prestação de garantia.

EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Ripasa S.A. - Celulose e Papel	1970	4,807
	1970	6,579
	1973	1,639
	1974	10,712
	1976	3,200
	1978	7,764
	1981	1,059 (1)
	1982	345 (2)
	1982	3,408
	1984	711
	1986	361
	1987	4,119
	1989	669
1990	48,183	
S.A. Indústria Votorantim	1985	193 (1)
	1985	265
Santa Maria Cia. Papel e Celulose	1986	38
	1988	455
	1988	1,062
Sartel S.A. - Ind. Com. e Importação	1974	73 (2)
S.A. Taquariense de Papel - Satipel	1969	619
	1970	548
Serrados e Pastas de Celulose Ltda.- Sepac	1977	139
	1983	56
	1984	327
	1985	213
	1988	267
	1989	270
Sopasta S.A. - Ind. Comércio	1977	146
	1977	209
Sovel da Amazônia Ltda.	1975	107
	1987	794
Strina S.A. - Ind. Com. de Papéis	1976	352
Suzano Kimberly Ind.	1976	1,574
Telexpel Ind. Com. de Papéis Ltda.	1976	135
	1988	556

(\*) Ver nota sobre a conversão para US dólar no final do anexo.

(Continua)

1) Conserve BNDES.

2) Conserve FINAME.

EMPRESAS	ANO	VALOR (*) em US\$ 1,000
Transgeral Sacos de Papel Ltda.	1975	248
Trombini Embalagens S.A.	1986	188
	1987	3,336
	1988	2,101
Umacol Nordeste - Ind. Papel Carbono S.A.	1972	335
	1975	205
Uniart - União Ind. Artefatos de Papel	1973	234
Wellapack - Ind. de Embalagem e Papelão Ondulado	1974	29
Wiegando Olsen S.A.	1978	971
	1983	334

(\*) Nota sobre conversão para dólar norte-americano

Os dados primários referentes ao período 1955/1982, expressos em moeda corrente, foram obtidos nos Relatórios Anuais de Atividade do BNDES e convertidos para a moeda norte-americana, utilizando-se a cotação média do mês de junho do ano de referência. A partir de 1983, o cálculo dos valores em dólares, elaborado pelo DECOR/AP, foi feito com base na cotação dessa moeda no mês da aprovação das operações. A mudança se deve à elevação das taxas médias de inflação, que desaconselha o uso de cotações médias.

## 10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 
01. ANFPC. Fatos sobre o setor de papel e celulose no Brasil. São Paulo, jul. 1990. 68 p. (texto provisório, 2).
  02. BNDE. Mercado de celulose e papel. Rio de Janeiro, 1961. paginação irregular.
  03. BNDE. Área de Planejamento. Papel para imprensa periódica. Rio de Janeiro, out. 1976. 89 p.
  04. BNDE. Área de Planejamento. Estatísticas das operações aprovadas pelo Sistema BNDES - 1952-1980, Rio de Janeiro, jun. 1981. 54 p.
  05. BNDE. Departamento de Informação e Orçamento. Mercado brasileiro de papel e celulose. Rio de Janeiro, 1975. 66 p.
  06. BNDE. Sistema de Planejamento Integrado. Diagnóstico do setor de papel e celulose. Rio de Janeiro, out. 1978. 2 v.
  07. BNDES. Departamento de Estudos. Súmulas prospectivas: papel e celulose. Rio de Janeiro, out. 1986. (Estudos BNDES, 3).
  08. BRASIL. Conselho do Desenvolvimento. Programa de metas. Rio de Janeiro, jan. 1958. Paginação irregular.
  09. BRASIL. Exposição de Motivos Interministerial, 15/87, de 3 de agosto de 1987. Submete à consideração do Presidente da República, o Programa Nacional de Papel e Celulose. Brasília. 35 p. (mimeo)
  10. BRASIL. Ministério do Interior. Projeto Jari. Brasília, 1979. 58 p. (Depoimento do Ministro do Interior, Mário David Andreazza, na Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 23 de outubro de 1979.)

11. BRASIL. Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília, set. 1974. 149 p.
12. CARNEIRO, Glauco. Jari, uma responsabilidade brasileira: origens e nacionalização do controle no Projeto Jari, São Paulo, LISA, 1988. 96 p.
13. CONJUNTURA Setorial. São Paulo, ANFPC, jan-abr. 1990.
14. CONJUNTURA Setorial. 1988. Celulose & papel, São Paulo, nº 21, mar-abr. 1989.
15. JOSÉ Carlos Leone e Associados - Consultores Industriais, Relatório de Pesquisa sobre a estrutura brasileira de produção e consumo de celulose e papel. Rio de Janeiro, set. 1968. 3 v.
16. LEONE. Consultoria Industrial Ltda. Estutura de produção e consumo de celulose e papel no Brasil. Relatório de Pesquisa 1979-1982. Rio de Janeiro, 1983. 3 v.
17. RELATÓRIO Anual Aracruz Celulose S.A. Rio de Janeiro, 1987 e 1989.
18. RELATÓRIO Anual Souza Cruz. São Paulo. 1986 e 1989.
19. RELATÓRIO de Atividades Sistema BNDES. Rio de Janeiro, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990.
20. RELATÓRIO Banco Central do Brasil, Brasília, 1970, 1972, 1973, 1974 e 1975.